

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**ROBERTO CARLOS SCHIFFLER NETO**

**A “CIDADE IMPERIAL”: disputas em torno do passado petropolitano no currículo escolar**

Rio de Janeiro

2021

Roberto Carlos Schiffler Neto

A “CIDADE IMPERIAL”: disputas em torno do passado petropolitano no currículo escolar

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Carmen Teresa Gabriel

Rio de Janeiro

2021

## CIP - Catalogação na Publicação

SS333" Schiffler, Roberto Carlos Neto  
A "Cidade Imperial": disputas em torno do  
passado petropolitano no currículo escolar / Roberto  
Carlos Neto Schiffler. -- Rio de Janeiro, 2021.  
148 f.

Orientadora: Carmen Teresa Gabriel.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de  
Pós-Graduação em Educação, 2021.

1. Currículo. 2. Teoria do Discurso. 3.  
Petrópolis. 4. Cidade Imperial. 5. História local. I.  
Gabriel, Carmen Teresa, orient. II. Título.



**Universidade Federal do Rio de Janeiro**  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
**ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**  
**MESTRE EM EDUCAÇÃO**

Aos 03 dias do mês de dezembro de 2021, às 10 horas, com base na Resolução CEPG nº 01/2020, reuniu-se em sessão remota e que foi gravada, a Banca Examinadora da Dissertação intitulada **A " Cidade Imperial": disputas em torno do passado petropolitano no currículo escolar** de autoria do mestrando Roberto Carlos Schiffler Neto (participação por videoconferência), candidato ao título de **Mestre em Educação**, turma **2019** do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Banca Examinadora, constituída pelo(a) Professora orientadora Profa. Dra. Carmen Teresa Gabriel Le Ravallec (PPGE/UFRJ - participação por videoconferência), Profa. Dra. Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro (PPGE/UFRJ - participação por videoconferência) e Prof. Dr. Marcus Leonardo Bomfim Martins (PPGE/UFJF- participação por videoconferência), considerou o trabalho:

Aprovado(a)                       Aprovado(a) com recomendações de reformulação  
 Reprovado(a)

Eu, Carmen Teresa Gabriel Le Ravallec, Presidente da Banca, lavrei a presente Ata que segue por mim assinada no verso, representando todos os membros da Banca Examinadora e o candidato(a).

A banca destaca a originalidade, atualidade e pertinência da pesquisa. Sublinha a consistência da apropriação teórico-metodológica e o potencial de contribuição para as discussões curriculares sobre a cidade de Petrópolis. Recomenda a sua divulgação na íntegra e/ou sob a forma de artigos, bem como em eventos científicos das áreas de educação e ensino de História.

Continuação da Ata de Defesa de Dissertação do mestrando Roberto Carlos Schiffler Neto realizada em 03 de dezembro de 2021.

*Carmen Teresa Gabriel*

Prof(a). Dr(a). Carmen Teresa Gabriel (PPGE/UFRJ)

Prof(a). Dr(a). Ana Maria Monteiro(PPGE/UFRJ)

Prof(a). Dr. Marcus Leonardo Bonfim Martins (PPGE/UFJF)

Roberto Carlos Schiffler Neto – candidato

*Carmen Teresa Gabriel*

---

Carmen Teresa Gabriel Le Ravallec (UFRJ)

Presidente da Banca

## AGRADECIMENTOS

Quando iniciei essa jornada, no segundo semestre do ano de 2019, tudo era diferente. Meses depois, a pandemia de Covid-19 mudou nossas vidas. Pisquei os olhos e cheguei aqui, embora tanta coisa tenha acontecido. Esse processo não foi fácil nem o fiz sozinho, pois, durante essa caminhada, inclusive antes desse estudo começar a se desenvolver, muitas pessoas estiveram ao meu redor.

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a minha orientadora, Carmen Teresa Gabriel, que não apenas me abriu as portas para estudar o currículo de história local de Petrópolis, como também me amparou nos momentos de dúvida e angústias diante dessa pesquisa. Carmen também soube compreender os difíceis momentos em que todos passávamos no início da pandemia, de modo que me reconduziu aos encontros virtuais do GECCEH. É sempre bom lembrar que nos dias atuais, a sensibilidade é um afeto que nos mantém calmos e de pé. Admiro os caminhos percorridos e os conhecimentos compartilhados por Carmen, o que me faz sentir muito feliz por ter sido seu orientando.

Me recordo da primeira vez que estive em uma das reuniões do grupo de pesquisa, em uma quarta-feira e no Campus da Praia Vermelha. Era um momento especial, não apenas pela própria novidade do mestrado, mas por que muitas outras se anunciavam naquele período. Da nova residência na cidade do Rio de Janeiro à pós-graduação na universidade pública, 2019 trouxe ventos que ficaram para trás. A pandemia do Novo Coronavírus me conduziu novamente e definitivamente à minha cidade, minha Petrópolis, que é muito mais do que a "Cidade Imperial". À distância, essa foi a forma em que mais estive junto de meus colegas de GECCEH. Confesso que, nisso, sinto falta do que pouco tive, quero dizer, dos encontros presenciais com meu grupo de pesquisa. Este fato, entretanto, não impediu que eu viesse a desenvolver um carinho e respeito pelos colegas de grupo. Da escuta de suas falas nos encontros semanais até os desabafos sobre o cansaço ou também a tomada de dúvidas, fizeram de mim grato pela oportunidade do encontro e por caminharmos juntos. Nessa mesma linha, não posso esquecer das aulas das disciplinas, dos professores e dos colegas da turma 2019.2 que também me construíram nesse processo. Recordo com carinho das aulas de quinta-feira. Passávamos o dia inteiro na faculdade. Na sexta-feira eu regressava para Petrópolis, pois trabalhava na parte da noite. Era uma excelente oportunidade de transitar pela serra logo pela manhã. Nessas mesmas lembranças, deixo um agradecimento especial para a querida Sol, do PPGE. Ao certo, nossas vidas se tornam diferentes com a sua disponibilidade para sempre amparar nossas demandas.

De igual modo, faço um agradecimento especial à Rafaela Domingues, que através das trocas de experiências e trabalhos em conjunto durante a realização das disciplinas, tornou-se uma pessoa amiga e sempre disposta a me ajudar e instruir nessa caminhada.

Nesses rastros, também agradeço aos professores que participaram de minha banca de qualificação, tendo sido aquele um momento definidor dos rumos que tratei de implementar na pesquisa que apresento. Deixo um abraço especial para a professora Cinthia Araujo, responsável por indicar a operar com a Sociologia das Ausências e Emergências neste trabalho.

Lembro também de um grupo de pessoas que me ajudou com livros relativos à história de Petrópolis. Ricardo Antônio, Ana Luísa, Rômulo e Jéssica, essa última com quem trabalhei no Arquivo Histórico de Petrópolis à época de meus trabalhos junto à Comissão Municipal da Verdade, recebem a minha especial gratidão por terem ajudado um amigo do qual possui laços em comum com os seus: o afeto e os interesses sobre a história de Petrópolis.

Aos amigos que a vida já havia me dado antes deste trabalho iniciar, também deixo os meus agradecimentos. Agradeço a todos aqueles que souberam compreender os momentos de necessário afastamento para lidar com a solidão que este processo nos envolve, em especial Igor, Elzim, João, Dani e Philippe. Sei que estiveram torcendo por mim, de modo que sempre estivemos juntos em outras etapas e processos. Lhes tenho com todo carinho dessa vida.

Também agradeço em especial a outras três pessoas: Andrea Moreli e Emanuel Taboas, que desde o processo de seleção do mestrado não só torceram, mas foram alguns daqueles com quem compartilhei minhas angústias e ansiedades, de modo que me auxiliaram em todo o decorrer desse período com suas palavras de incentivo e apoio frequente. Também agradeço ao meu amigo e companheiro de lutas, Diego Grossi. Diego sempre foi incentivador, crítico e parceiro de problematizar algo que partilhamos: os interesses de uma história Para Além da “Cidade Imperial”. Sempre disposto a aconselhar quando eu lhe recorria a ajuda, Diego se demonstrou como mais que um amigo, mas uma referência no conhecimento histórico e acadêmico.

Também agradeço aos meus pais e aos meus familiares. À minha mãe e ao meu pai, os agradeço não só por hoje e por esse período, mas por tudo que fizeram para que eu me tornasse aquilo que busco ser. Eu não poderia ter tido pais melhores nessa vida do que os que eu tive. Sou grato em todo meu amor e respeito.

Enfim, deixo para agradecer neste final à Gabi, minha parceira de vida. Tenho certeza que, neste período, foi ela quem mais perdeu com as ausências e as faltas que, enquanto mestrando, busquei empenhar tempo e dedicação na minha formação e nesta pesquisa. Quantas coisas que passamos juntos nesse período. Sorte mesmo foi ter tido sua compreensão, espera, presença e, também, primeiras leituras, afagos, risos e companhia por todo esse tempo. Chegamos juntos até aqui. Muito amor e carinho por você.

A todos vocês, meu muito obrigado!



*“[...] A luta contra a injustiça cognitiva nos leva para além da distribuição mais equitativa do saber científico e reconhecer que toda experiência produz conhecimento. Que todos os conhecimentos sustentam práticas e constituem sujeitos.”*

Miguel G. Arroyo

## RESUMO

SCHIFFLER, Roberto Carlos Neto. **A “Cidade Imperial”: disputas em torno do passado petropolitano no currículo escolar.** Rio de Janeiro, 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

Esta pesquisa buscou explorar alguns dos sentidos discursivos existentes no significante de “Cidade Imperial” e suas enunciações no currículo de uma disciplina destinada a abordar a história local de Petrópolis. Em diálogo com a Teoria do Discurso na vertente pós-fundacional e com a Sociologia das Ausências e Emergências, de Boaventura de Sousa Santos, este estudo focaliza discursos que se hegemonizam e se antagonizam sobre o passado petropolitano no âmbito da disciplina de HGPT-ET, ofertada para todas as turmas da etapa final do Ensino Fundamental da Rede Municipal de ensino, desde o ano de 1984 até o presente. A partir de uma revisão de literatura sobre a história da cidade de Petrópolis, foi possível perceber os fluxos de sentidos que participam dos jogos de linguagem em meio aos quais a expressão “Cidade Imperial” é estabilizada e hegemônica, contribuindo, assim, para a produção de não-existências de outras narrativas históricas. Nesse movimento, outros passados são silenciados, esquecidos e excluídos dos espaços públicos, como a escola, negando a própria possibilidade de serem apresentados e discutidos pelas novas gerações. Neste horizonte e por meio da Análise Discursiva, os textos curriculares desta disciplina, como o Referencial da Rede Municipal e os cadernos pedagógicos que servem como material didático, foram acessados como as fontes/campo empírico nos quais são produzidas enunciações que se relacionam com a lógica hegemônica anunciada. A análise aponta que disciplina de HGPT-ET pode ser vista como um espaço-tempo curricular estratégico, onde são produzidos e articulados discursos de diferentes áreas disciplinares que alimentam as disputas em nosso presente pela fixação, ainda que provisória, de um entendimento particular da relação entre memórias e projetos na lógica da cultura escolar, que, nesse caso específico, contribuem para as contingências existentes na significação hegemônica da “Cidade Imperial”.

Palavras-chave: Currículo, Teoria do Discurso, Petrópolis, Cidade Imperial, história local.

## ABSTRACT

SCHIFFLER, Roberto Carlos Neto. **The “Imperial City”:** disputes around the petropolitan past in the school curriculum. Rio de Janeiro, 2021. Dissertation (Master in Education) – Center for Philosophy and Human Sciences, Faculty of Education, Post-Graduate Program in Education, Federal University of Rio de Janeiro, 2021.

This research sought to explore some of the discursive meanings existing in the signifier of “Imperial City” and its enunciations in the curriculum of a discipline designed to approach the local history of Petrópolis. In dialogue with the Post-foundational Theory of Discourse and with the Sociology of Absences and Emergencies, by Boaventura de Sousa Santos, this study focuses on discourses that are hegemonized and antagonized over the Petropolitan past within the scope of the HGPT-ET discipline, offered to all classes of the final stage of Elementary School of the Municipal Education System, from 1984 to the present. From a literature review on the history of the city of Petrópolis, it was possible to perceive the flows of meanings that participate in the language games in the midst of which the expression "Imperial City" is stabilized and hegemonized, thus contributing to the production of non-existences of other historical narratives. In this movement, other pasts are silenced, forgotten and excluded from public spaces, such as the school, denying the very possibility of being presented and discussed by the new generations. In this horizon and through Discursive Analysis, the curricular texts of this discipline, such as the Referencial da Rede Municipal and the pedagogical notebooks that serve as didactic material, were accessed as the sources/empirical field in which enunciations that relate to the announced hegemonic logic. The analysis points out that the HGPT-ET discipline can be seen as a strategic curricular space-time, where discourses from different disciplinary areas are produced and articulated that feed the disputes in our present for the establishment, albeit provisional, of a particular understanding of the relationship between memories and projects in the logic of school culture, which, in this specific case, contribute to the contingencies existing in the hegemonic meaning of the “Imperial City”.

Keywords: Curriculum, Discourse Theory, Petrópolis, Imperial City, local history.

## SUMÁRIO

<b>Introdução: construindo um problema .....</b>	<b>14</b>
<b>1. O passado petropolitano em torno da hegemonia da “Cidade Imperial”: entre a Teoria do Discurso e a Sociologia das Ausências e das Emergências .....</b>	<b>29</b>
1.1. Considerações teóricas sobre a epistemologia e ontologia pós-fundacional e diálogos possíveis com a Sociologia das Ausências .....	30
1.2. A hegemonia em torno da “Cidade Imperial”: a história que subalterniza outras histórias .....	38
1.2.1. <i>A proto-história e os antecedentes históricos que sustentam a hegemonia da “Cidade Imperial”</i> .....	39
1.2.2. <i>A fundação de Petrópolis e a falsa noção do início da história</i> .....	43
1.2.3. <i>Patrimônio, celebrações e turismo como estabilizadores da narrativa histórica hegemônica</i> .....	48
1.3. Para além da “Cidade Imperial”: outros lados de uma história em disputa .....	53
1.3.1. <i>A Cidade dos Coroados</i> .....	55
1.3.2. <i>A Cidade Negra</i> .....	57
1.3.3. <i>A Cidade Operária</i> .....	60
1.3.4. <i>A Cidade Política</i> .....	62
1.3.5. <i>A Cidade da Casa da Morte</i> .....	65
1.3.6. <i>A Cidade da Vilegiatura</i> .....	69
<b>2. Currículo e a produção do conhecimento: as articulações entre seleção curricular e os processos de significação .....</b>	<b>72</b>
2.1. Entre a seleção do conteúdo e os processos de significação .....	74
2.1.1. <i>Breve debate sobre o campo curricular e seus impactos na objetivação do currículo</i> .....	75

2.1.2. <i>O currículo como entre-lugar do conhecimento, diferenças e hegemonias</i> .....	78
2.2. <i>A história local, o currículo e o ensino</i> .....	81
2.2.1. <i>Políticas curriculares nacional e municipal e o currículo de história local em Petrópolis</i> .....	83
2.3. <i>A disciplina de HGPT-ET: sua história e estabilizações</i> .....	86
<b>3. Os jogos de tempo e de linguagem na disciplina de HGPT-ET.....</b>	<b>93</b>
3.1. <i>Caminhos metodológicos da pesquisa</i> .....	93
3.2. <i>Análise do Referencial Curricular da disciplina de HGPT-ET: a objetivação de uma hegemonia</i> .....	96
3.3. <i>Análise do material didático da disciplina de HGPT-ET: as enunciações que revelam a “Cidade Imperial” no currículo escolar</i> .....	110
3.3.1. <i>Entre outras hegemonias e deslocamentos no currículo de HGPT-ET: para além do conhecimento histórico</i> .....	127
<b>Conclusão</b> .....	<b>132</b>
<b>Referências</b> .....	<b>138</b>
<b>Fontes</b> .....	<b>148</b>

## **Introdução: construindo um problema de pesquisa**

Pesquisar sobre Petrópolis, minha cidade natal, é, seguindo o pensamento de Milton Santos (BITTENCOURT, 2008) buscar compreender os efeitos que este *lugar* produziu – e produz – em minha formação social. Me apoio neste pensamento para assinalar, desde já, a profundidade ontológica que nossos caminhos autobiográficos (GABRIEL, 2021) tendem a nos colocar: em um lugar de indissociabilidade entre onde realizamos nossas trajetórias e as texturas das quais nossos lugares se fazem, desfazem e refazem em nós mesmos; quer dizer, o espaço e o tempo. Gostaria também de referenciar esta sentença entre autores e suas categorias tais quais Antonio Gramsci e a segunda natureza e Georg Lukács e o ser social. Entretanto, não o farei neste estudo. Ensaio apenas esta intenção sob a forma de ilustrar uma partícula de um tanto que, em termos do meu olhar sobre o mundo, me trouxe até aqui. Não obstante, me permiti também olhar para esse mesmo mundo de uma maneira até então desconhecida e inacessada por mim, onde o mesmo lugar que se redesenha a cada novo passo do dia a dia e da pesquisa, instigou a problematização de certas questões que apresento neste estudo.

Esse lugar – a “Cidade Imperial” – que permeia minha biografia é aqui apresentado em torno da busca dos *sentidos* que atravessam este significante e que se hegemonizam e se antagonizam no currículo de uma disciplina ofertada pela rede municipal de ensino para as turmas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, destinada, entre vários objetivos, a abordar a história local da cidade de Petrópolis. Este é o caso da disciplina de *HGPT-ET* (História, Geografia e Turismo de Petrópolis/Educação para o Trânsito). Desta forma, sistematizados e operacionalizados através da Teoria do Discurso, na sua vertente pós-fundacional (LACLAU e MOUFFE, 1987; HOWARTH, 2000, 2005; RETAMOZO, 2011, 2017), sob uma interlocução com a Sociologia das Ausências e das Emergências de Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 2002), o levantamento de uma literatura que auxilia na abordagem das significações em disputas sobre o passado de Petrópolis (RABAÇO, 1985; SANTOS, 2001; ABAD, 2009; BADE e MENDES, 1999; AMBRÓZIO 2008 e 2012; ANGELO 2011 e 2014; AQUINO, 2018; BURLET, 2017; DIAS, 2016; GREGÓRIO, 2009 e 2010; GUERRA, 2019; LINS, 2017; LIMA e GROSSI, 2018; MESQUITA, 2011 e 2012; OLIVEIRA e ALCÂNTARA, 2018; OLIVEIRA, 2018; OLIVEIRA, 2013 e 2014; PETRÓPOLIS, 2018; RIBEIRO, 2014; MACHADO, 2015; WINTER, 2019), e através da Análise Discursiva (HOWARTH, 2000) diante de um campo empírico em que busquei transformar em dados o conjunto de textos curriculares da disciplina de HGPT-ET, os problemas e as respostas que aqui rastreei passam pela obtenção de um resultado inimaginado desde o início da minha trajetória no GECCEH (Grupo de Estudos sobre

Currículo, Conhecimento e Ensino de História): a aproximação de uma ontologia discursiva sobre a “Cidade Imperial” por meio de suas significações diante dos jogos de linguagem e das enunciações que aqui serão apresentados.

Importa sublinhar que os olhares sensíveis a este tema iniciaram há algum tempo, decorrente das marcas do espaço e do tempo que vieram ao meu encontro, responsáveis por também me formar como sujeito. O início deste trabalho, portanto, se deu antes mesmo do seu pré-projeto existir.

Souza (2020) e Gabriel (2021) apontam como a autobiografia é um elemento que atravessa o próprio caminho de fazer pesquisa. Enquanto sujeitos das experiências, entendo que mesmo que essa pesquisa não se enquadre em um trabalho de caráter autobiográfico, fazer pesquisa – a despeito dos objetos e das ferramentas de análise privilegiadas – é, de alguma forma, (re)fazeremos a nós mesmos. Assim, como afirma Souza:

Las relaciones establecidas entre el proyecto epistemológico de la investigación biográfica [...], se inscriben en la constitución de los individuos y sus implicaciones socioculturales, lingüísticas, históricas, económicas y políticas, al explicitar cómo los individuos se representan a sí mismos y a los otros en una perspectiva temporal de su existencialidad y de las experiencias a lo largo de la vida (2020, p. 21).

Diante do exposto, busco refletir sobre alguns caminhos.

Filho da classe média emergente da primeira década dos anos 2000, vivi minha adolescência na cidade de Petrópolis. Estudei como bolsista no Colégio Opção, dirigido pelo professor Nilton São Thiago. Esse professor, conforme os relatos que a minha própria memória me faz lembrar – uma vez que este assunto era amplamente contado por ele – foi um dos fundadores do PDT (Partido Democrático Trabalhista) e de sua seção na cidade de Petrópolis. O Colégio Opção sempre foi um espaço marcado pela presença dos movimentos sociais e de formação da cidadania, incentivado, fundamentalmente, pelas portas abertas que o professor Nilton dispunha aos movimentos locais da minha cidade. Em 2005, me recordo de uma experiência da qual se simulou o referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições, com amplos debates ocorrendo na escola. Em 2006, as portas foram abertas para assistirmos aos jogos da Copa do Mundo daquele ano e que fez da escola um lugar de acolhimento independentemente do dia e da hora. No Colégio Opção também conheci um grupo de amigos dos quais, juntos, adentramos às fileiras do PT (Partido dos Trabalhadores), em 2007. Carrego até hoje esses amigos e os afetos e desdobramentos do próprio Colégio Opção, e, por isso, peço licença para este breve registro autobiográfico.

Não à toa, fiz questão de recortar o momento descrito acima com o objetivo de descrever os impactos daqueles tempos na minha trajetória. Os movimentos social e estudantil do interior, combinado ao fim de minha jornada no Ensino Médio, me levaram a cursar Ciências Sociais e História, na certeza do que aquele tempo me oferecia: o advir das novidades da vida e o esperar que se desenhava naquele Brasil da transição da década de 2000 para a de 2010. Aquele futuro, visto no presente de hoje, não se apresentou conforme minha imaginação, mas abriu caminhos, ainda que na forma das contradições, que hoje entendo como desafios para o enfrentamento e o posicionamento frente aos projetos de Brasil em disputa nos dias atuais. Neste sentido, me aproximo mais do período cujas relevância e justificativa também acompanham as pertinências sociais e científicas deste trabalho.

Entre os anos de 2016 e 2018, fui membro e pesquisador da CMVP (Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis). Trabalhei, no ano de 2014<sup>1</sup>, junto daqueles amigos desde o Colégio Opção na indicação do projeto à Câmara Municipal de Petrópolis que se transformou na Lei Municipal nº 7.207, criando assim a CMVP, no dia 23 de julho de 2014 e regulamentada via Poder Executivo pelo Decreto Municipal nº 893, de 11 de dezembro de 2015. A Comissão iniciou seus trabalhos de pesquisa em janeiro de 2016 e concluiu suas investigações em dezembro de 2018. Neste período, além de trabalhar entre arquivos públicos e coleta de testemunhos daqueles que foram atingidos<sup>2</sup> com o golpe de 1964 e a repressão da ditadura, também palestrei em escolas e outros espaços públicos sobre os fatos que envolviam a ditadura militar no Brasil e em Petrópolis, na região serrana do estado do Rio de Janeiro. O público-alvo daquelas palestras eram, em sua maioria, alunos/as das redes pública e privada do município. Registrado no Relatório Final da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis (PETRÓPOLIS, 2018, p. 32)<sup>3</sup>, as palestras tinham por objetivo a divulgação dos assuntos trabalhados pela CMVP junto aos estudantes do segundo segmento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da cidade.

Concomitantemente, realizava uma transição entre o fim da licenciatura e início dos trabalhos como professor da educação básica – neste momento, mais uma vez, me lembro dos

---

<sup>1</sup> O ano de 2014 fazia rememorar, à época do Governo de Dilma Rousseff (PT), os 50 anos do golpe militar de 01 de abril de 1964 e a longa noite de 21 anos que se instaurava no Brasil.

<sup>2</sup> Utilizávamos esta categoria de “atingidos” no sentido de compreender e contemplar aqueles que indiretamente foram impactados pela repressão na cidade de Petrópolis, como, por exemplo, os filhos de militantes daquele período e que também tiveram suas vidas atingidas em níveis emocional e profissional.

<sup>3</sup> O relatório final da CMVP concentra informações desde o histórico da entidade e o resultado de suas pesquisas, bem como indicações ao Poder Público no encerramento de seus trabalhos. A produção de relatórios de pesquisa e divulgação dos conteúdos de formas pedagógica e cultural eram os objetivos da entidade. Este relatório irá compor o conjunto de fontes históricas que produzem o objeto deste estudo.



afetamentos do professor Nilton São Thiago na construção dos meus caminhos, e justifico novamente a razão de trazê-lo até aqui. No mesmo tempo em que a sala de aula anunciava os desafios cotidianos da educação, as palestras da CMVP para os alunos da minha cidade, especialmente para aqueles da rede pública, também me colocavam diante da existência de uma disciplina que abordava a história local de Petrópolis, como já anunciada acima e popularmente conhecida pela sua abreviação, HGPT-ET.

A experiência com as palestras provocou inicialmente, em mim e em meus companheiros de trabalho<sup>4</sup> que também participavam dessas ações formativas, uma certa preocupação com o desconhecimento dos temas por parte dos estudantes. À época, trabalhávamos sobre o que havia sido o golpe de 1964, os 21 anos que perdurou a ditadura no país e os aspectos relativos à cidade de Petrópolis, como, por exemplo, petropolitanos que foram atingidos pela repressão, locais da cidade utilizados em reuniões para articulações do golpe, o encontro de tropas golpistas e legalistas no Distrito da Posse e que por pouco este evento não desencadeou em um conflito armado antes da unificação das Forças Armadas no movimento golpista, e aquilo que considero sempre de maior impacto nas ocasiões de encontros com os estudantes: a existência da Casa da Morte, um centro clandestino de tortura e assassinatos organizado no início da década de 1970 pelo CIE (Centro de Informações do Exército) (PETRÓPOLIS, 2018. p. 129). Inicialmente revelada a sua existência por meio do testemunho de Inês Etienne Romeu, a única sobrevivente da Casa da Morte<sup>5</sup>, o tema sobre o aparelho clandestino de tortura havia sido reacendido, tanto a nível local como a nível nacional, desde o início da década de 2010, quando o tenente-coronel Paulo Malhães, reformado do Exército e ainda vivo àquela época, iniciara uma série de entrevistas aos jornais e testemunhos às Comissões Nacional e Estadual (RJ) da Verdade. Nessas oportunidades, Malhães afirmou sobre seu papel e do CIE na organização da Casa da Morte, bem como reconhecia a passagem de

---

<sup>4</sup> Muitos dos pesquisadores da equipe da CMVP eram professores. Um deles era professor de história do município de Petrópolis e já havia trabalhado com a disciplina de HGPT-ET, indicando o reforço de determinados conteúdos sobre a história local e ausência de outros. Uma das ações da Comissão, inclusive liderada por Glauber Montes, foi realizar um curso de formação continuada aos professores de história da rede municipal, em parceria com o SEPE-RJ (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação de Petrópolis). Importante também destacar que do início ao fim dos trabalhos da entidade, três de seus membros – inclusive eu – tornaram-se mestrandos, com duas dessas três pesquisas se desdobrando, direta ou indiretamente, dos estudos produzidos pela CMVP.

<sup>5</sup> Inês Etienne Romeu foi a única sobrevivente a sair com vida da Casa da Morte. Sua autobiografia – acredito que assim podemos entender – revela, portanto, a história de um dos principais centros clandestinos de tortura e morte organizados e mantidos pela ditadura militar e também da história nacional. Seus registros autobiográficos podem ser encontrados em seu testemunho coletado junto à OAB-RJ em 1979 e disponível em: <[https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/doc/DEPOIMENTO\\_INES.pdf](https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/doc/DEPOIMENTO_INES.pdf)>. Acesso em: 09 jul. 2021.

militantes políticos pelo aparelho organizado e mantido pela ditadura<sup>6</sup>. O nome de muitos destes militantes foram revelados pela memória de Inês Etienne Romeu, em seu depoimento junto à OAB-RJ (Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro) em 1979.

Isto posto, com os temas da Ditadura Militar e Casa da Morte em destaques, espantou-me que em uma cidade onde existe uma disciplina de história local ofertada para o segundo segmento da rede pública, o desconhecimento do tema e sua importância por aqueles que a estudavam era acentuado, uma vez que a maioria dos alunos para quem as palestras eram dedicadas também tinham contato com a disciplina de HGPT-ET. A narrativa que forjava a existência da “Cidade Imperial” hegemonzava sentidos particulares do passado que ocultava outros da história da cidade.

Encerrado os trabalhos da CMVP e com isso a minha contribuição para a entidade no ano de 2018, orientei meus esforços para dar continuidade àquele legado profissional e também pessoal. Reconheço nestas passagens aquilo que me motivou a olhar tanto para o currículo da disciplina de HGPT-ET quanto para as fontes históricas e aportes bibliográficos sobre os mais diversos aspectos da história de Petrópolis.

Considero, portanto, que minha própria trajetória permitiu, de forma significativa, o alcance para a construção do problema e do objeto desta pesquisa. Se atentar à potência que as trajetórias produzem no ato de pesquisar fez com que, no decorrer desta pesquisa, eu pudesse me sentir na companhia de muitas outras pessoas quando ainda realizava a revisão de literatura. Afirmando isso, pois, ao me deparar com os estudos sobre Petrópolis de diversos autores que se transformaram em referências bibliográficas para a construção das respostas do meu problema de pesquisa – todos estes cujas produções se orientam naquilo que compreendo como narrativas que contribuem sobre o entendimento do passado local em torno de discursos que se conduzem para além da “Cidade Imperial” – apontavam suas ligações afetivas com uma mesma questão em comum, inclusive com a minha: a cidade de Petrópolis, suas histórias e os desdobramentos destes sentidos. Mesquita (2012), Machado (2015), Dias (2016), Silva (2018), entre outros, também buscaram traduzir suas próprias jornadas naquilo que (nos) motivaram em pesquisar

---

<sup>6</sup> O Relatório Final da Comissão da Verdade de Petrópolis (2018) trouxe os fragmentos dessa história. Uma parte pode ser acessada em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/relato-dos-poro-es-cobra-jacares-na-hora-da-tortura-5305890>>. Acesso em: 24 de out. 2020. Paulo Malhães foi encontrado morto em seu sítio, em 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1445454-coronel-paulo-malhaes-que-assumiu-torturas-e-encontrado-morto-no-rio.shtml>>. Acesso em: 24 de out. 2020. As investigações não apontaram relações do assassinato com a divulgação de informações por parte de Paulo Malhães (PETRÓPOLIS, 2018).

objetos cujos sentidos se ligam à (nossa) cidade de Petrópolis. O sentimento de pertencimento ao lugar é uma das coisas que a epistemologia pós-fundacional também me proporcionou ao longo desta caminhada: o encontro de diversos discursos cujas demandas se originam e se desdobram em nós mesmos.

Entretanto, a chegada a estes tema e objeto de estudos também se deram em função de dois outros elementos, onde reitero as relevâncias desta pesquisa: o debate teórico-empírico do campo e o que se ausenta de existência de produções teóricas a respeito da disciplina de HGPT-ET; e as contextualizações do presente atribuídos a uma crescente onda de revisionismo e negacionismo na história, como aponta Melo (2014), percebidos, sobretudo, pelos movimentos negacionistas, no Brasil e no Mundo, que nos últimos anos tomam espaços nos meios da produção científica, e das ordens política e social.

Realizei um levantamento nos Anais dos Simpósios da ANPUH (Associação Nacional de História) – em função do reconhecido destaque e da interlocução plural evidenciada neste fórum – referentes aos anos de 2015, 2017 e 2019, para compreender as produções teórico-conceituais que envolvem o ensino de história local e seus desdobramentos, como o currículo e seleção de conteúdos, grupos sociais em disputa das narrativas do espaço-tempo, a relação entre o nacional e o local, patrimônio e estas associações com o material didático. Utilizando palavras-chaves como “ensino de história”, “ensino de história local”, “currículo de história”, “currículo de história local”, “currículo local e nacional”, “patrimônio local” e “ensino de história e patrimônio”, foram contabilizados 37 produções textuais dos Anais do Simpósio da ANPUH de 2015, 26 trabalhos da edição de 2017 e outras 22 investigações da edição de 2019 que justificavam, à luz da relevância da produção empírica, os caminhos teóricos e metodológicos desta pesquisa.

Outrossim, o Dossiê sobre currículo e conhecimento, da Revista Currículo sem Fronteiras, versão 17, número 3, edição setembro-dezembro do ano de 2017, revelaram a potência de se trabalhar diante do referencial pós-fundacional enquanto linha de pesquisa que se desdobra para área curricular. Assim como os Anais dos Simpósios da ANPUH, o currículo e o ensino de história demonstrava-se diante de um enorme contingente de pesquisa também presentes na versão 17 do dossiê da Currículo sem Fronteiras, cujos muitos dos referenciais teóricos se aportavam nas perspectivas pós-estruturalistas e em especial na Teoria do Discurso, em paralelo ao referencial epistemológico trabalhado ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. Este levantamento de literatura se soma aos diálogos aqui produzidos e também

sugere a relevância das abordagens a tais temas no campo, permitindo avançar tanto nos contornos como também nos preenchimentos do desenho desta pesquisa. Neste sentido, é também inegável a influência de referenciais teórico-metodológicos, desenhos de pesquisa e bibliografias trabalhadas no contexto do grupo de pesquisa em que faço parte, e que por isso reconheço nestas influências um desdobramento das estratégias de pesquisas advindas do GECCEH nesta dissertação.

Neste arco, tratei de levantar as produções destinadas ao diálogo da produção acadêmica sobre Petrópolis, tais como as fontes e bibliografias que mobilizo ao longo deste debate, no Catálogo de Teses e Dissertações e o Portal de Periódicos, ambos da CAPES, além da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, portal Academia e Google Acadêmico. Palavras-chaves como “Petrópolis”, “Cidade Imperial”, “HG”, “HGTP”, “HGPT”, “HGPT-ET” e “petropolitano”, “petropolitana” foram acionadas buscando a produção existente sobre a cidade, sobretudo no campo da história e da educação e também do turismo e da geografia – duas outras áreas que também são abordadas ao longo deste estudo e na disciplina de HGPT-ET. Entretanto e em meio aos levantamentos, não surgiu nenhuma produção acadêmica a respeito desta disciplina, seja de natureza de sua constituição ou até mesmo sob a perspectiva curricular. Considero inexistentes, portanto, estudos específicos sobre a disciplina de HGPT-ET da rede municipal de Petrópolis<sup>7</sup>, embora mais de cem produções de pesquisas que falam sobre os aspectos mais diversos sobre a cidade foram encontradas, selecionadas e trabalhadas ao longo do debate aqui produzido.

No sentido desta lacuna teórico-empírica, especialmente sobre a disciplina de HGPT-ET, o desconhecido se apresenta como um universo desafiante de construções analíticas e reflexões conceituais, onde desde já ensaio nesta introdução. De igual modo, encontrei bastante dificuldade para me referenciar em outros estudos que tratassem especificamente do debate e da existência de alguma disciplina de história local. Conforme apontado anteriormente, estudos que se direcionavam no entorno do *ensino* de história local foram amplamente encontrados como debates teóricos-metodológicos produzidos pelo campo do currículo, como apontado nos Anais dos Simpósios da ANPUH. Entretanto, minhas buscas de referenciais não alcançaram trabalhos cujas experiências empíricas se desdobraram de uma discussão em que alguma

---

<sup>7</sup> Quase ao fim da minha produção textual, estive em contato com uma antiga colega de faculdade, descobrindo que sua pesquisa no Mestrado Profissional de História, da UFRJ, iniciada em 2020, tem discutido o ensino de HGPT-ET no município. Seu nome é Fernanda Lúcia de Assumpção Planz, a quem desejo que sua investigação venha a oferecer a clareza de todas as áreas e assuntos que minha discussão não conseguirá proporcionar.

disciplina de história local já encontrava uma proposição curricular concebida no que tange a significação de um passado e de suas enunciações, como se situa a disciplina de HGPT-ET.

Creio que estes sejam marcadores fundamentais para o que e como aqui discutimos os desdobramentos dos sentidos da história de Petrópolis, hegemonizado na “Cidade Imperial” e também presentes no currículo de uma disciplina criada para contar sobre o passado local, e que será apresentado em diante.

Quase ao fim desta justificativa, retomo a uma parte dos caminhos pessoais anteriormente citados. A CMVP, ao final dos seus trabalhos, produziu quinze recomendações à sociedade civil e ao Poder Público da cidade de Petrópolis. O item número 5 traz as seguintes considerações: “inclusão de conteúdo histórico relativo às lutas dos trabalhadores no início do século XX e sobre os acontecimentos relativos ao regime militar na disciplina de HGTP [sic] do currículo escolar municipal (Ensino Fundamental II)” (PETRÓPOLIS, 2018, p. 389). Entendo, portanto, que esta pesquisa se inscreve no contexto das demandas e das políticas (RETAMOZO, 2011) avistadas na própria comunidade petropolitana, embora a associação entre o passado local e a ditadura militar não será a única forma de investir em destabilizações de uma hegemonia.

Ademais, reitero a atualidade desta pesquisa em tempos, como já mencionado, de avanços do revisionismo histórico e negacionismo, sobretudo quando este objeto aproxima currículo histórico escolar, fontes e seleção de conteúdos em diálogos com regimes de historicidades. Moraes (2011) aponta para os riscos que o revisionismo contribui para a escrita do passado, onde aberturas para sua negação se ancoram em projetos que, ao relativizarem ao extremo, negam os próprios pressupostos da história enquanto ciência e se configuram como projetos políticos de sociedade capazes de cooptar as diferenças. Neste sentido, encaro que o uso da Teoria do Discurso e sua interlocução com a sociologia de Boaventura se alinham na possibilidade de desvelar a narrativa hegemônica de “Cidade Imperial”, onde tal processo que se configura como escrita sobre o passado não se realiza de modo “puro” ou tampouco desconectado de perspectivas maiores, como a (re)produção ideológica. Pelo contrário, é neste prisma ontológico de analisar o passado por meio do discurso, que se torna possível constatar o uso do currículo escolar de uma disciplina que conta sobre a história local de uma cidade para reforçar ou deslocar meandros do negacionismo posto em prática nos dias atuais. Trazer à tona memórias silenciadas em torno de um passado é problematizar narrativas históricas

hegemonizadas que não se comprometem com os princípios éticos e políticos da ciência e do bem comum.

Desta forma, algumas considerações se fazem importantes para que se possa conhecer e posteriormente aprofundar nos debates e aportes teóricos-metodológicos a respeito da “Cidade Imperial” e as lutas pela significação do passado petropolitano.

Com efeito, conhecida no senso comum como “*Cidade Imperial*”<sup>8</sup>, Petrópolis carrega neste significante um sentido hegemonizado pelos discursos historiográficos sobre a cidade, produzido ao longo de sua existência e que, neste estudo, nomeio como a historiografia da “Cidade Imperial”. Sabe-se, entretanto, que as narrativas históricas expressam disputas entre grupos de interesses em cada presente no qual elas são formuladas (GABRIEL e COSTA, 2011; GABRIEL, 2015 e 2016), e a história petropolitana não é uma exceção. O título de “Cidade Imperial” conserva e reafirma elementos e valores de grupos sociais específicos, no caso, sobretudo da família imperial e dos colonos alemães. O processo histórico não se dá, todavia, sob uma perspectiva de homogeneidade. A história da cidade de Petrópolis foi forjada em meio a uma série de tensões referentes às suas condições política, econômica e social.

Howarth (2000 e 2005) sublinha a potência, na abordagem discursiva de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987), da categoria ontológica “discurso” na compreensão da ordem social. Neste sentido, este estudo se propõe a analisar as lutas pela *significação do passado petropolitano que explicam a fixação hegemônica da expressão “Cidade Imperial” nas narrativas históricas locais produzidas, bem como seus efeitos nos currículos escolares*. Mais especificamente, pretendo compreender as estratégias que provocam estabilizações discursivas em favor da hegemonia da “Cidade Imperial”, por meio do silenciamento de outros sentidos ou nomeações, ou também aquilo que se revelará como a produção de não-existências (SANTOS, 2002) – a Cidade dos Coroados, a Cidade Negra, a Cidade Operária, a Cidade Política, a Cidade da Vilegiatura ou a Cidade da Casa da Morte – passíveis igualmente de serem atribuídos à Petrópolis. Assim, um questionamento se apresenta diante destas contradições, que diz respeito a *quais os efeitos desses jogos de equivalência e diferenças na objetivação e subjetivação do currículo escolar que conta a história local da cidade de Petrópolis, reconfigurado por meio daquilo que Gabriel (2015) e Gabriel e Costa (2011) apontam como os jogos de tempo e da linguagem?*

---

<sup>8</sup> Recebeu oficialmente este título pelo Decreto Federal N° 85.849/81, à época da ditadura militar.

A partir dessas perspectivas, penso ser possível estabelecer a relação entre ferramentas teórico-empíricas e o objeto deste trabalho, sobretudo em função das problemáticas que giram em torno da compreensão das narrativas históricas e escolares que fecham e escapam a uma hegemonia. Para esta dissertação, cujos debates teóricos-conceituais se manifestam diante de todo o exposto, com foco na análise do discurso do currículo de HGPT-ET, trago algumas questões de estudos que devem ser consideradas.

*Quais sentidos sobre o passado podem ser observados nas narrações em disputas sobre a “Cidade Imperial” no currículo de HGPT-ET? Creio que diante deste problema inicial, outras questões surgiram e que por isso demandaram outras investigações futuras a fim de somar respostas nesta empreitada. Que jogos do tempo e de linguagem são mobilizados na fixação do passado petropolitano nos diferentes textos analisados? Trata-se aqui em explorar os sentidos de passado que sustentam no tempo presente os processos de significação de Petrópolis como “Cidade Imperial”. Que campos de experiência e horizontes de expectativas atravessam esses discursos? Dito de outra forma, quais narrativas históricas hegemônicas, estabilizam/ ou desestabilizam o significante “Cidade Imperial”? Como se formam e se orientam os regimes de historicidade em torno desta significação hegemônica?*

Faz-se igualmente importante, interrogar sobre os processos de seleção curricular: *que estratégias são mobilizadas no processo de configuração do conhecimento histórico e na reconfiguração (objetivação e subjetivação) do currículo escolar de HGPT-ET? Que passados são trazidos para o presente? Quais passados são esquecidos? Como a história local e nacional se articulam no currículo de HGPT-ET? Que aspectos da narrativa nacional são valorizados e articulados com quais aspectos da história local? Quais são as lógicas sociais e políticas que se expressam na hegemonia curricular da “Cidade Imperial” na enunciação do currículo de HGPT-ET? Como surgiu essa disciplina? Quais os demais efeitos dessa estabilização para além das questões curriculares? É possível pensar em um outro currículo para HGPT-ET?*

Assim, para investigar as diferentes narrativas sobre a cidade de Petrópolis e/ou sobre o passado petropolitano fixadas em diferentes referências bibliográficas que se articulam na disciplina de HGPT-ET, mapeei os sentidos da cidade de Petrópolis produzidos e fixados nas diferentes referências bibliográficas sobre a “Cidade Imperial” e para além da “Cidade Imperial”, sob os referenciais da Teoria do Discurso e da sociologia de Boaventura; busquei compreender o processo objetivação e subjetivação curricular, bem como a construção da disciplina HGPT-ET; analisei o processo de reconfiguração narrativa da história local da cidade

de Petrópolis nas fontes curriculares selecionadas e suas enunciações por meio da análise discursiva, em particular no material didático da disciplina HGPT-ET, buscando sublinhar os seus efeitos na hegemonização/antagonização dos discursos sobre o passado local e nacional; e foquei nas estratégias discursivas mobilizadas na produção da narrativa histórica sobre as cidades de Petrópolis que investem na estabilização e/ou desestabilização do sentido de “Cidade Imperial”, associado a uma investigação relativa a outros repertórios locais, como celebrações, patrimônios tidos como turísticos, Lei e Deliberações Municipais, entre outros aspectos que tangenciam esses objetivos.

Também é importante destacar que, inicialmente, havia sido planejado elucidar, por meio de entrevistas, as estratégias e narrativas produzidas entre os principais atores escolares – nesse caso, os estudantes e docentes – sobre o passado petropolitano, conforme sugere Howarth (2005) no contexto da transformação de dados em textos que auxiliam uma verificação empírica pós-fundacional e que também conferem uma amplitude ontológica da prática educativa. Esta proposta inicial permitiria compreender a forma tácita que o currículo produz afetamentos por meio do conjunto das relações da cultura escolar, contribuindo também para os diálogos sobre a construção do conhecimento. Entretanto, devido às dificuldades trazidas pela necessidade de se preservar o isolamento social provocado pela pandemia do Novo Coronavírus e os entraves relacionados à dificuldade de mobilizar um significativo número de entrevistados, entre docentes e principalmente alunos, optei por suspender esse encaminhamento devido ao prazo de realização do trabalho.

A valer, entendo que a compreensão do social em suas dimensões conflitivas torna-se possível por meio das marcas das lutas pela sua significação produzidas pelos grupos sociais ao longo do tempo e que, também, se expressam no presente. Refletir, pois, sobre uma “realidade histórica” ou uma “realidade educacional” determinadas na abordagem discursiva pós-fundacional implica em mobilizar não apenas os aspectos epistemológicos, mas também os associados à dimensão ontológica que as informam (RETAMOZO, 2009). Essas realidades não estão dadas a priori. Elas são produzidas em meios a processos de significação nos quais intervêm as lógicas de equivalência e da diferença, resultando em estabilizações e deslocamentos de sentidos. Nomear e significar uma ordem social específica pode ser entendido, assim, como movimentos de hegemonização de um sentido particular e simultaneamente de produção de antagonismos que permitem o estabelecimento da fronteira entre o que é/está sendo e o que não é/ não está sendo nomeado e significado (GABRIEL, 2016 e 2017). Como afirma Gabriel (2016, p. 112): “nesse processo, entram em jogo



simultaneamente as lógicas de equivalência e da diferença por meio das quais a tensão universal e particular é em permanência reativada, abrindo caminhos teóricos para pensá-la de forma produtiva”. A estas lógicas, portanto, será investido o recurso da Teoria do Discurso, em diálogo com a Sociologia das Ausências, para a compreensão da fixação de sentidos em face aos discursos que disputam a hegemonia da ordem social que, neste caso, giram em torno da estabilização produzida e expelida pelo significante “Cidade Imperial”.

Reduzir e condensar a história local de Petrópolis, ao significante “Cidade Imperial” é, neste estudo, entendido como uma operação hegemônica em meio às disputas pelo passado dessa cidade. Este significante é responsável por produzir certos sentidos em torno do que pertence e do que não pertence ao passado petropolitano. Como afirma Howarth (2005), os enunciados fazem parte de jogos de linguagem, ou seja, narrar o outro-passado é, assim, uma enunciação posta entre lógicas sociais e políticas, onde os discursos se (re)constroem conforme o movimento de contingência da própria lógica de hegemonização.

Não é por acaso que a cidade de Petrópolis possui uma disciplina de história local ofertada pela rede municipal de ensino e para todas as turmas do segundo ciclo do ensino fundamental. Esta disciplina, HGPT-ET, foi criada em 1984 a partir da Lei Municipal nº 4.306 e foi algumas vezes atualizada via Poder Legislativo e Secretaria Municipal de Educação. Essa disciplina tem por objetivo fundamental apresentar aos alunos do 6º ao 9º ano da rede pública aos acontecimentos históricos da comunidade petropolitana, como também às noções sobre geografia e turismo local e a educação para o trânsito<sup>9</sup>. A posição aqui defendida reconhece que, como todo currículo de uma disciplina escolar, o da HGPT-ET se constitui como um terreno fértil para as disputas entre os diferentes grupos de interesses que participam do cenário político contemporâneo (GABRIEL, 2015)<sup>10</sup>.

Neste estudo, refiro-me como currículo da disciplina de HGPT-ET o conjunto de textos que considereirei como o meu material empírico de análise, ou seja, o Referencial Curricular para o Segundo Segmento da Rede Municipal de Petrópolis (PETRÓPOLIS, 2014), onde há a

---

<sup>9</sup> Esta heterogeneidade de temáticas que constam na disciplina de HGPT-ET será tratada ao longo desta pesquisa.

<sup>10</sup> Essa disciplina é ofertada para os anos finais do ensino fundamental. De acordo com os dados preliminares do Censo Escolar 2020, extraído do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o município de Petrópolis conta com o número de 10.777 matrículas de estudantes nos anos finais do ensino fundamental. Isso significa que um elevado número da população escolarizada dessa cidade tem acesso a essa narrativa histórica ofertada sob o auxílio desta disciplina. Outrossim, é importante destacar que em Petrópolis, a rede municipal é responsável pela educação infantil até o 9º ano do ensino fundamental. Entretanto, em uma exceção, a municipalidade oferta o ensino médio em uma única escola da cidade, o Liceu Municipal Prefeito Cordolino Ambrósio.

orientação dos conteúdos e temas a serem trabalhados pelas disciplinas escolares, inclusive a de HGPT-ET, bem como, o material didático para os 6º, 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental (PETRÓPOLIS, 2016a, 2016b, 2016c e 2016d). Explorei nesse acervo textual as enunciações que contribuem para tornar esta disciplina como um elemento de estabilização da narrativa hegemônica de “Cidade Imperial”. Para tal, busquei igualmente dialogar com um conjunto de referências bibliográficas que desempenham importante papel no jogo de estabilizações e desestabilizações de um sentido particular do passado petropolitano, de acordo com a produção historiográfica divulgada sob a forma de livros, artigos, dissertações e teses que podem ser vistos igualmente como dispositivos textuais mobilizado nessas lutas pela significação. Nesta pesquisa, considero o conjunto desses textos, ainda que de aplicações distintas, como igualmente fundamentais para explorar o objeto de investigação aqui posto em destaque: a construção discursiva do passado petropolitano em seus efeitos na produção do currículo escolar de HGPT-ET em sua face de estabilização da hegemonia da “Cidade Imperial”.

No que diz respeito ao debate teórico aqui travado, destacam-se, como mencionado anteriormente, as contribuições da Teoria do Discurso pós-fundacional em consonância às orientações dos estudos do grupo liderado por minha orientadora e que eu também faço parte, o GECCEH, integrado ao LaNec (Laboratório de Pesquisa, Ensino e Extensão do Núcleo de Estudos Curriculares), do PPGE (Programa de Pós-Graduação em Educação) da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Este grupo tem investido em pesquisas cujo foco incide no processo de construção do conhecimento histórico-escolar à luz das teorizações sociais pós-estruturalistas. As escolhas de categorias de análise e os campos dos quais se orienta estudo se dão sob as influências e desdobramentos, conforme já indiquei, do GECCEH e, certamente, pelos seus afetamentos epistemológicos e ontológicos diante dos horizontes metodológicos. A aproximação e apropriação dos aportes desse quadro teórico para pensar o meu objeto foram – e ainda são – desafios que desestabilizam não apenas a estrutura do social, mas, antes, a nossa estrutura como pesquisador. Assim,

a complexidade da crítica epistemológica pós-estruturalista afasta muitos pesquisadores iniciantes e faz com que outros incorporem parte de seu discurso e de sua linguagem sem, contudo, compreenderem profundamente as implicações ontológicas e metodológicas de seus pressupostos (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013, p. 1328).

Entendo e me certifico em Quivy e Campenhoudt (2005), que o referencial privilegiado de uma pesquisa é aquele cuja caixa de ferramentas disponibilizada pode auxiliar na busca de respostas para as questões formuladas. É, pois, nesse sentido, que me apropriei das

contribuições da abordagem discursiva pós-fundacional para pensar o meu objeto e os desafios trazidos por esta pesquisa. Trata-se, assim, de se lançar mão dos aportes teórico-metodológicos relativos à Teoria do Discurso, como já indicado, bem como de seus interlocutores no campo pós-fundacional para compreensão das narrativas produzidas sobre o passado petropolitano e como elas produzem efeitos sobre o processo de fixação/desestabilização do sentido de “Cidade Imperial”, assim como se repercutem no currículo escolar. Ressalto que busquei também travar um diálogo com o pensamento de Boaventura de Sousa Santos, mais especificamente com as reflexões apresentadas em sua obra “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, de 2002, na qual este autor aborda os limites da razão indolente e a imprescindibilidade de investir em formas de (re)conhecimentos outrora negados pelos consensos científicos de até então; ao intento, também, de encontrar nesta interlocução uma maior capilaridade na produção teórico-metodológica e investir nos intervalos teóricos que esta aproximação permite elucidar, como é o caso da produção das não-existências ontologicamente ordenada diante dos jogos de linguagem.

Para além das leituras relacionadas à postura epistêmica, canalizei meus estudos para os debates internos tanto ao campo do currículo quanto ao do ensino de História como às bibliografias sobre a história de Petrópolis. Em relação ao campo do currículo, importa explicitar o próprio entendimento de currículo com o qual pretendo trabalhar em meio às diferentes perspectivas teóricas que atravessam os debates curriculares contemporâneos, bem como me aprofundar sobre as questões que envolvem a interface currículo-conhecimento escolar, em particular na área de história e na abordagem sobre o *local*. Como todo termo, currículo é uma palavra polissêmica e que, como aponta Moreira (2017), as tradições curriculares produziram distintas compreensões acerca deste significante. A perspectiva discursiva do currículo, pautada na epistemologia pós-fundacional, enfatiza determinados vetores de significação deste termo. Espaço-tempo de estruturação de uma ordem de sociedade desigual, produtor de significações e subjetivações, espaço de articulação entre autobiografias e formação dos sujeitos, ato de transformação política (GABRIEL, 2013, 2015, 2016, 2017, 2021) o currículo pode ser visto como um território fecundo para pensar politicamente as questões relacionadas à produção e distribuição do conhecimento escolar, bem como significações a partir da intersubjetividade das experiências. Estudar currículo de história na pauta da abordagem discursiva pós-fundacional, é, pois, permitir lançar um olhar ontológico sobre a realidade e seus processos de hegemonização e antagonização do social, em meio aos processos de produção do conhecimento.

Para tanto, esta escrita se organizou em torno de três movimentos/capítulos. O primeiro, corresponde ao investimento no debate teórico-conceitual sobre os discursos relativos ao passado de Petrópolis em meio às disputas pela significação da “Cidade Imperial”, auxiliado pela revisão de literatura realizada no primeiro capítulo. O segundo capítulo focaliza o processo de objetivação e subjetivação do currículo a partir das lentes teóricas do pós-fundacionismo. Por fim, o terceiro capítulo apresenta o tratamento empírico a partir da análise discursiva dos textos curriculares selecionados.

Traduzir o processo de produção do conhecimento científico, tendo como base minhas motivações, interesses de pesquisa, interlocução teórica, foco e recorte privilegiados, explicitados nesta introdução, é o que busquei desenvolver no que vem a seguir.

## Capítulo 1.

### **O passado petropolitano em torno da hegemonia da “Cidade Imperial”: entre a Teoria do Discurso e a Sociologia das Ausências e das Emergências**

A partir do entrecruzamento das contribuições da Teoria do Discurso em sua vertente pós-fundacional (HOWARTH, 2005) e da Sociologia das Ausências (SANTOS, 2002), este capítulo tem por objetivo produzir um mapa dos diferentes discursos produzidos sobre o passado petropolitano. Interessa-me, mais particularmente, explorar a produção da não-existência (SANTOS, 2002) de certos discursos como operação hegemônica (LACLAU, MOUFFE, 1987) de fixação de uma memória local particular, condensada na expressão “Cidade Imperial”.

Como vimos trabalhando no GECCEH, categorias como “discurso”, “lógica da equivalência”, “lógica da diferença”, “hegemonia”, “antagonismo”, tais como compreendidos no âmbito do quadro teórico aqui privilegiado, oferecem outras lentes teóricas para enfrentar a tensão universal e particular que atravessam o debate curricular, em particular, no que incide na análise do processo de construção do conhecimento científico e escolar. Desta forma, analisar os processos de significação pressupõe enfrentar um tensionamento entre o universal e o particular (GABRIEL, 2015), ou seja, reconhecer que sentidos outros podem entrar em tensão e desarticular qualquer significante que se hegemoniza ocupando o lugar do universal. Os sentidos sobre a história de Petrópolis passam a ser disputados entre aquilo que é nomeado como “Cidade Imperial” e o que fica fora dessa cadeia equivalencial, isto é, os sentidos que a antagonizam. Afinal, quando um significante particular ocupa o lugar do universal em um determinado contexto discursivo, consolidando um processo de hegemonização (GABRIEL, 2015), simultaneamente são produzidos outros antagonismos que passam a ocupar a função discursiva de “exterior constitutivo” (LACLAU, MOUFFE, 1987). Que sentidos outros do passado Petropolitano são negados ou silenciados no processo de hegemonização acima mencionado?

Este capítulo está organizado em três seções. Na primeira, exploro com mais profundidade as categorias teóricas mobilizadas neste estudo. Na segunda seção, irei discorrer especificamente sobre os elementos discursivos que contribuem para a fixação do sentido hegemônico de “Cidade Imperial”. Para isso, apresento algumas construções narrativas que justificam e totalizam esta noção sobre o passado local, extraídas de um conjunto de referências bibliográficas, sobretudo de caráter historiográfico, mas que também ressaltam questões consagradas ao senso comum sobre a cidade, como patrimônios culturais, turísticos e uma

própria noção histórica sobre o passado local. Esses elementos podem ser vistos como pistas da presença forte de uma matriz historiográfica focada no culto às tradições e na naturalização de discursos sobre o passado local. Na terceira parte, levanto outras formas possíveis de narrar a história de Petrópolis, a partir do diálogo com a Sociologia das Ausências, sublinhando os processos de produção das não-existências que exercem a função discursiva de exteriores constitutivos que contribuem para a estabilização de sentidos hegemônicos. Nesse encontro, memórias subalternizadas e suas narrativas antagonizam os aspectos hegemônicos da historização local, contribuindo para a construção de uma compreensão da história petropolitana que vá além das marcas e dos efeitos da “Cidade Imperial”. Embora ausentes dos discursos hegemônicos, penso que nesta terceira seção, o diálogo com Boaventura de Sousa Santos será potente para a transposição de diversos fragmentos da história que foram, e em certa medida ainda são, excluídos das formas de se narrar o passado, ou seja, enquanto jogos de tempo e de linguagem que expõem pela própria força da hegemonia outras discursividades.

### **1.1. Considerações teóricas sobre a epistemologia e ontologia pós-fundacional e diálogos possíveis com a Sociologia das Ausências**

(...) un sistema de supuestos ontológicos, conceptos teóricos y preceptos metodológicos y no en una serie de propuestas de moda destinadas a explicar y predecir fenómenos tales como el comportamiento del estado capitalista o las diferentes formas y lógicas de la acción colectiva. *El objetivo de este programa de investigación se centra en la idea de que todos los objetos y prácticas tienen un significado, y que los significados sociales son contextuales, relacionales y contingentes.* Además, sostiene que todos los sistemas de prácticas con sentido – los discursos – dependen de exteriores discursivos que parcialmente constituyen dichos órdenes, mientras que potencialmente los subvierten. En un sentido menos abstracto, las relaciones sociales presentan cuatro propiedades: contingencia, historicidad, poder y la primacía de la política (Laclau, 1990, pág. 31-6) mientras que las identidades de los agentes sociales están constituidas dentro de estructuras de práctica articularias y los sujetos políticos surgen cuando los agentes se identifican nuevamente bajo condiciones de dislocación (HOWARTH, 2005, p. 39, grifo do autor).

A citação de Howarth (2005) escolhida como epígrafe para essa seção, traduz de forma sintética a abordagem discursiva privilegiada neste estudo. Trata-se de uma postura epistêmica que se inscreve no que ficou conhecido como uma virada ontológica na produção de leituras políticas do social.

A Teoria do Discurso não se apresenta apenas como um mero artifício teórico-metodológico, mas, como Oliveira, Oliveira e Mesquita (2013) apontam, como um atributo ontológico da realidade. Galgado na compreensão de que toda realidade material é discursivamente acessada, ou seja, a produção material e concreta é *instrumentalmente* compreendida pela produção de experiências – ou discursividades – dos atores e dos grupos

que se articulam no espaço e no interior das relações sociais, a Teoria do Discurso contribui para a compreensão do Social em seu sentido mais amplo, e não apenas a da dimensão educacional. Conforme Oliveira, Oliveira e Mesquita apontam:

A teoria do discurso é mais bem entendida como uma tradição de reflexões e debates que compartilham o mesmo referencial analítico e que, a partir desse referencial, buscam construir discursos contingentes e contextualizados sobre os processos sociais observados (OLIVEIRA, OLIVEIRA E MESQUITA: 2013, p. 1331).

Nessa perspectiva, categorias como “contingência”, “historicidade”, “poder” e “política”, consideradas, como vimos, por Howarth (2005) como "propriedades das relações sociais", constituem ferramentas de análise potentes que se articulam para a compreensão dos contextos discursivos analisados. No caso deste estudo, elas se apresentam potentes para pensar a produção de narrativas sobre o passado da cidade de Petrópolis.

A compreensão do entendimento de discurso na teorização de Laclau e Mouffe é fundamental para a própria compreensão das demais categorias. Ele é percebido na ordem do material e não do mental e, dessa forma, se define como uma matriz de produção de sentidos. Como afirma Gabriel (2015) “discurso é assim o significante usado para nomear qualquer totalidade estruturada contingencialmente por meio de duas lógicas – a da equivalência e a da diferença – que operam de forma relacional” (2015, p. 37). Analisar discursivamente o Social é explorar os processos de significação que mobilizam essas duas lógicas, de modo a fazer trabalhar a aporia que consiste no reconhecimento simultâneo da inevitabilidade de todo fechamento, ainda que provisório, de sentidos – para que o processo de significação se efetive – e da sua impossibilidade. Na medida em que nesse quadro teórico não há espaço para a ideia de totalizações metafísicas pautadas em fundamentos absolutos, os processos de significação são sempre inacabados, incompletos, suas suturas são sempre contingenciais.

Nessa mesma linha argumentativa, Gabriel e Costa (2011), em diálogo com a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe afirmam:

As identidades das coisas e sujeitos desse mundo não podem ser definidas pela sua positividade plena, mas, sim, pela sua incompletude, situando-as em um sistema que é simultaneamente condição de constituição e de subversão das identidades diferenciais (GABRIEL e COSTA, 2011, p. 130).

É, pois, desse modo que se justifica a potência explicativa da contingência nesse quadro teórico. Com efeito, os fechamentos de sentido nas lutas pela significação não se justificam por nenhuma essência ou por expressarem o sentido mais verdadeiro. Eles traduzem as relações de força que participam no jogo da definição de um significante quando mobilizado em um espaço-tempo específico. Afirmar, portanto, que as fixações de sentido são contingenciais, significa afirmar que esse é um sentido possível, mas não único, tampouco definitivo, que se impõe em

função de diferentes variáveis que entram em linha de conta em um processo de significação determinado. Considerar a força da contingência nas lutas pela significação implica, contudo, inscrevê-la em um movimento mais amplo que o aqui e agora. Ela se faz presente em contextos marcados por diferentes camadas de discursos mais ou menos estáveis que se sedimentam e que produzem efeitos nas lutas pela significação.

A “historicidade”, seguindo Howarth (2005), por sua vez, é a categoria que nos ajuda a pensar o movimento de estabilização e desestabilização em contextos discursivos específicos nos quais se inscreve a “realidade” que queremos compreender. Já as relações de poder, são entendidas aqui como forças que atravessam capilarmente os contextos analisados. Elas são instituintes das ordens sociais desigualmente estruturadas. Essas forças se manifestam por meio dos processos de produção de hegemonias e antagonismos que marcam as lutas pela significação.

Nesse quadro teórico, a diferenciação entre político e política é importante para a compreensão do próprio jogo político. Como esclarece Martins (2021), que auxilia na abertura desta reflexão:

Enfim, o político é o conflito que ao mesmo tempo constitui e coloca em risco o instituído, é a dimensão ontológica que constitui o social (LACLAU, 2005, p. 94), enquanto a política (e não a dimensão política) é a tentativa de controlar o político, de estabelecer uma ordem, é a hegemonização, a sedimentação, o fechamento de sentido, é a dimensão ôntica (MARTINS, 2021, p. 5).

Nessa perspectiva, a reflexão aqui pretendida sobre as disputas do passado da cidade de Petrópolis, implica em considerar tanto as tentativas de estabilização de uma memória alimentada por grupos de interesse particulares, quanto as linhas de fuga desse controle, que deixam abertas outras memórias emergirem no presente. Ribeiro (2021), em um trabalho sobre as disputas por memória, verdade e justiça que envolvem a Casa da Morte, afirmou: “a memória se produz em uma relação com a alteridade (diferença), só há memória quando existe a experiência com o diferente, sendo uma atividade dinâmica o ato de lembrar e o ato de esquecer” (p. 834). Este processo se configura como a marca articulatória entre os discursos que disputam a hegemonia de uma ordem social. Neste movimento, os exteriores constitutivos são, ao meu ver, um entre-lugar entre uns e outros que se articulam, produzindo as diferenças e equivalências que habitam em suas significações, subalternizações, hegemonizações e antagonizações do social.

Uns e outros, envolvidos nos jogos de tempo e de linguagem, ao disputarem os espaços da ordem social, produzem e fixam sentidos de significantes particulares. Este outro, no caso antagonizado, em determinadas ocasiões, acaba por ser ocultado ou silenciado e, assim,



apresentado como o exterior constitutivo do sentido hegemônico – ou seja, a diferença – embora este processo ocorra na exterioridade daquele que se hegemônica. Segundo Gabriel (2015), sobre as formas de se conceber a discursividade diante da heterogeneidade do social, observam-se duas características:

A primeira atua de maneira a estabelecer uma cadeia equivalencial entre distintas unidades diferenciais. A segunda intervém no sentido de romper com o processo de equivalência mobilizado pela primeira, que tende a ser infinito. Esse rompimento produz um limite radical, uma fronteira, expelindo para fora da cadeia o antagonico, o Outro, que passa a funcionar como seu “exterior constitutivo”. O estabelecimento de um corte radical e a produção desse antagonico é o que caracteriza qualquer processo de significação (GABRIEL, 2015, p. 37).

Diante deste processo, narrar e significar sentidos diante de um, ou seja, daquele que se homogeneiza, garante também olharmos para o(s) outro(s). Nos jogos de linguagem e de tempo, os diferentes se destacam pela sua condição de exterioridade – sejam elas equivalentes ou diferentes. Narrá-los, portanto, é colocar em evidência um processo que não se dicotomiza entre um ou outro, entre o certo e o errado, e opressor e o oprimido, mas sim, fazendo uso dos próprios jogos de linguagem, sujeitos plurais, cujas diversidades outras não só antagonizam mas também disputam a hegemonia do universal (GABRIEL e COSTA, 2011).

Pensar a realidade histórica de acordo com a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe é operar com a infinitude de realidades vividas, experienciadas e por isso articuladas sob a égide da disputa de poder no campo social em meio aos jogos da diferença e equivalência (GABRIEL e COSTA, 2011; GABRIEL, 2017). As narrativas históricas se inserem igualmente no campo das discursividades, conforme Howarth (2005) apontou. O processo histórico, assim, é narrado por diferentes grupos de interesse que, em cada presente, disputam sentidos do universal. Entendemos que a forma de significar a articulação passado-presente-futuro, que subjazem as narrativas históricas, se inscreve nesse movimento de significação tal como interpretado pela abordagem pós-fundacional. Afinal, a quem interessa trazer para cada presente qual passado? Visitar o passado implicaria, nessa perspectiva, em entrar nas lutas pela hegemônica de certas narrativas históricas em detrimento de outras (GABRIEL, 2015). A Teoria do Discurso, assim, propõe ferramentas para considerar por meio de sua proposição de visibilidade e de compreensão do jogo de poder, os diversos discursos mobilizados nas disputas que giram em torno das memórias e dos projetos de sociedade.

Trago igualmente para essa reflexão as contribuições de um outro referencial teórico que considero igualmente potente para problematizar discursos historiográficos contemporâneos. Refiro-me à Sociologia das Ausências e Emergências (SANTOS, 2002). Pensar sobre as ausências produzidas, conforme Santos (2002), é se dirigir ao mesmo tempo ao

lugar de encontro epistemológico da Teoria do Discurso, como também buscar se aprofundar ontologicamente nas horizontalidades e verticalidades do processo de significação, representado na *produção* de hegemonias que excluem, embora também constituam, os sentidos particulares por aqueles – ou aquelas, nos termos dos entes ou dos seres – que se apropriam do universal e, neste caso específico, das narrativas sobre o passado local da cidade de Petrópolis.

A sociologia de Santos, particularmente àquilo que se refere aos possíveis vínculos com a Teoria do Discurso, se inscreve no processo de construção do que Boaventura de Souza Santos nomeia como razão indolente (SANTOS, 2002). Ao termo indolência, esse autor realiza profunda crítica em relação a razões que identifica serem os alicerces metonímico e proléptico da razão ocidental, ou seja, duas das últimas fases desta razão ocidental – a razão que produz indolências, insensibilidades com as coisas outras – onde, respectivamente, a totalidade analítica impossível de ser concebida, por desconsiderar o caráter multicultural das sociedades, e o olhar sobre o tempo em uma única direção ao futuro, contribuíram para que a chamada ciência moderna – tida como o campo que produzia suas verdades inequívocas – em alguma medida, desconsiderasse as particularidades e as diferenças. Estes fatores, portanto, contribuem para um processo reconhecido como a produção das não-existências do presente, ou seja,

A produção social destas ausências resulta na subtração do mundo e na contração do presente e, portanto, no desperdício da experiência. A sociologia das ausências visa identificar o âmbito dessa subtração e dessa contração de modo a que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas dessas relações de produção e, por essa via, se tornem presentes (SANTOS, 2002, p. 249).

É possível aproximar esse entendimento de Boaventura à crítica ao fundacionismo. Desnaturalizar um viés de conhecimento muitas vezes compreendido como legítimo no senso comum seria, assim, *valorizar* as particularidades desse próprio senso comum, por meio do desvelamento, quer dizer, tornar presente o que outrora se fez como ausente na provocação do emergir de subjetividades e, conseqüentemente, a construção de práticas de alteridade, cujas apostas políticas contribuíram para o alvorecer daquilo que Santos (2002) nomeia de uma razão cosmopolita – e penso não menos do que o desencadear de uma nova sociedade, buscando uma aproximação, inclusive, com suas perspectivas de emancipação social (ARROYO, 2013).

Desta maneira, a sociologia de Boaventura se soma às contribuições teóricas da abordagem pós-fundacional, especialmente no que diz respeito à crítica aos fundamentos últimos pautados na razão moderna, onde, recordando sua perspectiva acerca da sua crítica à razão ocidental em suas fases da “razão metonímica (a parte tomada pelo todo) e razão proléptica (o domínio do futuro sob a forma do planejamento da história e do domínio da

natureza)” (SANTOS, 2002, p. 241), a Sociologia das Ausências e das Emergências pode contribuir para a efetivação de

(...) uma racionalidade cosmopolita que, nesta fase de transição, terá de seguir a trajetória inversa: expandir o presente e contrair o futuro. Só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje. Por outras palavras, só assim será possível evitar o gigantesco desperdício da experiência de que sofremos hoje em dia. Para expandir o presente, proponho uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências (SANTOS, 2002, p. 239).

Essa proposta de refundação da Razão seria muito mais do que apenas reconduzir a crítica social aos seus objetos, mas sim, como afirma Germano (2007) sobre as propostas de Boaventura, a construção de uma solidariedade que estaria também relacionando o pensamento do autor português ao dispor de uma emancipação social (OLIVEIRA, 2006; 2012<sup>11</sup>). Desta forma, a razão metonímica não mais iria contrair o presente enquanto a produção de um todo que se relaciona a uma hegemonia, tampouco a fase proléptica da razão indolente se embasaria diante de uma promessa de uma promessa de futuro impossível de se realizar pois este estaria alicerçado na consequente produção das não-existências. A razão cosmopolita ao meu ver, portanto, é espaço-tempo fecundo para o advir das experiências subalternizadas pelos processos de hegemonização, sobretudo àquelas condensadas a uma historicidade margeadas pelas marcas dos jogos de linguagem, bem como a consequente produção das lógicas de equivalências e diferenças que nomeiam e por isso trazem significações aos discursos que disputam a ordem social.

Isto posto, firmo a justificativa para o entrecruzamento das contribuições teóricas dessas duas perspectivas teóricas: a possibilidade de vincular a interpretação dos sentidos que hegemonizam e antagonizam a noção de “Cidade Imperial”, por meio de um crivo privilegiado que se assenta tanto na ciência política quanto na sociologia. Dito de outro modo, a ideia aqui é construir um olhar que permita, segundo Santos (2002) em sua proposta de ruptura às fases metonímicas e prolépticas da razão ocidental, agora expandir o presente e contrair o futuro, fazendo disso uma tradução em forma de análise curricular focalizada na desestabilização de discursos hegemônicos e homogêneos sobre o passado e na emergência da pluralidade de possibilidades de interpretações que se apresentam como ausentes e subalternizadas pelos jogos de linguagem e de tempo.

Aposto assim, à luz da articulação entre as perspectivas teóricas aqui trabalhadas, que emancipar se associa, justamente, ao processo de (re)significar. Esses processos de significação,

---

<sup>11</sup> Este último, inclusive, relaciona seus caminhos à questão curricular.

por sua vez, carregam as formas de subjetividades que se fixam contingencialmente na relação estabelecida com o(s) outro(s), o coletivo.

A interlocução teórica aqui proposta contribui, assim, no entendimento do jogo político. Enquanto, no quadro de inteligibilidade pós-fundacional, a distinção conceitual entre o político e a política remete à estabilização e desestabilização de sentidos, e a crítica à razão indolente permite a busca por novas formas de significação:

[...] ao dilatarm o presente e contraírem o futuro, a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, cada uma à sua maneira, contribuem para desacelerar o presente, dando-lhe um conteúdo mais denso e substantivo do que o instante fugaz entre o passado e o futuro [...] (SANTOS, 2002 p. 258).

Neste espaço fronteiro entre a Teoria do Discurso e a Sociologia das Ausências e das Emergências, a reconstrução da análise social está atravessada pela questão discursiva das identidades/definições das coisas e sujeitos desse mundo, pois é justamente esse o ponto de ruptura entre as razões metonímica e proléptica proposto por Santos em direção a um novo futuro passando, antes de tudo, também por um novo presente. O desafio da definição (da questão do ser) é justamente o de poder continuar nomeando os entes e os sujeitos possuidores de identidades desse mundo sem contar com a ideia de um fundamento absoluto, metafísico sobre o qual ela se fundamentaria. Na Sociologia das Ausências e das Emergências, essa questão é enfrentada pelo conceito de tradução. Segundo Santos, “a tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis (...)” (2002, p. 262). Já a Teoria do Discurso permite olhar para essas lutas pela significação que mobiliza simultaneamente as lógicas da equivalência e da diferença, como é o caso da cidade de Petrópolis e dos sentidos construídos no entorno das significações sobre seu passado, hegemônicas e antagonizadas em face ao significante da “Cidade Imperial”.

As apostas que conduzem à investigação desta pesquisa contribuem para que se assumam uma crítica radical a qualquer perspectiva essencialista (GABRIEL, 2017). Nessa perspectiva teórica-metodológica, toda significação é resultante de uma operação hegemônica por meio da qual um sentido particular é alçado à condição de universal (GABRIEL, 2017). As lutas pela significação de um termo específico almejam sempre a universalização, homogeneização, naturalização, hegemonização e reprodução de um sentido particular no qual interessa investir. Para tal, são mobilizados termos/momentos em meio ao sistema de diferença com o intuito de estabelecer contingencialmente uma cadeia de equivalência e, simultaneamente, é expulso para fora dessa cadeia outros termos que, quando articulados, incarnam o antagônico (exterior constitutivo) a essa cadeia, permitindo que ela seja suturada, ainda que provisoriamente.

Outro aspecto de aproximação entre a Teoria do Discurso e a Sociologia das Ausências e Emergência diz respeito à questão da temporalidade. Refiro-me mais particularmente à forma de pensar a articulação entre passado e futuro em cada presente. Entendo que ambas abordagens teóricas contribuem para problematizar a articulação hegemônica na modernidade que tende a reforçar perspectivas eurocêntricas, abrindo assim outras possibilidades de operar com o regime de historicidade, assim definido por Hartog (2013) como: “os diferentes modos de articulação das categorias passado, presente e futuro. Conforme a ênfase seja colocada no passado, no futuro ou no presente, a ordem do tempo não é, com efeito, a mesma” (HARTOG, 2013, p.166)

Trata-se aqui de mobilizar a categoria regime de historicidade como um vetor importante nas disputas políticas por projetos de sociedade. As disputas pelo passado petropolitano se dão por meio de produções narrativas históricas, que por sua vez, carregam e dão visibilidade às articulações entre passado, presente e futuro privilegiado em um contexto específico, no caso deste estudo, a disciplina de HGPT-ET, sendo ela um vetor de estabilizações de sentidos e de historicidades.

As narrativas históricas se produzem por meio do entrecruzamento de discursividades ausentes e emergentes em meio às disputas de um presente prenhe de demandas. Santos (2002) indica que expandir o presente e contrair o futuro é uma forma de tanto valorizar as experiências ausentes como fazê-las emergir, lhes dando visibilidade. A Sociologia das Ausências e das Emergências pode contribuir por meio da Tradução, para fazer emergir deslocamentos e outros antagonismos capazes de reconfigurar os regimes de historicidade, dando visibilidade a narrativas outras possíveis. Afinal, “[...] narrar como nos ensina Ricoeur (1997), é atribuir um significado a nossa (individual e coletiva) experiência no tempo” (GABRIEL, 2015. p. 39).

Narrar, portanto, é atribuir contingencialmente um sentido carregado de ênfases ou ocultamentos às memórias, às identidades e às subjetividades que afetam e influenciam a compreensão sobre uma história. Essas *estratégias*, compreendidas como jogos de linguagem e de tempo, segundo Gabriel e Costa (2011), podem se fazer diante das significações sobre o passado em forma de sua produção historiográfica, de patrimônios culturais, arquitetônicos e turísticos, amparados ainda em regimes de historicidades, e que podem se articular, conforme o interesse dessa pesquisa, em um currículo escolar de história.

A disciplina de HGPT-ET se apresenta, assim, como um espaço-tempo atravessado de lutas pela significação de formas de articular passado-presente-futuro. Considerando o currículo como um espaço-tempo de enunciação (MACEDO, 2017), confrontar o documento da disciplina de HGPT-ET a outras fontes diante daquilo que se fecha ou se abre por meio do

significante “Cidade Imperial”, permitirá olhar o currículo como um território de disputas entre narrativas da história da cidade de Petrópolis, desmistificando qualquer percepção existente sobre a neutralidade tanto da própria história como, conseqüentemente, a do currículo. Antes, porém, compreender a hegemonia discursiva sobre a história de Petrópolis, configurada na “Cidade Imperial” é de grande valia para o desenvolvimento desta investigação<sup>12</sup>. Assim, creio ser possível trilharmos um caminho para que se conheça as estratégias discursivas que extrapolam o contexto escolar e que contribuem para fixar esse sentido particular da história local dessa cidade. Que Petrópolis é essa e quais sentidos são oferecidos ao imaginário comum que legitimam uma história hegemônica em torno “Cidade Imperial”?

## **1.2. A hegemonia em torno da “Cidade Imperial”: a história que subalterniza outras histórias**

Petrópolis, “Cidade Imperial”. Localizada na região serrana do estado do Rio de Janeiro, possui, segundo o IBGE (2018), uma população superior a pouco mais de 305 mil habitantes. Consoante à noção que permeia o senso comum, a fundação da cidade é datada de 16 de março de 1843, um processo conhecido como a chegada de imigrantes alemães na localidade e, posteriormente, local da residência de verão da família imperial (RABAÇO, 1985; SANTOS, 2001; ABAD, 2009; BADE e MENDES, 1999).

“Cidade Imperial” é um significante que carrega as lutas pela universalização ou hegemonização de uma narrativa histórica sobre a cidade de Petrópolis. Escrita aqui nesta seção sempre em aspas por abarcar uma noção totalizante, oficial ou natural da história local, também é responsável por expelir outros significantes, os apropriando ou os subalternizando, gerando assim uma série de diferenças e equivalências. Esta seção objetiva apresentar os fragmentos narrativos, como relatos históricos extraídos de bibliografia selecionada que exaltam, portanto, a noção de fechamento de hegemonias em torno do significante “Cidade Imperial”.

Considero importante aqui sublinhar duas questões: a primeira que a bibliografia selecionada que me refiro acima diz respeito a um conjunto das referências extraídas dos materiais didáticos da disciplina de HGPT-ET; a segunda que pretendo trazer à tona um repertório que se dirige e se relaciona com a “Cidade Imperial”, como historicidades, patrimônios, locais públicos, biografizações e outros componentes discursivos que conversam

---

<sup>12</sup> Enfatizo, portanto, que este não é um trabalho que se restringe à história de Petrópolis. O exercício aqui realizado, e que será visto na próxima seção até o final deste capítulo, consiste em fornecer uma interpretação discursiva das significações sobre o passado local, ainda que para isso, acessar a literatura especializada sobre a história da cidade seja preciso.

sobre uma ontologia possível a ser explorada e compreendida no contexto de uma razão indolente.

Como mencionado anteriormente, Gabriel e Costa (2011), ao analisarem a articulação do conhecimento histórico nos currículos escolares por meio da compreensão das reconfigurações narrativas da história nacional por meio de outras temporalidades, abre-se pistas interessantes que pretendo explorar nesta pesquisa, deslocando, contudo, as reflexões de uma escala nacional para uma escala local. Para tal, interessa-me lançar um olhar sobre os processos de hegemonização da “Cidade Imperial” a partir de excertos da historiografia local (RABAÇO, 1985; SANTOS, 2001; ABAD 2009; BADE e MENDES, 1999) que são citadas na bibliografia do material didático analisado, traduzindo, então, em discursos sobre o passado petropolitano.

Mattozzi (2008), assim como Cavalcanti (2018), apontam que narrativas históricas locais carregam a tendência de se associarem ao contexto global da história nacional. Neste sentido analiso, nos trechos a seguir, as formas de entrelaçamento discursivo entre a história local e nacional, tendo como foco conjuntos narrativos, provenientes do repertório acima assinalado, cujas características não apenas remetem ao tempo cronológico, mas principalmente às qualidades que se fixam e que se subalternizam diante da “Cidade Imperial”. Dividida entre proto-história – conjunto discursivo subalternizados à significação hegemônica – e fundação de Petrópolis – conjunto discursivo *atemporal* remetido à significação hegemônica da “Cidade Imperial” que tanto fala sobre um marco de edificação da cidade como a associação de outros discursos a essa memória, como Bandeirantes, família imperial e colonos alemães – o que se segue é a busca por uma descrição dos sentidos que estabilizam e naturalizam uma determinada – e limita – compreensão sobre o passado de Petrópolis.

### **1.2.1. A proto-história e os antecedentes históricos que sustentam a hegemonia da “Cidade Imperial”**

O significante “Cidade Imperial” passou a se constituir afirmando a oficialização, homogeneização e naturalização da constituição da história de uma cidade, por meio de um Decreto Imperial, atrelando, assim, burocraticamente e discursivamente, o sentido dessa história a um momento específico da história nacional. Neste trecho, Rabaço (1985) ilumina o sentido que buscamos revelar:

*A história de Petrópolis inicia-se oficialmente no dia 16 de março de 1843, data em que o Imperador Dom Pedro II assinou o Decreto nº 155 que aprovou o plano de seu Mordomo, Paulo Barbosa da Silva determinando arrendamento da Fazenda do Córrego Seco ao Major de Engenheiros Júlio Frederico Koeler, reservando ao mesmo tempo terrenos para edificar o Palácio Imperial assim como uma povoação, que, pela*

Portaria Provincial de 8 de julho de 1843 foi batizada como o nome de Petrópolis, ou seja “a Cidade de Pedro”. *Os fatos históricos na região antes da fundação de Petrópolis fazem parte dos “antecedentes históricos” o que em linguagem técnica se denomina como PROTO-HISTÓRIA* (RABAÇO, 1985, p. 1, grifo nosso).

Indicando como algo subalternizado, o que nomeou de proto-história, alguns fatos e identidades anteriormente presentes na região tendem a serem sustentadas à parte, diferente do processo de constituição da história local, que teria seu início *apenas* com a fundação da “Cidade Imperial”. Vejamos o que o mesmo autor cita sobre fragmentos da “história antes da história”, ou melhor, da proto-história:

Após o descobrimento do Brasil os portugueses iniciaram a exploração da costa oceânica, estabelecendo em Cabo Frio a primeira feitoria destinada à extração do pau-de-brasa, transformado em monopólio da Coroa [...]. Segundo o registro do “Diário de Navegação”, os exploradores retornaram 3 dias após trazendo reluzentes birilos do alto da serra. Diversos historiadores levantaram a hipótese de que essa pequena entrada teria atingido o vale do Piabanha, recolhendo amostras cristalinas da região hoje denominada Pedras Brancas, no final do quarteirão Mosela, que é rica nesse tipo de rochas onde são encontradas à flor da terra. O fato dos birilos não representarem maior preciosidades, fez com o que o Serão de Serra Acima continuasse na posse pacífica dos *Índios Coroados*, que nele viviam, pelos dois séculos seguintes (RABAÇO, 1985, p. 1-2, grifo nosso).

Embora afirme e reconheça a presença dos povos nativos na região hoje conhecida como Petrópolis, estes não se constituem como partícipes da validação do início da história da “Cidade Imperial”. Abad (2009), inclusive, contextualiza que o local, à época anterior do momento compreendido como a fundação da cidade, era conhecido como Sertão dos Índios Coroados<sup>13</sup> e, posteriormente, recebe o nome Serra Acima do Inhomirim, devido ao fato da região estar subordinada à paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Inhomirim, na Raiz da Serra. Estes fatos subjazem a invenção da “Cidade Imperial”, juntando-se a uma diversidade de identidades que não se associam às tradições, valores, culturas e temporalidades à noção hegemônica. Essa exclusão não é apenas “técnica”, ela representa jogos de tempo e linguagem (GABRIEL, COSTA 2011), isto é, os discursos que produzem hegemonias e antagonismos diante de jogos de diferença e equivalência. Ou seja, mais precisamente, busco dizer que a noção de invenção da “Cidade Imperial” assenta-se conforme aquilo que Hartog (2013) assinala sobre a ordem do tempo cuja ênfase sobre um passado é concebida. O recorte sobre o “início” diz respeito à exclusão dos contextos subjetivos locais anteriores ao discurso que afirma fundar a história local, alocando discursos que não se remetem a este regime de historicidade à categoria da proto-história.

---

<sup>13</sup> O termo “índios” para se referir aos Coroados é dado sob um uso da historiografia que promove a hegemonização da “Cidade Imperial”. Quando suas enunciações advirem de alguma citação ou demonstração da categoria conforme o significante trabalhado pela literatura, irei reproduzi-los desta forma. Quando couber a mim o raciocínio de alguma enunciação, irei me referir como os Coroados.



Entretanto, de forma aparentemente contraditória, outros fatos da chamada proto-história são associados à “Cidade Imperial”, por meio da exaltação de determinados elementos e grupos, como o caso da própria família imperial e seus feitos em realizações atribuídas ao Primeiro Reinado, onde, me apoiando em Costa (2017) e Winter (2019), é possível extrair uma compreensão de um período onde o Império desenvolvia determinados setores da sociedade, com base na exploração das riquezas nas Minas Gerais e desdobramento de certas obras de infraestrutura na região, inclusive Petrópolis. Embora cronologicamente anterior ao marco da fundação de Petrópolis, esse entendimento – o “surgimento” da história de Petrópolis – é praticamente uma herança centrada na figura daqueles que deram prosseguimento aos projetos de Dom Pedro I porém, agora no Segundo Reinado, onde seu herdeiro político, Dom Pedro II, o antigo Mordomo da família Imperial, Paulo Barbosa, e o encarregado pela construção do projeto de uma colônia agrícola em Petrópolis, Júlio Frederico Koeler, representam, reproduzem e conduzem adiante os traços de uma hegemonização em torno das narrativas que o significante “Cidade Imperial” se apropriou. Um exemplo estrito desse processo é como, diante das escalas de configuração histórica entre o nacional e o local (GABRIEL e COSTA, 2011), a nomenclatura “Petrópolis” se dera como uma homenagem àquela que seria a cidade de Pedro, o falecido Imperador Dom Pedro I (RABAÇO, 1985).

Seguindo o pensamento acerca das lógicas de equivalências e diferenças que se forjam em significantes particulares na tessitura da produção de uma hegemonia (GABRIEL, 2015), a *distribuição do território em Sesmarias, que no futuro caíram ao gosto de Dom Pedro I; a Variante do Novo Caminho do Ouro da Estrada Real, as Fazendas de Padre Correia e do Córrego Seco são percebidos por mim como significantes particulares que Rabaço (1985), Santos (2001), Abad (2009) e Bade e Mendes (1999) concebem como fatos antecedentes da fundação de Petrópolis, mas que, ao serem narrados, remetem ao futuro projeto de construção de Petrópolis alicerçado nas benfeitorias do Império brasileiro*. A relação entre cronologia e produção de significações hegemônicas, nesse caso, também não corresponde a uma linearidade temporal, uma vez que fatos que se encontram cronologicamente à fundação da cidade, são apoderados pela “Cidade Imperial”. Um exemplo destes planos é ilustrado por Abad (2009)<sup>14</sup>,

---

<sup>14</sup> Segundo Abad (2009), Dom Pedro I se encantou pela região da Serra Acima, especialmente pela Fazenda de Padre Correia, onde por diversas vezes havia passado pelo Caminho do Ouro em direção às Minas Gerais. A região, já integrada à Variante do Caminho Novo da Estrada Real, abrigava tropeiros e viajantes que realizavam o percurso. Na tentativa de arrendar as terras de Padre Correia para si, onde hoje se situa o bairro de Corrêas, no 2º Distrito da cidade, Dom Pedro I não obteve sucesso. Por isso, buscou o propósito de adquirir em 1830 as terras da Fazenda do Córrego Seco, não tão bem quista pelo então Imperador e pela sua família, mas que ainda assim oferecia atrativos naturais e climáticos que não encontrara na capital. A fazenda do Córrego Seco se situava onde hoje é o 1º Distrito de Petrópolis e tinha a sua sede no atual Centro Histórico.

ao situar o que rodeava as intenções de Dom Pedro I quando este adquiriu a Fazenda do Córrego Seco:

D. Pedro teve ideias grandiosas para o local. Logo adquiriu a fazenda vizinha do Alto da Serra e vários pequenos sítios à volta para aumentar a área. *Queria fazer do Córrego Seco, a Fazenda da Concórdia, cuja sede seria um grande palácio em estilo clássico que seria também chamado de Concórdia. Escolheu esse nome, porque desejava que houvesse entendimento entre as províncias do país que ele acabara de tornar independente.* O projeto do palácio chegou a ser feito, mas o orçamento da obra seria caríssimo. Não saiu do papel. [...] A escritura de compra do Córrego Seco pelo Imperador foi lavrada em fevereiro de 1830, e por várias vezes, neste mesmo ano, D. Pedro I pode visitá-la, mas nada chegou a ser feito nela, pois logo em 7 de abril do ano seguinte, em 1831, ele teve que abandonar o Brasil [...] Na divisão dos bens entre seus filhos, a Fazenda do Córrego Seco coube a seu filho, D. Pedro II (ABAD, 2009, pp. 20-21, grifo nosso).

O entrelaçamento de narrativas local e nacional neste trecho permite afirmar que a identidade que seria construída pela “Cidade Imperial”, desde muito antes do Decreto Imperial, se inscrevia nas disputas daquele presente de um Brasil Imperial. Aqui, devo lembrar a postura epistêmica da qual este estudo se enquadra, nas palavras de Gabriel (2017):

A luta política pode ser assim, entendida como um exercício teórico constante de desnaturalização ou de desestabilização de discursos engessados e, simultaneamente, o investimento contingente e provisório em outros discursos possíveis e/ou disponíveis na arena de disputas (GABRIEL 2017, p. 519).

As histórias que subalternizam outras histórias fazem parte de uma compreensão articulada na produção de narrativas e memórias direcionadas, portanto, ao imaginário social, que reafirmam a história de Petrópolis diretamente associada à ideia de “Cidade Imperial” e seus *equivalentes*, produzindo o que Gabriel (2017) encara como uma arena de disputas ante às lutas políticas. Revelar, portanto, faz parte daquilo que também Martins (2021) havia assinalado como a política, isto é, a busca por hegemonizações, nomeando e (re)significando do social. Esta afirmação é partilhada aos princípios da Sociologia das ausências e das Emergências, pois trata-se exatamente de desvelar o discurso predominante que preencherá de não-existências outras particularidades da historização do espaço e do tempo para, em seguida, produzir um olhar sobre outras narrativas que se diferem daquelas reafirmadas pela historiografia dominante. O regime de historicidade que aqui se forma é, então, aportando meus olhares em Gabriel (2015), concebido diante de lógicas de equivalências e diferenças que confundem a ordem do tempo diante do que Hartog (2013) enfatiza como o sentido atribuído a um passado.

Entendo que a compreensão de uma proto-história de Petrópolis reafirma processo de subalternização de determinados grupos sociais (RETAMOZO, 2011), ao tornar secundário ou mesmo silenciada, as suas memórias e narrativas. Retomando as particularidades que se fixam à hegemonia da “Cidade Imperial”, Santos (2001) cita ao falar sobre o caminho velho para as Minas Gerais:

O primitivo caminho para as Minas Gerais partia de São Paulo. Foram os *valentes* bandeirantes que, embora abandonados à própria sorte, mas sabedores da existência de metais e pedras preciosas no interior do país, embrenharam-se pelos sertões e acabaram descobrindo o caminho que lhes permitiu atingir o eldorado do além Serra do Mar (SANTOS, 2001, p. 10, grifo nosso).

E continua, ao falar do caminho novo, que o novo trecho que encurtaria o tempo de viagem em até 30 dias para que as riquezas chegassem na zona portuária do Rio de Janeiro, mas que, quando em condições climáticas desfavoráveis, a viagem tornava-se inviável, forçando a coroa portuguesa a migrar para uma *variante* do caminho novo em 1723 que, esta sim, passaria por Petrópolis:

A tarefa coube ao sargento-mor Bernardo Soares de Proença. Fazendeiro na Baixada Fluminense, conhecia perfeitamente a região. Além do mais, desde 1721 estava estabelecido com uma sesmaria no vale do Itamarati, que, por sua morte em 1735, acabou sendo dividida em duas partes ou fazendas: Itamarati e Córrego Seco. Por essa razão, *é considerado o primeiro proprietário da zona urbana de Petrópolis.* [...] O caminho aberto por Proença ficou conhecido por *Caminho da Serra da Estrela* ou *Caminho dos Mineiros*. Seu trajeto era: do fundo da Baía de Guanabara, em pequenos barcos, subia-se pelo rio Inhomirim até o Porto da Estrela. Daí, a pé, a cavalo ou em mulas, chegava-se à Raiz da Serra e, logo depois, atingia-se o Alto da Serra. Seguiu-se pelas atuais ruas Teresa, Dr. Sá Earp, Silva Jardim (antiga rua dos Mineiros), Quissamã, Itamarati, parte de Cascatinha, atravessava-se o rio Piabanha, a rua Dr. Hermogênio Silva, Estrada do Carangola, Rio da Cidade, Araras, Secretário, Fagundes, Sebollas e Santo Antônio da Encruzilhada, indo juntar-se com o caminho de Garcia Rodrigues Pais, atingindo Paraíba do Sul. A Variante do Caminho Novo foi concluída em 1725 [...] tendo Proença contado, nessa empreitada, *com a ajuda de escravos indígenas*” (SANTOS, 2001, pp. 11-12, grifo nosso).

Tais fatos são inegáveis, bem como a Variante do Caminho Novo da Estrada Real que adentrava o território petropolitano. Entretanto, não é sua existência que é aqui objeto de problematização, mas sim o efeito das significações desses fatos quando incorporados nas tramas narrativas que reafirmam a subalternização de outras memórias.

Enquanto os Coroados são excluídos do processo equivalencial de narrar o surgimento sobre o passado petropolitano, aos Bandeirantes coube a associação de resgate de figuras que podem ter contribuído para os fatos agregadores da “Cidade Imperial”. Respectivamente, diferenças e equivalências se relacionam na produção desta hegemonia, observando também a produção de não-existências em face a outros atores da sociedade daquela época, mas que são também desconsiderados, como caso dos escravos. A estes grupos sociais, a “Cidade Imperial” subalternizou suas memórias, conforme Retamozo (2011) indica sobre o processo de construção de uma hegemonia.

### **1.2.2. A fundação de Petrópolis e a falsa noção do início da história**

Nesse fio da tessitura, a fundação de Petrópolis, ou seja, processos dos quais se dirigem em torno do início da construção de um projeto citadino, em 1843, e que culmina com a povoação de imigrantes alemães anos depois na cidade, também nos serve de atenção:

A fundação de Petrópolis ocorreu através do Decreto Imperial de 16 de março de 1843, assinado por D. Pedro II e pelo mordomo Paulo Barbosa da Silva, responsável pela administração dos bens particulares da Família Imperial. No Livro de Registros da Mordomia, recebeu o nº 155. A essa época, a Província do Rio de Janeiro era governada por João Caldas Viana. [...] Pelo decreto, concluímos que D. Pedro II, ao arrendar sua fazenda ao major Koeler, estabeleceu algumas metas prioritárias, que foram atingidas simultaneamente (SANTOS, 2001, pp. 24-25).

A fundação<sup>15</sup>, neste sentido, age como um significante que serve de corte em relação à todos os momentos anteriores da história da cidade, agindo discursivamente para tornar ausente outros fatores anteriores que observamos acima. Trata-se, mais uma vez, de uma parte da história indolente da cidade de Petrópolis – fazendo referência a produção das não-existências em Boaventura Sousa Santos (2002) – por meio do ocultamento, silenciamento ou subalternização de outras histórias, colocando-as em uma condição de antagonizar a narrativa hegemônica sobre a cidade.

A chegada dos imigrantes alemães, que marca o período histórico conhecido como colonização alemã de Petrópolis, é um elemento importante no processo de universalização e hegemonização da narrativa que sustenta a ideia de "Cidade imperial".

Com a chegada dos colonos alemães em 1845 foi constituída *oficialmente* pelo Governo Provincial a *Imperial Colônia de Petrópolis*, cuja direção foi nomeado o Engenheiro Júlio Frederico Koeler que já exercia o cargo de Superintendente da *Fazenda Imperial de Petrópolis* (RABAÇO, 1985, pp. 79-80, grifo nosso).

A cidade se torna uma colônia agrícola com a chegada de imigrantes alemães e adentra por um período de planejamento e obras lideradas pelo também alemão Júlio Frederico Koeler, que arrendou as terras da Fazenda Imperial, iniciando um plano conhecido por Povoação Imperial de Petrópolis (RABAÇO, 1985). A este plano, incorporou as intenções de Paulo Barbosa e Dom Pedro II de criação de uma colônia agrícola na cidade. Foi Koeler, portanto, que liderou a execução de tal projeto que, na prática, significa a edificação de um Palácio Imperial e da Vila Imperial, onde uma aristocracia da época vivia na zona central da cidade – como os casos de Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná e Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, este último, antigo mercador de escravos do Brasil Império e

---

<sup>15</sup> A fundação da cidade é, portanto, caracterizada por colocar-se em prática o plano de construção da Fazenda Imperial. Rabaço (1985) e Santos (2001) explicam que o processo nomeado como a fundação é compreendido enquanto Dom Pedro II herdara as terras de do testamento de Dom Pedro I pois este possuía dívidas e, com sua morte, as terras em seu nome poderiam parar nas mãos de seus credores. Neste sentido, a Fazenda Imperial, que assim passou a ser nomeada, transitou para um planejamento que resultaria em uma povoação de uma vila imperial e bairros nas adjacências desta vila – hoje, o centro da cidade – desenvolvido sob as ideias de Paulo Barbosa.

financiador de grandes construções, como a Estrada União e Indústria, a primeira estrada pavimentada do país que passava e ainda passa por Petrópolis e também a Estrada de Ferro de Petrópolis (RABAÇO, 1985). Os colonos, maior parte alemães que chegaram na cidade em 29 de junho de 1845, habitaram os bairros das proximidades que receberam nomes dos locais de onde estes vieram da Alemanha, como Mosela, Bingen, Siméria, Ingelheim, Worms, Castelânea, entre outros<sup>16</sup> (RABAÇO, 1985; SANTOS, 2001; e ABAD, 2009).

Importa destacar, que o significante "imperial" já era mobilizado na forma de nomear a cidade de Petrópolis muito antes de quando o município recebeu o título de “Cidade Imperial” via Decreto Federal, em 1981, assinado por João Baptista Figueiredo<sup>17</sup> – último presidente do regime ditatorial brasileiro (1964 e 1985). Essa informação confirma que os jogos de linguagem e de tempo, portanto, não são meras criações ou apropriações, mas formas de se narrar uma operação hegemônica que institui, como oficial, a memória de grupos particulares, reproduzindo e silenciando conflitos na arena social (GABRIEL, 2017, MARTINS, 2021).

Neste ínterim, também se faz relevante destacar que Koeler, de origem alemã da região da Mongúcia, representava os interesses dos grupos que defendiam, na época, a possibilidade de colocar em prática o trabalho livre por meio da mão de obra dos colonos (RABAÇO, 1985). O autor, inclusive, compreende que a Imperial Colônia de Petrópolis fora fruto de um projeto “humanista” e de “oposição escravista” (RABAÇO, 1985, p. 77). Porém, sua própria obra fala sobre a realidade da escravidão local, através de cartas que Koeler se comunicava com Dom Pedro II, citando que os escravos colaboravam com seus mandos e assumindo, inclusive, a existência de quilombos na cidade, pois alguns deles já se rebelavam àquela ocasião<sup>18</sup>. Diz Rabaço, em uma seção que monta sobre outros imigrantes<sup>19</sup> que “a história dos primórdios da ‘Serra Acima do Inhomirim’, nome primitivo da região petropolitana está marcada pela presença laboriosa dos escravos africanos – estes livres e de posse de outros senhores – como atestam documentos e crônicas da época” (1985, p. 128). E prossegue, falando sobre lojas que comercializavam escravos: “A fluência de escravos africanos para Petrópolis, no chamado período colonial, pode ser avaliado pelo fato de entre as casas comerciais da Rua do Imperador

---

<sup>16</sup> Muitos dos nomes dos bairros permanecem até os dias atuais.

<sup>17</sup> Conforme apontou Santos (2001) e é de conhecimento no senso comum petropolitano, Figueiredo possuiu um sítio no bairro de Nogueira, em Petrópolis.

<sup>18</sup> Adiante, veremos de acordo com os estudos de Silva (2018) e Dias (2016) que a existência de escravos na cidade, bem como de organizações quilombolas, se deu antes da fundação, bem como será possível compreender suas importâncias em relação aos entendimentos das autoras.

<sup>19</sup> Neste momento de referir ao africano escravizado, Rabaço (1985, p. 127) utiliza a palavra “imigração”.

haver se estabelecido um mercado que se encarregava de comprar e vender escravos” (RABAÇO, 1985, p. 130). Ainda, na mesma página, o autor diz que

Como nem todos escravos aceitavam com *docilidade* a escravidão, formaram-se também em Petrópolis em decorrência de sua revolta a fuga, *vários quilombos*. Um dos mais célebres era o Quilombo da Vargem Grande, acima da Fazenda Inglesa, que tomava as duas margens do Rio da Cidade dividindo-se em Quilombo da Direita Quilombo da Esquerda. No Sertão de São José do Rio Preto, acima de Calçado, formou-se um importante aldeamento de escravos fugitivos, tendo a localidade hoje a denominação de Quilombo. Também no setor urbano de Petrópolis, na Praça da Confluência (Palácio de Cristal) foram encontrados vestígios de um grande quilombo. *Certos grupos de escravos fugitivos tornaram-se malfeitores*, atacando os viajantes praticando latrocínios, como ocorreu com a escritora austríaca Ida Pfeifer na Estrada da Serra da Estrela, em 1845 segundo narrações feita no seu livro ‘Viagem em torno do mundo’. Os quilombos, aldeamento marginais de escravos só foram completamente *exterminados* com a integração social dos africanos após a abolição da escravidão. [...] O fim do trabalho servil em Petrópolis deu-se no dia 1 de abril de 1888, na Festa da Liberdade, presidida pela Princesa Isabel no Palácio de Cristal. Foram então entregues aos 102 escravos remanescentes de Petrópolis as cartas de redenção, em grande concentração popular que contou com a presença dos Ministros do Império e dos líderes da Emancipação. A campanha de levantamento de fundos para a compra da liberdade desses escravos, liderada pela própria Princesa Regente, foi feita através de contribuições populares no Livro de Ouro criado pela Câmara Municipal e que foi aberto com o donativo feito em nome do Imperador, registrado sob o título: Um Brasileiro (RABAÇO, 1985, pp. 130-131, grifo nosso).

Embora não caiba agora analisar com mais profundidade essa enunciação, é importante lembrar que os significantes “índios coroados” e “negros escravizados”, bem como suas identidades, são estabilizados pela hegemonia da “Cidade Imperial”, representada em seus símbolos e conjuntos narrativos que ilustram e solidificam as características por trás desta categoria, alocados, também, a uma correlação aos efeitos das memórias relativas à história nacional. Na realidade, tais significantes se enquadram no contexto das diferenças e como exteriores constitutivos que a hegemonia subalternizou, segundo Gabriel e Costa (2011).

Não à toa, as obras de Rabaço (1985), Santos (2001) e Abad (2009), cada uma com suas particularidades, assim como muitas outras sobre a história de Petrópolis, destacaram a presença de outros imigrantes que contribuíram para a edificação da cidade e da sua historicidade. São os casos dos portugueses, franceses, italianos, ingleses, suíços, libaneses, israelitas e japoneses (RABAÇO, 1985). A maioria desses de origem europeia, interpretado aqui, como mais um significante que se equivale à noção de “Cidade Imperial”, potencializado, sobretudo, na figura do colono alemão.

A ausência de um debate mais aprofundado nas obras referenciadas e também em outras que venham a adotar os mesmos jogos de linguagem e de tempo sobre questões que envolvem a discussão de um racismo estrutural, e que manteve uma estrutura de produção econômica centrada na mão de obra escrava tanto é problemático como entendido neste estudo como prática política de nomear e encarregar de estabilizações uma ordem social em contingência por

suas tensões (GABRIEL, 2017; MARTINS, 2021). Como outra face de uma mesma unidade, esta significação teria incentivado a chegada de estrangeiros como estratégia de um embranquecimento da população, contribuindo, portanto, para a produção de não-existências, além de temporal, também cultural, daqueles grupos cujas memórias, identidades e subjetividades foram silenciadas.

Assim, conforme a busca por outros significantes ou contextos históricos que se somam à ideia de “Cidade Imperial”, a historização pautada em Rabaço (1985), Santos (2001), Abad (2009) e Monteiro (1997) – este último uma obra nomeada *A República em Petrópolis: política e eleições municipais* – trazem também à cena, fatos que vão desde Petrópolis ter sido a capital do estado entre 1894 e 1903, passando pela criação da prefeitura, e os veraneios de Getúlio Vargas em vistas a um resgate da vilegiatura praticada pela família imperial durante o Segundo Reinado. Foi Getúlio Vargas, inclusive, que por meio do Decreto-Lei nº 2.096, de 29 de março de 1940, transformou o então Palácio Imperial em um Museu Imperial (GODOY, LEITE e BRAZO, 2018).

Nessa mesma linha argumentativa sobre os fatos que constroem o sentido de “Cidade Imperial”, Santos (2001) demonstra como a Petrópolis foi elevada à condição de Paróquia, em 1846. Isto, para Rabaço (1985), configurou-se como implicações cívicas e políticas locais.

A paróquia era uma divisão administrativa da província [...]. Além da sua função primordialmente religiosa [...] a igreja paroquial não era somente o local onde se realizava o batismo e celebrações de missas, mas também o cartório oficial onde registravam os nascimentos, batizados, casamentos, óbitos e testamentos (SANTOS, 2001, p. 45).

Este processo de maiores sedimentações administrativas, porém também equivalenciais conforme uma hegemonia (GABRIEL, 2015) contribuiu para a elevação de Petrópolis à condição de cidade em 1857, e, em seguida, para a formação do primeiro corpo de representantes locais na Câmara Municipal, no ano de 1859 (RABAÇO, 1985; SANTOS, 2001; ABAD, 2009).

A passagem do Império para a República, assim, não se deu sem que essa também buscasse estabilizar a representação da “Cidade Imperial”. Digo isso, pois, como Rabaço (1985) e Monteiro (1997) situam, este novo momento da história nacional tratou de reconhecer o destaque conferido à cidade, uma vez que, conforme Machado (2015) apontou, Petrópolis era um dos principais centros sociais e econômicos da região na transição do século XIX para o século XX. Uma dessas formas de reconhecimento foi, ao meu ver, uma disputa pela memória do Império na cidade, tendo ocorrido uma mudança no nome de ruas e, em seguida, assentada a capital do estado na cidade em 1894 devido aos efeitos da Segunda Revolta da Armada

(SANTOS, 2001). Outrossim, o mesmo autor também destaca como as passagens de Vargas pela cidade também se justificava em função do histórico de vilegiatura iniciado pela família imperial. Isto posto, compreendo que ao longo da produção de um regime de historicidade local, este passado mais próximo buscou investir naquele passado mais longo do Segundo Reinado para estabelecer novos jogos equivalenciais que compõem o conjunto narrativa do qual se hegemoniza a “Cidade Imperial”.

Estas referências narradas até então não tratam a totalidade histórica de Petrópolis, até porque, o referencial teórico privilegiado neste estudo, não nos autoriza falar em totalidades previamente existentes à espera de serem reveladas. Essa forma de historicizar o passado petropolitano corresponde a demandas de grupos particulares em detrimento de outros, por meio do silenciamento de narrativas como as dos Coroados ou pela distorção de questões relacionadas à escravidão. Ela se faz presente em diversas outras narrações sobre Petrópolis, que circulam tanto no imaginário comum quanto em outras produções bibliográficas e discursividades.

Seguindo o entendimento pós-fundacional de que a realidade é constituída de modo contingencial e não binário, não existe a história da “Cidade Imperial” e a história da cidade não-imperial. Existem experiências infinitas que serão ofuscadas ou apropriadas pela memória de grupos particulares que interessa hegemonizar. Em um período de pouco mais de cem anos, diversas etapas do passado local e nacional se imbricam na produção de encontro e desencontros, onde os jogos de linguagem e de tempo produziram subalternizações, antagonizações e um regime de historicidade ao redor da “Cidade Imperial” que conserva os pressupostos sociais e políticos de uma hegemonia.

### **1.2.3. Patrimônio, celebrações e turismo como estabilizadores da narrativa histórica hegemônica**

O uso público do espaço pode ser operado em torno da consolidação de uma hegemonia, pautada na exaltação das memórias que a ela se associam. Pollak (1992), traz uma reflexão sobre a questão da memória coletiva e a identidade que pode ajudar na reflexão aqui desenvolvida. Não apenas espaços públicos em Petrópolis, mas festejos e, a isso, incluso datas municipais, agem em torno da consolidação da “Cidade Imperial”.

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se



procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política (POLLAK, 1992, p. 4).

A data de 29 de junho é um dos feriados mais celebrados por aqueles que mobilizam e utilizam das memórias em torno da “Cidade Imperial”. Foi neste dia, no ano de 1845 (RABAÇO, 1985; SANTOS, 2001; e ABAD, 2009), que os primeiros colonos alemães chegaram à cidade. O sobrenome das primeiras famílias de colonos consta em um importante monumento da cidade, localizado no Centro Histórico, o Obelisco. Inaugurado em 1957, data que marcava o centenário da elevação de Petrópolis à condição de cidade, e contando inclusive com a presença do presidente Juscelino Kubitschek (SANTOS, 2001), este monumento é um marco da fundação de Petrópolis e um dos principais símbolos da “Cidade Imperial” envolvendo um dos seus pilares: a colonização alemã, homenageada, portanto, por este símbolo cultural e turístico da cidade, tendo as primeiras famílias que chegaram à cidade os seus nomes registrados no local.

Destarte, os símbolos e os monumentos podem agir, de acordo com a perspectiva teórica aqui implicada, em estabilizadores de uma hegemonia (HOWARTH, 2005). Desde 1981, Petrópolis estabeleceu normas urbanísticas que visam a preservação de fachadas das edificações do centro da cidade (SANTOS, 2001). De acordo com as suas “importâncias histórica ou arquitetônica (SANTOS, 2001, p. 93), estes bens ilustram quais recortes do passado querem se fazer lembrados e quais grupos associados a estas imagens se legitimam como detentores da história local (POLLAK, 1992).

Assim, a hegemonia se solidifica e se apresenta ao senso comum. Museu Imperial, Palácio de Cristal, Catedral São Pedro de Alcântara, Hotel Quitandinha, Casa do Colono Alemão, Casa da Princesa Isabel, Casa de Santos Dumont, Palácio Rio Negro, Casa do Barão de Mauá, Palácio do Príncipe do Grão-Pará, Antigo Fórum de Petrópolis, Fábrica da Cervejaria Bohemia, entre suas representações memorialísticas e também arquitetônicas, são algumas das edificações e símbolos petropolitanos muitas vezes tidos como patrimônios culturais locais – e que de certa forma representando alguns grupos culturais a eles exaltados e não todas as identidades locais – que colaboram com o processo de hegemonização do adjetivo “imperial” para qualificar a cidade de Petrópolis – contribuindo para a subalternização e produção de não-existências de outras memórias e identidades, bem como seus respectivos espaços de representação. Todos os locais citados se associam à fundação, ao período republicano e às biografias que ladeiam as memórias contidas na representação e na significação da “Cidade

Imperial”. Destaco, por exemplo, o Palácio de Cristal, onde, antes da edificação existir, fora realizada a missa de chegada dos colonos alemães na cidade (SANTOS, 2001).

Por fim, é também importante destacar o turismo<sup>20</sup> como condição de estabilizador das narrativas hegemônicas, em face às buscas ontológicas que permeiam as lógicas de uma hegemonia (HOWARTH, 2005). Ângelo (2014) destaca que a formação histórica de Petrópolis lhe conferiu e a vocaciona para o turismo. A autora no seu estudo não produz uma crítica à hegemonia da “Cidade Imperial” – como por exemplo fará Gregório (2009 e 2010) – mas, ao produzir sua análise, constata este fato do qual hoje o turismo é um dos principais setores e vetores da economia do município. Godoy, Leite e Brazo (2018), em um estudo sobre o Museu Imperial de Petrópolis, atentam "para o fato que o turismo se constitui como atividade econômica e fenômeno sociocultural" (p. 78). Embora eu não pretenda entrar em um debate conceitual sobre o turismo, interessa refletir sobre seu uso enquanto um direcionamento àquilo que se firma a identidade petropolitana como “Cidade Imperial”.

Lins (2017), produziu uma monografia de conclusão de curso em que argumenta sobre a estrutura de cadeia produtiva que o turismo incide aos setores hoteleiros, alimentação e de artesanato em Petrópolis, demonstrando o impacto deste setor. Assim,

de acordo com dados apresentados no Plano Municipal de Cultura, Petrópolis registra uma população flutuante de 1,2 milhão de visitantes por ano e 600 mil turistas, uma frequência de 35 mil pessoas por semana motivadas a visitar a cidade pelos aspectos naturais e pelo patrimônio histórico-cultural. A atividade turística corresponde a 5,5% do PIB Municipal e emprega cerca de 8.500 pessoas, gerando em torno uma receita anual de R\$ 200 milhões para Petrópolis, como explicitado no Plano Municipal de Cultura (2010) (LINS, 2017, p. 33).

Assim, seguindo o rastro de Retamozo (2011) ao falar sobre as demandas, o roteiro do Centro Histórico absorve-as na representação da hegemonia da “Cidade Imperial”, configurada nas memória e patrimônios culturais dos símbolos citados acima, como o Museu Imperial, Palácio de Cristal, Catedral São Pedro de Alcântara, Casa de Santos Dumont, entre outros.

Segundo o que apontou Godoy, Leite e Brazo (2018) sobre seu entendimento de turismo, a *Bauernfest* é, portanto, além de uma atividade econômica, um fenômeno sociocultural. Faça, então, deste evento, um pequeno demonstrativo do que afirmo, pois é este o principal acontecimento de caráter econômico e cultural da cidade que engloba o turismo local<sup>21</sup>. No ano

---

<sup>20</sup> Não incluo nesse contexto do turismo o chamado turismo de aventura ou ecoturismo do qual Petrópolis também é conhecido. Busco apenas contextualizar pela lógica da equivalência o roteiro do turismo que se situa no Centro Histórico local.

<sup>21</sup> Recentemente, antes da pandemia, o evento do Natal Imperial também mobilizou um considerável número de turistas e estimulou a economia local. Entretanto, não encontrei registros mais detalhados sobre este fato que, embora não faça diretamente o uso dos valores culturais que engloba a “Cidade Imperial”, tem como um dos seus signos – Imperial – o componente advindo da hegemonia local.

de 2019, última ocorrência desse festejo de forma integral e presencial, a Prefeitura de Petrópolis informou sobre o recorde de público com 450 mil pessoas que passaram pela cidade e pelos R\$ 55 milhões injetados na economia local de forma direta e indireta, contribuindo para que outros setores, como a rede hoteleira e o comércio varejista, também participassem e elevassem seus lucros<sup>22</sup>. Embora a cidade possua em seu calendário outras celebrações culturais, como as destinadas à cultura italiana e portuguesa<sup>23</sup>, nenhuma delas reproduz de modo tão considerável, conforme faz a *Bauernfest*, os valores e símbolos que pretende se anunciar e reproduzir enquanto hegemônicos. Este acaba sendo mais um elemento, embora indireto, que contribui no entendimento de que o sentido hegemônico de “Cidade Imperial” assim se faz produzindo seus exteriores constitutivos e os apropriando e potencializando de acordo com aquilo que se pretende favorecer e subalternizar.

Outrossim, é possível também se referenciar no Museu Imperial de Petrópolis e seu potencial turístico para findar essas considerações. Destinado à visitasões ao vasto acervo sobre a Família Imperial, e também espaços destinados a eventos e uma das mais requisitadas bibliotecas quando o tema é relativo aos Impérios português e brasileiro (GODOY, LEITE e BRAZO, 2018), recebeu, no ano de 2019, um público 446.932 pessoas<sup>24</sup>. Estas celebrações, o Museu Imperial e as outras edificações citadas anteriormente, quando destinadas ao acesso do público, contribuem para a divulgação de uma história universalizada em torno da “Cidade Imperial” por conterem elementos de memória de grupos consolidados na primazia cultural local e, por isso, quando associados ao turismo, se fazem como estabilizadores da significação que hegemoniza o passado petropolitano.

Por fim, é válido destacar o Hotel Quitandinha como mais um desses elementos de estabilização e articulação de exteriores constitutivos que comportam particularidades de uma hegemonia local. Segundo Santos (2001), o local que fora inaugurado durante a Segunda Guerra Mundial já foi um cassino frequentado pelas elites, à esteira de um processo em que Petrópolis

---

<sup>22</sup> Dados acessados pelo site da Prefeitura de Petrópolis. Disponível em: < [https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias/item/%2013565-bauernfest-2019-bate-recorde-de-p%C3%BAblico-com-450-mil-pessoas-e-r\\$-55-milh%C3%B5es-injetados-na-economia](https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias/item/%2013565-bauernfest-2019-bate-recorde-de-p%C3%BAblico-com-450-mil-pessoas-e-r$-55-milh%C3%B5es-injetados-na-economia)>. Acessado em: 06 de set. 2021.

<sup>23</sup> Ambos os grupos se situam em um dado contexto que Rabaço (1985), Santos (2001) e Abad (2009) os condicionam como grupos de imigrantes em Petrópolis. Entretanto, as respectivas celebrações possuem características que diferem da *Bauernfest*. Os festejos dedicados à cultura italiana, chamado segundo o calendário oficial de eventos do município como Serra Serata, não possui um mesmo apelo como *Bauernfest*. Já os festejos portugueses, que também não possuem os mesmos chamativos que a *Bauernfest*, ocorrem fora do Centro Histórico, em um bairro periférico e parcialmente rural, chamado Santa Isabel, no Caxambu, onde se encontra uma comunidade portuguesa e é celebrada no entorno da Igreja local. Esta celebração, assim como a italiana, recebe um grande público de petropolitanos.

<sup>24</sup> As informações são do Ministério do Turismo. Disponível em: < <https://www.museus.gov.br/museu-imperial-atinge-recorde-de-publico/>>. Acessado em: 06 de set. 2021.

e a conotação de sua história já associada aos tempos do Império, era frequentada em uma condição de vilegiatura que se seguiu pelas burguesias no decorrer do século XX (GREGÓRIO, 2009).

Ainda, Lins (2017) também destaca que a cidade está inserida no roteiro da Estrada Real e Guerra (2019) ressalta uma análise sobre como a midiaticização de Petrópolis contribui para a construção de três imagens pública da cidade. A primeira, que é a da Cidade Imperial. Uma segunda imagem, que é a do Polo de Modas, ligada historicamente, segundo a autora, ao legado da indústria têxtil e representada na Rua Teresa. E a terceira imagem, da Cidade Cervejeira, destacando a presença da primeira indústria cervejeira instalada no Brasil, em 1853, e sua expansão em 1898 e passando a se chamar Cervejaria Bohemia, além da própria relação desta imagem com a *Bauernfest*<sup>25</sup>. Assim,

Considerando, segundo Daibert (2010), que o turismo de massas em Petrópolis só emerge após a década de 1940, em contexto caracterizado pelo fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e com a transformação de outros atrativos como a abertura do Museu Imperial de Petrópolis (1943) e o fechamento do cassino do Palácio Quitandinha (1946), a cidade teve na sua construção os argumentos, aptidão e vocação para o desempenho das atividades turísticas, formada por todos os diversos segmentos, mas especialmente o histórico e cultural (ÂNGELO, 2014, pp. 269-270).

Os fatos, acompanhados pelo excerto acima, traduzem a exaltação de memórias locais que se encarregam de servir ao passado e exaltar a hegemonia histórica local, agregando ontologicamente (HOWARTH, 2005) na produção de um regime de historicidade que nomeio como tradicionalista-conservador sobre a significação deste passado, identificado na categoria de “Cidade Imperial” e que ocupa a centralidade de uma condição universalizante do que se narra e incorretamente traduzido como a totalidade histórica.

Desta forma, compreendo que esta produção discursiva sobre o passado hegemônico na “Cidade Imperial” se apresentou em conjuntos narrativos que nomeei como “As histórias que subalternizam outras histórias”, produzidos pelos jogos de linguagem e de tempo, e que se dividem nas seguintes categorias: *proto-história local*, ou seja, os fatos anteriores de um marco tido como o início da história local, que possui acontecimentos e grupos ora apropriados, ora excluídos pela “Cidade Imperial”, sobretudo àqueles que, respectivamente, consumiram um legado da Família Imperial e dos próprios feitos tido como grandiosos e desenvolvimentistas do próprio Império, e outros, como os Coroados e os escravos, que são silenciados não apenas diante da narratividade sobre a história petropolitana mas também na história nacional; *a fundação da cidade*, onde os grupos relativos à família imperial e aos imigrantes de origem

---

<sup>25</sup> Segundo a mesma fonte apresentada na nota de número 12, na *Bauernfest* de 2019 foram consumidos 30 mil litros de chope.

alemã se situariam conforme significantes particulares que conferem uma espécie de hegemonia cultural à história da cidade e que se legitimariam através de determinados símbolos e patrimônios onde, por muitas vezes, são demonstrados ou exaltados por repertórios de estabilização desta hegemonia. Neste conjunto, o período republicano também opera em relação de estabelecer suas equivalências à “Cidade Imperial”. Por fim, *outras memórias e contextos ascendentes à “Cidade Imperial”*, traduzidos nos respectivos símbolos conforme edificações, patrimônios dessas culturas, espaços públicos, celebrações e o turismo local se inscrevem na ontologia de uma ordem social sob a face de uma hegemonia. Também considero inserido neste grupo, o repertório de outros imigrantes que habitavam Petrópolis desde meados do século XIX – à época do fato conhecido como a fundação – e aos acontecimentos da história republicana, pois estes se estabelecem como exteriores constitutivos da “Cidade Imperial” mas que se juntam afirmativamente como espécies de progenitores do advento da construção e dos construtores da cidade.

Finalmente, os jogos de linguagem produzem suas lógicas equivalenciais e diferenciais que reúnem e dissipam significantes (GABRIEL, 2015) diante da “Cidade Imperial”. Este processo resulta em exteriores constitutivos que atravessam qualquer lógica de linearidade de conceber a narração – e os discursos – sobre o tempo histórico. Tal qual Hartog (2013), o regime de historicidade que conserva determinados passados assim também o faz em consonância com as mesmas lógicas que habitam as disputas e as estabilizações da história nacional (GABRIEL, 2015b). Não obstante, os discursos exteriorizados e propriamente originários da “Cidade Imperial” atuam social e politicamente (GABRIEL, 2013) não só para a produção de uma hegemonia, como também na subalternização de outras memórias (RETAMOZO, 2011). Tais fatos, portanto, contribuem para que se narre uma ontologia da qual a “Cidade Imperial” se alicerça como símbolo discursivo da hegemonia sobre a historicidade do passado local (HOWARTH, 2005). Esta, porém, não é – ou estas memórias não são – a(s) única(s) forma de significar e compreender o passado local.

### **1.3. Para além da “Cidade Imperial”: outros lados de uma história em disputa**

À esteira da análise sobre as narrativas hegemônicas que se valem no significante da “Cidade Imperial”, pensar para além de outras histórias e memórias que se deslocam nesta categoria se faz fundamental para o reconhecimento da diversidade de identidades que podem ser compreendidas afora de uma pseudo universalidade. Nestes jogos de tempo e de linguagem (GABRIEL e COSTA, 2011), as hegemônias e os antagonismos se revelam entre as estratégias que conduzem a consolidação de um sentido em torno de um significante e também

como reveladores das ausências de outros particulares, ou melhor, a produção de não-existências, fazendo referência à Santos (2012). Destaco também que, a partir da presente seção até o final deste capítulo, a bibliografia apresentada não mais se encaixa, por óbvio, no contexto da historiografia oficial de Petrópolis ou historiografia da “Cidade Imperial”, e sim em uma historiografia responsável por produzir significações históricas para além da “Cidade Imperial”.

Ocorre que deste processo indolente (SANTOS, 2002), cujo conhecimento sobre a “Cidade Imperial” comumente se aloca, produz-se uma noção de história totalizante que condiciona a um olhar binário entre uma não-história e uma história. A contento, poderia ser indicado nas produções narrativas até aqui analisadas que a razão metonímica – assim como a razão proléptica – contribui para a fabricação das ausências, ou melhor, dos ocultamentos, assim podendo dizer, das não-existências. “Não há uma maneira única ou unívoca de não existir, porque são várias as lógicas e os processos através dos quais a razão metonímica produz a não-existência do que não cabe na sua totalidade e no seu tempo linear” (SANTOS, 2002, p. 246). Neste sentido, a percepção de uma espécie de completude e também da linearidade do sentido histórico que tange a “Cidade Imperial”, deflagrado por um regime de historicidade que remete às tradições e valores de determinados grupos do passado petropolitano, ocasiona uma força tamanha e capaz de fazer não-existir outras narrativas. Este processo se dá em decorrência do que Santos (2002) entende por compressão do presente, ou seja, a produção de um olhar limitado sobre as possibilidades de, conforme sendo este o enfoque na historicidade, compreender as subjetividades coletivas reduzidas às suas próprias não-existências em função de existirem diante de uma lógica de hegemonização.

Desta forma, para além da “Cidade Imperial” é pensar com outras narrativas que trazem a conotação de uma infinidade de diferenças produzidas por operações hegemônicas e nomeá-las conforme o objetivo de trazê-las ao debate. Esta produção de não-existências contribuiu não apenas para o silenciamento, mas para o ocultamento de suas subjetividades. Como afirma Boaventura:

[...] Na fase de transição em que nos encontramos, em que a razão metonímica, apesar de muito desacreditada, é ainda dominante, a ampliação do mundo e a dilatação do presente têm de começar por um procedimento que designo por sociologia das ausências. Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. [...] O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças. Fá-lo centrando-se nos fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade metonímica [...] (SANTOS, 2002, p. 246).

Assim, recorrer aos aportes teóricos da Sociologia das Ausências em sua Tradução é tanto uma maneira de revelar as narrativas secundarizadas pela “Cidade Imperial” como

também articular, para aquilo que será debatido no capítulo seguinte, sobre como as respectivas subjetividades se configuram na objetivação e na subjetivação do currículo escolar. As narrativas que serão abordadas conduzem, portanto, a uma busca por compreensão teórica a respeito de um diálogo entre como a Sociologia das Ausências contribui para evidenciar jogos de tempo e de linguagem que são responsáveis por produzir os *antagonismos* à significação de “Cidade Imperial”, e, mais precisamente, sobre quais discursos antagonônicos são esses.

Sem aspas, buscarei apresentar um outro repertório narrativo que fale sobre o passado da história de Petrópolis para além do imperial. Articularei os pressupostos teóricos aos artigos, dissertações, teses e livros que contém e trazem a significação das contingências do tempo e do espaço, tratados aqui como a literatura especializada das histórias que se mantêm à contingência da “Cidade Imperial”. Trazer à tona as não-existências é, portanto, elucidar as diferenças e pôr luz a significantes que podem antagonizar a uma hegemonia. Desta forma, busco os passos da Tradução segundo Santos (2002), e, para isso, apresentarei primeiramente as significações de outras sobre a história de Petrópolis para, em seguida, contextualizar conforme os elementos mobilizados nesses jogos de tempo e de linguagem, categorias compreendidas a partir do que os respectivos autores em tela buscaram revelar sob a interpretação do quadro teórico da Teoria do Discurso. Dentre todos esses discursos, uma coisa os une: a multiplicidade de significações que revelam histórias para além da “Cidade Imperial”.

### **1.3.1. A Cidade dos Coroados**

Passadas as seções anteriores, inauguro a partir da Cidade dos Coroados, uma série de outras Petrópolis possíveis de serem percebidas diante das contingências entre discursos hegemônicos e antagonônicos.

Adentrando, portanto, nos aspectos que tangenciam esta reflexão, desde logo é importante sinalizar que não encontrei no levantamento de literatura realizado nenhuma produção teórico-empírica *estritamente* destinada ao estudo dos Coroados na cidade de Petrópolis, exceto um artigo de Sylvio Adalberto (2002), intitulado como “O mito dos coroados”, hospedado no site do IHP (Instituto Histórico de Petrópolis)<sup>26</sup>. Entretanto, outras referências fazem ressaltar alguns destaques, como o caso de Abad (2009) que traz na página 15 uma gravura de um indígena e uma legenda: “Índio Coroado, gravura do livro ‘Viagem ao Brasil’, por Spix e Von Martius (1825-1831)”. A dupla de alemães, conhecida por suas

---

<sup>26</sup> Disponível em: < <http://ihp.org.br/?p=2911>>, acesso em 30 de set. Ressalto também que o fato de não ter encontrado subsídios teóricos-empíricos sobre este tema não reduz a sua existência.

diligências no território brasileiro, no início do século XIX, relatou sobre aqueles grupos nativos que seriam denominados como os “Coroados” e que habitavam a região serrana do Rio de Janeiro. Winter (2017), por sua vez, em um estudo sobre a história ambiental na serra petropolitana, perpassa sobre esta questão, trazendo alguns esclarecimentos por meio da referência de diversos estudos, inclusive de Spix e Martius, que falam sobre a presença dos Coroados na região.

E foi em busca de um “sítio privilegiado”, que um grupo oposto aos Tupis- Guarani do litoral, uma nova “entidade autônoma”, chega ao sertão serrano. Denominados pelos portugueses como Coroados, graças a seu corte de cabelo em forma de coroa, esse grupo étnico habitava inicialmente o vale do médio Rio Paraíba do Sul. Não existem registros exatos da chegada dos Coroados à região serrana fluminense. Spix e Martius (1981) constataram que os Coroados já habitavam os sertões do Rio Preto, afluente da margem direita do Rio Piabanha, antes de 1789. Segundo outro viajante, o naturalista alemão Príncipe Maximilian Wied-Neuwied (1940), a etnia teve sua origem a partir de um grupo de índios Coropós subjugados pelos Goitacás, oriundos do que é hoje o município de Campos em data muito anterior a chegada dos portugueses (WINTER, 2017, p. 123).

A parte antagônica deste discurso – a parte da história petropolitana que cabe aos Coroados – já fora demonstrado anteriormente nas seções anteriores, de modo exteriormente constitutivo à hegemonia que se forma diante da “Cidade Imperial”. Gostaria, portanto, de utilizar este espaço para tecer algumas considerações que penso serem pertinentes ante ao debate. As passagens que marcam o conhecimento sobre a presença de uma população nativa na cidade de Petrópolis são fundamentalmente marcadas pelas enunciações relativas à historiografia oficial da cidade, ou seja, aquilo que compreendo como conjunto historiográfico centrado na história da “Cidade Imperial” e, por isso, articuladores dessa hegemonia. Naquela perspectiva, suas presenças se restringem à chamada proto-história e associadas aos efeitos de subalternização desta hegemonia. Entretanto, passagens do artigo de Adalberto (2002) – inicialmente publicado no “Jornal de Petrópolis”, também no ano de 2002 – merecem alguns destaques.

Tal como realiza Winter (2017), Adalberto busca contextualizar as populações nativas que viviam na costa brasileira à época da chegada dos colonizadores portugueses. Para tal, indica que

Coroados era como os colonizadores designavam várias tribos brasileiras, de diferentes famílias, por rasparem a cabeça a maneira de coroa. Por esse nome também eram chamados os índios Kaingang, que viviam nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os que chegaram a Petrópolis, e aqui foram encontrados pelos primeiros colonizadores, por volta de 1730, eram em sua maioria, restos de tribos Puris, que por sua vez já eram sobras das nações Xumetós, Pitão e Araris, que chegaram até Muriaé, Pombas e Cantagalo, ou fragmentos de nações mais antigas,



como a dos Tamoios e Sarucus. Os Coroados de Campos já são oriundos da união entre Goitacás e Coropós (ADALBERTO, 2002).

Neste sentido da presença dos Coroados em Petrópolis, Winter (2017) aponta para registros arqueológicos que ligam ao fato.

Achados arqueológicos de petropolitanos modernos das décadas de 1970 e 1980 comprovam a afirmação. São vestígios e utensílios surgidos ao longo de escavações para instalação de residências a época em que a cidade se expandia para a margem oeste da rodovia BR 040. A descoberta desses vestígios e objetos em Petrópolis reforça a tese de que muitas picadas no caminho para Minas Gerais e que posteriormente foram aproveitadas pelos colonizadores, foram abertas pelos índios em seus movimentos migratórios (WINTER, 2017, p. 124).

Isto posto, o estudo de Winter busca compilar formas de organização social, a religião, a relação com a floresta, a posição geográfica em que viviam e como a chegada dos primeiros colonizadores europeus sesmeiros na região de Petrópolis contribuiu para a extirpação dos Coroados da região petropolitana. Nesta linha, observa-se também um importante contraponto à noção de uma proto-história – como observado nas seções anteriores – e, principalmente, aos argumentos de Rabaço (1985) sobre a população nativa local que, conseqüentemente, contribui ante ao discurso da “Cidade Imperial” para a efetivação de uma percepção vazia e colonizadora a respeito dos Coroados.

No entanto, percebe-se um certo romantismo ao relatar que os índios trabalharam voluntariamente na construção do Caminho do Ouro e na produção agrícola de sesmarias serra abaixo. Certamente não foi o que ocorreu, pois, a carta de concessão da sesmaria, reproduzida também por Rabaço, menciona a obrigação do sesmeiro de fixar-se a terra e cultivá-la com escravos (WINTER, 2017, p131).

Deste modo, gostaria explicitar sobre a presença de uma população nativa brasileira no que antes não se conhecia como Petrópolis, porém, tal qual a Teoria do Discurso permite elucidar diante das lógicas discursivas que compõem a heterogeneidade do social (HOWARTH, 2005), correspondem à apropriação discursiva da formação de uma hegemonia garantidora de um regime de historicidade pautado na significação de um passado, isto é, da “Cidade Imperial”. Ou, então, aproveitando a constatação sobre a subalternização da memória dos povos originários locais, bem como a proto-história buscou exteriorizar, deveria-se assim dizer sobre tantas Petrópolis que cabem em um passado: esta é a Cidade dos Coroados.

### **1.3.2. A Cidade Negra**

Assim como os Coroados, os negros habitaram a região hoje reconhecida como Petrópolis há um tempo muito anterior que a família imperial e os alemães. Silva (2018), produziu uma tese sobre as afroinscrições em Petrópolis, no intuito de narrar outras da histórias,

memórias e territorialidades das quais a população negra se inscreve no local, para além do que foi produzido de entendimento pela “Cidade Imperial”. Possuidora de uma escrita particularmente poética e acidamente crítica, a autora contribui implacavelmente para a problematização da história da “Cidade Imperial”, pois, como a própria observa – e dialogando com um ponto apresentado nessa dissertação – a região conhecida como Petrópolis fora ocupada e povoada antes mesmo da fundação da cidade – aquilo que Rabaço (1985) se referiu como proto-história – e que isso ocorreu por meio da navegação do rio Piabanha e das fazendas que exploravam o trabalho escravizado. Assim, cita Silva:

Diante deste e de tantos outros dados, permiti-me questionar e subverter a história e a memória o que me foi ensinado sobre Petrópolis. Há uma epistemologia própria dos grupos que povoaram o lugar e do próprio lugar que atuam como ferramentas importantes até então preteridas. Elegi o caminho da revisão e da incorporação dos grupos envolvidos e do lugar onde fatos ocorreram como contribuições dos diferentes saberes que circulavam pela sociedade (2018, p. 43).

Nessa linha, as contribuições do estudo de Silva podem ser exploradas em dois sentidos: um primeiro na busca por um olhar ontológico onde se inscrevem outras narrativas sobre o passado petropolitano, e outro que tal memória sobre a contribuição tecnológica oriundas da mão de obra dos escravizados, e que fora ocultada, inclusive, de uma narrativa hegemônica sobre a história nacional, também se fez acerca da história de Petrópolis, lembrando, evidentemente, que embora o local se atrele ao global, as peculiaridades contemporizam a historicidade (CAVALCANTI, 2018). Usando o exemplo que a Fazenda do Itamarati já estivera em contato com diversas tecnologias providas pelos escravos, como o sistema de captação e distribuição de água, Silva (2018) finca seu entendimento que este grupo liderou o processo de desenvolvimento urbano local, antagonizando à noção de que a cidade, seu surgimento e povoamento foram frutos de um projeto de meados do século XIX provido pela vilegiatura e pela mão de obra livre dos colonos alemães. Para a autora, “no caso de Petrópolis, a *fábula oficial* tornou invisíveis as populações negras da região tanto que cristalizou a ideologia de sede imperial e de colônia alemã” (SILVA, 2018, p. 72, grifo nosso), enquanto todo o projeto que envolvia a chamada Povoação-Palácio de Petrópolis “não se tratava somente de transformar o Brasil em um reduto de propriedades voltadas para a agricultura de exportação, mas de eliminar as possibilidades de integração de negros à sociedade brasileira” (SILVA, 2018, p. 71). Deste modo, busco parafrasear a autora: a *fábula oficial* tornou invisíveis as outras identidades e narrativas subalternizadas.

Silva (2018) acrescenta que foram quilombos outras formas geradoras do movimento de ocupação local, destacando como cinco destes movimentos ocuparam as terras petropolitanas no passado. Como já citado, os elementos dessa tese são totalmente opostos

ao que fora apresentado na seção anterior, onde proto-história e fundação da cidade se colocariam no centro de desenvolvimento não apenas do espaço urbano no local, mas também da história enquanto aquilo que se refere aos seus símbolos, grupos, cultura, ou seja, a produção de uma narrativa hegemônica<sup>27</sup>. A subalternização pela força dessa narrativa hegemônica é mostrada pelos apontamentos de Silva, mas também, assim como faz Dias (2016), ao trazer ao conhecimento não apenas as narrativas, mas os processos de subjetivação dessas identidades, de tal modo que contribuem para um deslocamento dessas não-existências (SANTOS, 2002) para um plano de antagonismo à história oficial.

Dias (2016) produziu uma dissertação sobre a memória do Quilombo do Tapera, em Petrópolis, destacando as seguintes organizações:

[...] o Quilombo da Vargem Grande (subdividido entre Quilombo da Direita e Quilombo da Esquerda), o Quilombo de Manoel Congo (nas imediações do Vale das Videiras), o Quilombo da Tapera (na Estrada de Teresópolis, em Itaipava) e o Quilombo de Petrópolis (localização indeterminada) (DIAS, 2016, p. 93).

Assim, como Silva (2018), Dias considera que o apagamento à memória negra em Petrópolis ocorreu sob um contexto de projeto de urbanização de Petrópolis, negando o histórico de grupos de escravos que se refugiaram e viveram na localidade. Todavia, nesse sentido, a autora opera com seu entendimento de que três grupos étnicos da cidade – luso-imperial, germânico-colonial e afro-brasileiro – para discutir o apagamento da memória desses últimos, em especial os descendentes do Quilombo da Tapera, o único dos antigos quilombos petropolitanos reconhecido pelo Estado brasileiro e que ainda se organizam enquanto uma comunidade quilombola.

Estas narrativas depõem contra a significação da “Cidade Imperial” como reveladora da fundação de um passado petropolitano. Trazida à tona por meio das evidências coletadas pela tradução da Sociologia das Ausências, os jogos de tempo e de linguagem que trataram de silenciar a memória negra em Petrópolis não sobrevivem quando colocados face aos seus exteriores constitutivos. As outras narrativas, portanto, revelam o processo de subalternização sob a qual passaram em prol da legitimação de um projeto de povoação e conseqüente exaltação às subjetividades hegemônicas e, ao se revelarem, também deflagram um encadeamento de antagonizações que se observam como potencial ontológico a respeito da história, das contingências e das disputas de um passado e das políticas de dada ordem social.

---

<sup>27</sup> Como foi visto, as narrativas hegemônicas sobre a “Cidade Imperial”, inclusive, tratando os negros como “imigrantes” e assim alocados a um contexto de desenvolvimento local galgado na luta pelo trabalho livre.

### 1.3.3. A Cidade Operária

A história da cidade de Petrópolis, ainda que dividida entre a imperial e a que vai além desta cooptação hegemônica, traz em sua herança aspectos que envolvem o trabalho e as condições para que, na transição dos séculos XIX para o XX, viesse a desenvolver a relações e os processos agora destacados. Mais uma vez, este processo contribui a revelar o caráter de exterior constitutivo (HOWARTH, 2005; GABRIEL, 2015) do qual trazemos neste debate, entretanto, diferentemente das seções anteriores que marcaram especialmente as equivalências, as diferenças destacam-se neste momento.

Mesquita (2011 e 2012) apresenta dois estudos que tocam na questão operária de Petrópolis. Em ambos os casos, o autor relata a formação industrial da cidade, trazendo à cena novos elementos para serem encaixados nesses jogos de tempo e de linguagem.

Inspirado em um dos estudos mais longínquos sobre quaisquer significantes que se deslocam do eixo hegemônico da “Cidade Imperial” – como no caso de Ismênia Martins (1978), que estudou a formação industrial petropolitana já naquele ano – Mesquita (2011) compreende que a formação industrial da cidade é um resultado da presença de capital de fora da cidade, ora de imigrantes estrangeiros ora de uma própria elite carioca, que desejavam investir na cidade. O mesmo autor (2012) aponta para a década de 1870, quando do surgimento das primeiras indústrias do setor têxtil na cidade, demonstrando a heterogeneidade desta formação:

[...] na década de 1870 foram formadas duas companhias têxteis em Petrópolis; a Companhia São Pedro de Alcântara (inicialmente chamada Renânia) e a Companhia Petropolitana de Tecidos [...] fundadas com os investimentos de capitalistas vindos da cidade do Rio de Janeiro, tal como a sociedade de investidores Azevedo Rocher e Cia que fundou a Companhia São Pedro de Alcântara e o cubano Bernardo Caymari, que em 1873, fundou a Companhia Petropolitana de Tecidos [...] exceção a Companhia Dona Isabel, fundada em 1889 com capitais de petropolitanos descendentes de colonos alemães (MESQUITA, 2012, p. 14).

O autor destaca também que tanto a imagem de uma Petrópolis alicerçada em um projeto imperial como as condições naturais e climáticas do local favoreceram a instalação dessas indústrias:

Dessa forma, pode-se perceber que o surgimento das companhias têxteis em questão está associado a um contexto propício que Petrópolis oferecia no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX para o estabelecimento de tais instituições; certamente que a proximidade com a capital do Império e o destaque que a cidade assumia como centro de repouso da família real faziam com que investidores do Rio de Janeiro subissem a serra para investir na cidade. Nesse sentido, o capital aplicado na formação dessas companhias têxteis era vindo da cidade do Rio de Janeiro, à exceção da Companhia Cometa, que tal como visto acima, foi formada a partir de capitais advindos de cidadãos petropolitanos. Não se pode esquecer, entretanto, que as condições naturais também contribuíram para o início das companhias têxteis em Petrópolis; as quedas d’água fluviais para a obtenção de energia para as fábricas, bem como a umidade que evitava os “nós” nos tecidos, podem ser apontadas como razões

que favoreceram o nascimento das companhias em questão, de forma que todas elas se situam próximas aos rios (MESQUITA, 2012, p. 63).

Esse contexto de associações ideológicas entre o período do Império e uma herança atribuída à elite local que investia na cidade sob as imagens daquele passado, corresponde, ao meu ver, às equivalências da própria hegemonia (RETAMOZO, 2011), bem como às peculiaridades e aproximações que os jogos de tempo e linguagem produzem entre a história local e nacional (CAVALCANTI, 2018; GABRIEL e COSTA, 2011). Diante desses fatos, Mesquita (2012) considera o desencadear de um momento fundamental para a história da cidade e também para as narrações sobre a história local: a vinda de imigrantes italianos, paulistas, mineiros da região da zona da mata e outros grupos advindos da Baixada Fluminense para formar a massa operária da cidade. Se apoiando em Ambrósio (2008), Mesquita (2012) aponta que os

[...] mineiros em Petrópolis que, pode-se dizer, tiveram uma importante participação na formação de alguns costumes da cidade. A grande leva de mineiros que já vinham para a serra fluminense antes mesmo da fundação de Petrópolis, atravessando a Variante do Caminho Novo de Bernardo Proença em viagem até o Rio de Janeiro, aumentou em virtude da industrialização da cidade, que deve, de fato, ter em conta a participação desses brasileiros na formação da classe operária petropolitana (MESQUITA, 2012, p. 83).

Neste ponto, Mesquita compreende que uma historiografia oficial sobre Petrópolis, ao compor suas significações sobre o passado local em torno do significativo “Cidade Imperial”, tratou de excluir a presença deste grupo – os mineiros, considerado pelo autor de grande importância para a formação da cidade ao que se refere tanto a um passado compreendido na proto-história (RABAÇO, 1985) quanto ao decorrer do século XX. Deste modo, entre mineiros e italianos, mais uma vez os jogos de tempo e linguagem deslocam e estabilizam, respectivamente, os exteriores constitutivos da significação sobre o passado de Petrópolis associado à narrativa da “Cidade Imperial”.

Assim como Mesquita (2012) analisou a organização operária de Petrópolis entre os anos de 1870 e 1930, dividido esse período na formação industrial local desde a vilegiatura, a chegada de imigrantes para compor a classe operária da cidade e suas formas de solidariedade de classe, como a greve de 1918 dos trabalhadores da Companhia Cometa (MESQUITA, 2011), outros autores trataram de se debruçar sobre os movimentos políticos da primeira metade do século passado na cidade. Assim, greves, movimentos como nazismo, integralismo e aliancismo se atrelam às organizações operárias petropolitanas que, como cita Mesquita (2012), “não houve a preocupação da historiografia local em romper campos de pesquisa positivistas lançados sobre a vida de indivíduos ilustres na cidade, da aristocracia, de políticos e de um propenso passado bucólico nas terras imperiais” (p. 16) e, por isso, trago à luz essas formas de não-existências

que contribuíram, diante das forças discursivas estabilizadoras dos jogos de tempo e de linguagem, para a hegemonização da “Cidade Imperial”.

Isto posto, recorrerei a uma outra categoria para continuar demonstrando, ou melhor, buscando a tradução conforme Santos (2002), das narrativas históricas que antagonizam a narrativa histórica local hegemônica.

#### **1.3.4. A Cidade Política**

A Cidade Política é uma maneira de compreendermos movimentos políticos que eclodiram na cidade de Petrópolis durante a primeira metade do século XX, conforme Mesquita (2011 e 2012), Ambrósio (2008), Oliveira (2013 e 2014), Oliveira e Alcântara (2018), Oliveira (2018), Ribeiro (2014) e Machado (2015) trouxeram ao conhecimento.

Segundo Machado (2015), conforme Petrópolis se tornava um dos principais centros industriais do estado do Rio de Janeiro no início do século passado, tensões operárias se formavam e se inscreviam no contexto do debate político nacional e também internacional<sup>28</sup>. Assim, o autor alerta no sentido daquilo que compreendo como determinadas ausências (SANTOS, 2002) podem acarretar não apenas em um silenciamento, mas na cristalização de uma noção sobre o passado local:

[...] alguns trabalhos parecem não levar em conta os conflitos existentes em Petrópolis. Muitas vezes, a história de Petrópolis é tratada como um grande “consenso social”, em que os conflitos sociais inerentes a essa sociedade são simplesmente esquecidos. [...] O que se busca é chamar a atenção para a necessidade de estudos que consigam relacionar e analisar a história de Petrópolis com elementos mais amplos (MACHADO, 2015, p. 16).

Tal “consenso social”, segundo aponta o autor, nesta dissertação é encarada como as práticas que produzem as hegemonias e as subalternizações acerca da significação de “Cidade Imperial”.

Destarte, a cidade, na direção do seu crescimento industrial, se deparava com a organização de sindicatos, o desenvolvimento de uma solidariedade de classes e com a eclosão de greves conforme Mesquita (2012) apontou para esses acontecimentos já em 1918. Recorrendo aos estudos de Machado (2015), Mesquita (2011) apontou que os trabalhadores da Companhia Cometa entraram em greve naquele ano em decorrência de não terem aceitado a demissão de 14 dos seus companheiros. Para o início de um século onde a imagem imperial e

---

<sup>28</sup> Por ser o período das primeiras décadas do século XX, ideologias nazifascistas eclodiam à esteira de países que passavam por severas conturbações sociais, enquanto a Revolução Russa ascendia a ideia do comunismo em grupos que se politizavam naquele período. Tais ideias chegam ao Brasil e influenciam a organização política dos trabalhadores.

colonial ainda eram associadas a uma cidade frequentada pela elite fluminense, como apontam Machado (2015) e Mesquita (2012), esses movimentos políticos mais tendiam a uma ruptura de imagem de cidade pacífica e projetada em virtude de um ideal civilizatório – como a mão de obra livre – do que conservavam de fato esses respectivos valores. Petrópolis, nesse sentido, era uma cidade de imagem conservadora e os movimentos rompantes a este estigma acabariam, de alguma forma – assim como da questão dos negros escravizados e dos Coroados – sendo relegados pela historiografia associada à hegemonia da “Cidade Imperial” e, conseqüentemente, à noção comumente tida no senso comum sobre a história local. Penso que, ao me apoiar em Howarth (2005) e Retamozo (2011), as demandas de uma heterogeneidade local, outrora condensadas entre hegemonias e antagonismos, tendem a se deslocarem em função dos jogos de equivalências e diferenças produzidas pela configuração política e estabilizada pelo político. Os jogos de tempo e de linguagem, desde de antes, já se conduziam a tal maneira de blindar a “Cidade Imperial”, daí, portanto, as observações feitas por Machado que destaquei na citação acima.

Entretanto, não somente contradições de cunhos grevistas se apontavam no horizonte petropolitano, como o surgimento de adeptos ao nazismo davam suas caras na cidade. Oliveira (2013 e 2014) mostra como a presença de alemães de confissão luterana na cidade de Petrópolis foram germinando ideais nazistas, se reuniam e ocupavam lugares da imprensa local<sup>29</sup>. “Em Petrópolis, o núcleo do NSDAP se reunia na sede do Deutscher Saengerbund Eintracht [...]. Posteriormente, essas reuniões passaram a ser realizadas no Deutschen Heim” (OLIVEIRA, 2013, p. 7). Ainda sob a ascendência de ideologias políticas totalitárias entre as décadas de 1930 e 1940, o contexto daquele período acabaria influenciando o surgimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), tendo instalado em Petrópolis um dos seus principais núcleos políticos (OLIVEIRA, 2013, p. 8).

Machado (2015), como já citado, tratou de analisar o surgimento e proliferação das ideias e atuação não apenas da AIB em Petrópolis, mas também da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em sua obra *Pão, Terra e Liberdade na Cidade Imperial*, uma publicação oriunda de sua pesquisa de mestrado defendido na UFRJ no ano de 2004. Mesquita (2012), em sua dissertação sobre o movimento operário petropolitano, também tratou de abordar esse tema, assim como Oliveira (2018) debateu em sua tese, porém, centrando seus olhares na presença de

---

<sup>29</sup> Conforme Oliveira (2014), nem todos os alemães eram luteranos e seguidores dos ideais nazistas. Neste artigo, a autora se dedica a explicitar, inclusive, como muitos alemães foram perseguidos na cidade pela imprensa e por outros meios locais em decorrência das manifestações nazistas que ascendiam ao mundo e reproduziam algum eco na cidade em função dos seus simpatizantes.

ambos os grupos, ou melhor, a presença do que o autor compreendeu como movimentos que fizeram por um período de Petrópolis se dividir entre a “Cidade Verde e a Cidade Vermelha”, sendo, respectivamente, representados nessas alcunhas a atuação dos integralistas e aliancistas na cidade.

Oliveira (2018), ao elucidar no debate sobre os falsos consensos existentes no imaginário social sobre a “Cidade Imperial”, corrobora ao lançar luz em conflitos políticos e sociais, derrubando ilações de uma cidade de convívios harmônicos entre os diferentes grupos sociais. Desta forma, o autor apresenta a principal intenção de sua pesquisa: “toma, como objeto central, os conflitos de rua e a greve geral em Petrópolis, em junho de 1935” (OLIVEIRA, 2018, p. 29). Segundo Machado (2015), Mesquita (2012) e Oliveira (2018), no dia 09 de junho de 1935, Integralistas e Aliancistas, representados sob as figuras de lideranças operárias e sindicais locais, além de terceiros como o caso de agentes estatais de segurança e até mesmo o aparelho midiático que por vezes atuavam em consonância com os Integralistas, se encontraram diante de suas manifestações e se enfrentaram nas ruas do Centro de Petrópolis, onde o operário aliancista Leonardo Candu morreu vítima de um disparo de arma de fogo, desencadeando em uma greve geral organizada pelos operários e organizações sindicais alinhadas aos aliancistas.

Assim, Oliveira (2018), ao propor o estudo sobre as cidades “Verde” e “Vermelha”, remonta às origens da cidade de Petrópolis, sobretudo, no tocante dos seus aspectos sociais, deflagrando, em sua pesquisa, uma imersão na construção do imaginário social sobre Petrópolis. Desde o século XIX, a relação da nobreza imperial com a cidade e também com a questão da chegada de uma mão de obra branca-europeia para a construção da colônia agrícola de Petrópolis<sup>30</sup>, foi suficiente para a construção de um falso consenso sobre relações harmônicas e distantes de tensões na cidade de Petrópolis, pois

[...] os pretensos cosmopolitismo e sofisticação, valores de um cenário “europeizado” e conduzido pela elite econômica e pelo poder central, refletiram-se em vários aspectos na história de Petrópolis: urbanismo, arquitetura, tecnologia, transportes, relações exteriores, saúde pública etc. Tais parâmetros, no imaginário de cronistas de época, teriam definido uma sociedade progressista e isenta de conflitos de classe – ou, em uma palavra: “civilizada” (OLIVEIRA, 2018, p. 40).

Revela-se, portanto, a existência de um movimento operário em Petrópolis bastante organizado e preocupado com as questões relativas às condições de trabalho e de participação política, tanto na vida local como nacional, bem como formas de solidariedade voltadas à esfera

---

<sup>30</sup> Oliveira (2018) se debruça na tese de que a formação de Petrópolis correspondia a um projeto do Estado Imperial brasileiro. Portanto, a organização da colônia agrícola de Petrópolis se dera sob a intenção de, ao trazer a mão de obra de alemães, que viriam a ser tratados como colonos, existia também implicitamente a intenção de provocar o embranquecimento da população brasileira, bem como a difusão da cultura europeia no território.



da vida privada, como abordou Mesquita (2012). A produção de Ribeiro (2014) se inscreve na continuidade de narrativas que antagonizam a “Cidade Imperial”. Suas contribuições já dizem respeito a um período associado à segunda metade do século XX e outros contextos políticos, sociais e econômicos que o país e também a cidade se situavam. Assim como a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis (CMVP) (PETRÓPOLIS, 2018) buscou abordar, organizações de trabalhadores atuaram fortemente na promoção formas de atuação política que buscavam se contrapor às forças que conspiravam a favor do golpe civil-militar que se sucedeu em 1964. Trabalhadores petropolitanos foram às ruas e organizaram movimentos contrários àquela intervenção, sendo muitos deles presos em função de suas atividades políticas.

Isto posto, as memórias sobre o passado local revelam tanto a potência de exteriores constitutivos, jogos de tempo e de linguagem e de equivalências e diferenças, possibilidades de deslocamentos e estabilizações entre política e político, bem como a força de romper à hegemonia, constituindo antagonismos que transbordam de particularidades em uma infinidade de possibilidades. Por exemplo, Mesquita (2012) levanta uma questão de estudo acerca da atuação das mulheres no movimento operário local. Embora o autor não se aprofunde sobre essa questão no que tange na organização operária feminina ou em demais segmentos da sociedade petropolitana, este é um indicativo de como os jogos de tempo e de linguagem podem produzir significações sobre o passado, bem como, ao auxílio da Sociologia das Ausências de Boaventura, traduzir as não-existências em processos de ressignificação na certeza de que, mesmo que determinadas histórias não sejam contadas, elas estarão por lá<sup>31</sup>.

Assim, e à esteira das histórias não contadas ou silenciadas mas que lá se encontram, trago mais uma categoria para se olhar além da “Cidade Imperial”, sob uma continuidade de uma retórica política que não compete apenas aos fatos locais da cidade de Petrópolis, e sim aos adventos do golpe civil-militar de 1964 e da deflagração de uma ditadura que perdurou 21 anos.

### **1.3.5. A Cidade da Casa da Morte**

Ao produzir esta seção, me peguei por algum tempo refletindo sobre seu nome. Se seria “A Cidade na Ditadura Militar”, ou “A Cidade da Casa da Morte”. Embora as passagens que envolvam a ditadura militar na cidade de Petrópolis não se resumam à Casa da Morte, decidi pela nomeação que anuncia a abertura desta seção em função do que acredito como impacto de

---

<sup>31</sup> Rozário (2019) debate em seu estudo o empoderamento das mulheres e o papel do psicólogo em um estudo de caso do CRAM (Centro de Referência e Atendimento à Mulher). Ações como essa revelam as demandas sociais das quais se encaixam este grupo de pessoas, surtindo em pesquisas que buscam dar luz a tais aspectos.

nomear e, assim, desestabilizar os processos hegemônicos (GABRIEL, 2015). A Casa da Morte e sua alocação em Petrópolis faz parte de um mesmo projeto, agora do Estado ditatorial brasileiro, que consistia em remover das dependências militares as sessões de torturas contra presos políticos.

A Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), foi um dos principais centros clandestinos utilizados pelo regime militar para a prática de graves violações de direitos humanos: detenção ilegal e arbitrária, tortura, execução e desaparecimento forçado. As informações mais importantes a seu respeito têm origem no depoimento de sua única sobrevivente, Inês Etienne Romeu, e são complementadas e corroboradas por documentos produzidos pelo próprio Estado, bem como por testemunhos de ex-presos políticos e depoimentos de agentes da repressão (BRASIL, 2014, p. 532).

Um mesmo projeto, pois, como o excerto revela, a respectiva história não possui uma entrada nos contornos de memória da chamada “Cidade Imperial”, a não ser por aquilo que ela própria exteriormente instituiu, ou seja, uma narrativa que subalternizou outras histórias de seu passado. Entretanto, com o emergir do relato de Inês Etienne Romeu, a atuação de diversos grupos locais e nacionais – e também internacionais – a favor de memória, verdade e justiça, e das próprias Comissões das Verdades, os jogos de tempo e de linguagem passaram a ter que lidar com um dos seus mais cruéis antagonismos. Constituía-se, nesse sentido, contingências políticas fruto das demandas subalternizadas (RETAMOZO, 2011). Nesse caminho de procuras ontológicas para compreender as diversas significações sobre o passado local, ou seja, como os exteriores constitutivos se cruzam com suas hegemônias geradoras, este encontro remete – literalmente – aos períodos mais sangrentos tal qual o de um passado escravocrata que, não obstante, se funde em uma unicidade hegemônica entre o local e o nacional, mas que, como dito, não pode se esquivar dos seus antagonismos.

As demandas existentes acerca da Casa da Morte se demonstram como um dos principais pressupostos para a criação de uma Comissão da Verdade especializada em investigar os fatos e os crimes cometidos pela ditadura em Petrópolis, porém, originada através das próprias lutas locais. Lima e Grossi (2018) apontam que

Em Petrópolis, a gênese de tal instituição se dá com as mobilizações de diversas entidades da sociedade civil em torno da luta pela desapropriação do centro clandestino de tortura e execução do regime militar conhecido como Casa da Morte; gerando, no ano de 2015, um grupo Pró-Comissão Municipal da Verdade - responsável por mobilizar a população local em audiências públicas sobre a ditadura na cidade. A lei municipal 7.207/2014 já havia estabelecido a criação de uma comissão da verdade no município, mas é através destas mobilizações que o perfil da entidade vai ganhando corpo, sendo estabelecida de fato com a regulamentação presente no decreto 893 de 11 de dezembro de 2015 (p. 284).

Este próprio movimento resultou na criação da “Semana da Memória, Verdade e Justiça” que, incorporada ao calendário oficial da cidade, em uma ação dos próprios Poderes Legislativo e Executivo do município, buscava a realização de eventos públicos durante a

semana que se lembra o golpe de 1964 e também práticas articulatórias promovidas pela CMVP, como, por exemplo, as palestras que citei na introdução desta pesquisa.

Sendo assim, amparado por pesquisas documentais dos quais obtive acesso a arquivos da polícia em Petrópolis nunca antes acessado, do acervo do APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro), coleta de testemunhos dos atingidos pela ditadura, pesquisa em jornais e também todo o entendimento até então desenvolvido pelas Comissões Estadual (RJ) e Nacional da Verdade e outras referências teóricas, o relatório da CMVP (PETRÓPOLIS, 2018), aponta para as circunstâncias dos crimes e as violações aos direitos humanos na cidade de Petrópolis entre 1964 e 1985. Além da Casa da Morte, há os relato dos momentos antecedentes ao golpe na cidade, como as mobilizações dos trabalhadores locais que buscavam uma oposição aos intentos golpistas, tal qual a perseguição política e a prisão de vereadores e de seus suplentes<sup>32</sup> e outras figuras locais tidas como subversivos – como o caso de Fabrício Alves de Quadros, tido pelos documentos policiais como o “fantasma do comunismo” em Petrópolis; a presença de Dan Mitrione na cidade, um agente da CIA especializado em técnicas de tortura e em sua disseminação na América Latina, que esteve na cidade palestrando no auditório do Museu Imperial em 1965; a relação de agentes de polícia, jornalistas e outros personagens da cidade que eram informantes da ditadura, assim como o papel da imprensa local; e sobre reuniões com articuladores do golpe na cidade de Petrópolis, como é citado no Relatório, e que se condicionam à vilegiatura da cidade:

Dreifuss (1981), ao pesquisar os arquivos do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), produziu uma das principais obras sobre o Golpe de 1964. É o próprio Dreifuss que diz que Petrópolis foi “um dos pontos-chave para a articulação do aspecto militar da campanha” (1981, p. 406). A condição de veraneio ou de vilegiatura para a elite carioca serviu aos propósitos dos golpistas. Dreifuss cita que diversos nomes de relevância nacional se reuniam na cidade desde 1962, buscando articular a oposição a Goulart. Entre as pessoas citadas temos: os generais Mourão Filho, Nelson de Mello, Denys, Dutra, Krueel (algo de valor nacional, já que de acordo com a própria Comissão Nacional da Verdade, o general Krueel só teria traído Goulart nas vésperas do golpe – o que aqui se mostra inverídico) e o Almirante Heck (algumas destas desempenharam papel importante no primeiro golpe dado contra Jango quando da renúncia de Jânio Quadros). Um dos locais de encontro dos conspiradores era o apartamento do juiz Antônio Neder, localizado no Edifício Centenário, situado na Rua 16 de março, no centro de Petrópolis. (Dreifuss, 1981). (PETRÓPOLIS, 2018, pp. 55-56)

Desta forma, os movimentos que se articulavam na cidade na transição das décadas de 1970 para 1980 e que operavam na reorganização dos movimentos sociais e políticos, também

---

<sup>32</sup> Este é o caso do vereador José de Araújo Aranha, do PSB, e seus suplentes Alencar Thomaz Gonçalves, Francisco Xavier Ximenes, Manoel Maria Leal Ferreira, Rubens de Oliveira Xavier, Saturnino da Silva e Saul Alves de Quadro – que era filho de Fabrício Alves de Quadros. A CMVP realizou a devolução simbólica desses mandatos no dia 12 de dezembro de 2015 (PETRÓPOLIS, 2018).

são destacados no Relatório da CMVP (2018), abordando um importante papel dos movimentos locais na criação PT, do CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos) e grupos em defesa de moradias e que pautavam as enchentes e quedas de barreira – isto, um crônico problema da história petropolitana. Por fim, a própria CMVP aborda sobre a questão da imagem construída em torno da “Cidade Imperial” como um estigma que oculta não apenas outras memórias locais, como também da história do país:

A imagem histórica comumente retratada de Petrópolis não se destaca pela pluralidade na abordagem de aspectos da vida em sociedade. Pelo contrário, como já tratado no texto de apresentação deste relatório, ela é normalmente muito mais uma caricatura, uma mistificação, do que uma tentativa de demonstrar a complexidade da sociedade local ao longo do tempo, incluída também ela – a sociedade petropolitana – em uma realidade nacional e global igualmente complexa e em constante transformação. Como já falado, essa mistificação elitista ocorre, sobretudo, por meio da construção de um verdadeiro mito, encarnado na noção de “Cidade Imperial” (MONTES *in* PETRÓPOLIS, 2018, p. 325).

Nessa esteira, Lima e Grossi (2018) debatem como os “lugares de memória” da ditadura, ou seja, espaços relativos aos usos ideológicos e de violações dos direitos humanos em Petrópolis durante aquele período, podem ser encarados a fim de sensibilizar e educar os turistas locais. O estudo se deu em torno de uma parceria do Centro de Turismo do Cefet Petrópolis e a Comissão Municipal da Verdade, propondo

Um roteiro de visita técnica mediada pelos locais da memória da ditadura empresarial-militar na cidade com o objetivo não só de sensibilizar o olhar turístico sobre a memória de repressão e da oposição na Cidade Imperial, mas também para que, em caráter de turismo pedagógico, professores da rede pública e alunos de graduação em Turismo, conectassem com este período histórico para que nunca mais seja esquecido. As visitas técnicas mediadas fizeram parte da programação da II Semana da Memória, Verdade e Justiça, em abril de 2017 (LIMA e GROSSI, 2018, p. 282).

Neste sentido, retomo o que fora abordado anteriormente a respeito da produção de uma hegemonia e outros traços ontológicos como a capilaridade do turismo. Lima e Grossi (2018) permitem, então, um olhar duplo para esta problemática: compreender que nem tudo que está dado conforme uma hegemonia não é passível de novas ações políticas, e, como uma demanda reprimida da contingência dos discursos sobre o passado local, converter tais memórias em usos de reconhecimento pedagógicos é, sem dúvidas, mais um entre tantos os demonstrativos do que Sousa (2002) compreende a partir da Tradução: revelar as não-existências em face de um presente que se expande ao encontro das formas de combate às injustiças sociais e cognitivas.

Outrossim, Petrópolis não foi uma cidade usada por grupos – do Estado e de civis – apenas na ditadura militar. Reconheço o impacto desta frase ao lançar mão do termo “usada”. Creio que também o escreva diante algum propósito. O uso, nesse caso, pode ser compreendido em função da apropriação do espaço e da terra em detrimento de um esvaziamento de setores

produtivos da cidade petropolitana. Deste modo, a categoria a seguir busca ampliar outros discursos que escapam da hegemonia da “Cidade Imperial”.

### 1.3.6. A Cidade da Vilegiatura

A Cidade da Vilegiatura é o que se encontra em torno dos estudos de Ambrózio (2008; 2012) e de Gregório (2009) a respeito do desenvolvimento urbano de Petrópolis por meio de uma investigação histórica da vilegiatura na cidade, ou seja, da concepção de uma cidade que serviria como uma *segunda residência* da família imperial no contexto do Segundo Império (AMBRÓZIO, 2008). Neste sentido, o processo histórico local, em face ao estudo do território, ocorreu sob a “tensão socioespacial entre trabalhadores ou moradores da cidade e um tipo de nobreza cidadina advinda do projeto imperial que fez nascer uma cidade ligada à vilegiatura” (AMBRÓZIO, 2008, p. 13). O desenvolvimento espacial, industrial e econômico da cidade é investigado pelo autor a fim de estabelecer as ligações deste contexto com o presente. Importa considerar, portanto, que para Ambrózio (2008), o turismo passou a captar os sentidos do que seria esta significação, ou seja, uma cidade média esvaziada de atividades industriais em que os serviços passaram a ocupar o espaço ensejado pela conformidade de cidade de estio construído desde o passado. A princípio, os sentidos até então atribuídos a esta narrativa podem se confundir com a exaltação de uma Petrópolis imperial. Porém, logo se vê que não.

Em outro estudo, Ambrózio (2012) tratou de ressaltar que o legado do território de Petrópolis à família imperial compreendido como a enfiteuse acarretou em uma forma de acumulação bastante peculiar. Nesta leitura, a cidade de Petrópolis se desenvolveu em função do direito ao solo que os herdeiros da família imperial adquiriram, conforme a criação da Companhia Imobiliária de Petrópolis, na forma de benefícios ao direito das terras do 1º Distrito da cidade, garantindo o recebimento do Laudêmio às transações fundiárias realizadas na localidade. Este processo potencializa a condição de vilegiatura no presente ao estabelecer o critério da renda como a condição do turista se estabelecer na cidade como consumidor de serviços atrelado à uma condição perpetuada de segunda residência.

Sob este ângulo, Gregório (2009 E 2010) soma uma leitura que tal condição de vilegiatura condicionou um processo tanto de ocupação urbana desordenada na cidade como também o desenvolvimento de um ecoturismo associado às áreas tomadas pela Mata Atlântica, reforçando um *status* de veraneio corroborado com o surgimento da APA (Área de Proteção Ambiental de Petrópolis), fazendo disso uma valorização do solo em determinadas regiões de proteção ambiental e contribuindo ainda mais para um processo de segregação por meio da especulação imobiliária de certos setores urbanos da cidade. Ainda que a autora não discuta a

legitimidade ou não da proteção ambiental, este processo tenderia ao favorecimento de um mercado local que, sob as marcas do passado, a condição de vilegiatura se destacaria como um importante atrativo local.

Entretanto, a crítica no pensamento dos dois autores revela, na verdade, a tomada de sentidos que se antagonizam à “Cidade Imperial”. Todo este processo de amplas contradições materiais, resultaria em riscos para os moradores locais, que vão desde moradias precárias em áreas de perigos ambientais, como também a dificuldade financeira para a realização do acesso ao solo, conforme aponta Gregório (2009):

Estima-se que um terço (1/3) dos petropolitanos viva em áreas de risco. Um dos motivos que apontamos para o aumento da favelização, além da falta de opções de emprego e os baixos salários, é a valorização imobiliária que cresce de forma assustadora, pela escassez de espaços para expansão urbana no primeiro distrito e os parâmetros de parcelamento do solo muito restritivos nos demais distritos. Desta forma, os imóveis da cidade passam a ser supervalorizados (GREGÓRIO, 2009, p. 12).

E também aborda sobre como

O exercício do poder e a apropriação do espaço por grupos privilegiados, que, em geral, não são habitantes da cidade. O que podemos observar é que desde a sua fundação houve uma ampla e nítida hegemonia de grupos econômicos locais e regionais sobre a população e o território de Petrópolis, pois há convivência por parte do Poder Público - que faz o papel de um Poder Privado (Lima, 2002, p. 111) - e de parte da população quanto ao uso e as práticas espaciais exercidas no município. As formas elitistas de uso e de representação do espaço da cidade são amparadas pelo Conselho Gestor da APA-Petrópolis, que além de não garantir a participação paritária entre seus conselheiros e população local, apoia o controle do território por grupos abastados, contribuindo para reforçar a desigualdade no uso e ocupação das terras dentro da área urbana da unidade de conservação (GREGÓRIO, 2009, p. 13).

Assim sendo, a Cidade da Vilegiatura não condiz, sob a compreensão dos sentidos trazidos pelos autores, com a imagem da realeza amplamente manifestada como herança de uma “Cidade Imperial”. Pelo contrário, é justamente nessas inscrições – herança da família imperial quanto ao direito ao solo no 1º Distrito sob a manifestação do Laudêmio e ações do Poder Público que age ao benefício do mercado imobiliário – que esta significação se encaixa em um contexto de antagonização do discurso hegemônico, ainda que jogos de linguagem, por muitas vezes, tentam por produzir cooptações desta significação a favor de uma demonstração de imagem de uma cidade associada ao bem-estar do descanso das elites.

Assim, e diante de todo o exposto, a “Cidade Imperial” fez valer no interior dos jogos de tempo e de linguagem toda sua hegemonia para, em primeiro lugar, produzir a si e, em seguida, ora utilizar positivamente de seus exteriores constitutivos, ora alijar das significações sobre o passado local outras passagens sobre a história de Petrópolis, ao ponto de, em muitas ocasiões – e em diálogo com todos os autores apresentados nesta seção – ocultar do imaginário social as memórias aqui expostas, produzindo não-existências (SANTOS, 2002). O mito da

“Cidade Imperial”, como citou Montes *in* Petrópolis (2018), faz parte de estratégias que ilustram disputas de poder, seja isso local ou nacional, e que se estabilizam e antagonizam diante das forças narrativas sobre um passado. A produção das não-existências, portanto, é um ato, se não propositalmente imaginado, consequente das forças hegemônicas. Reivindicá-los é, me apoiando em Gabriel (2015), um ato político, cujas buscas ontológicas ofertam e afetam a luta política local. A Cidade dos Coroados, a Cidade Negra, a Cidade Operária, a Cidade Política, a Cidade da Casa da Morte e a Cidade da Vilegiatura contribuem por revelar a natureza da abordagem pós-fundacional (HOWARTH, 2005): a infinitude de processos que nos possibilita enxergar com, entre e além. Neste caso, para além da hegemonia construída na significação da “Cidade Imperial”.

Com isso, identidades incluídas na infinitude das diferenças, produzidas na arena do político pelos particulares que se movimentam entre hegemônias, subalternização e antagonismos (HOWARTH, 2005; RETAMOZO, 2011; GABRIEL, 2015, 2017), são postas a um processo de solidificação – ainda que contingente – que contam com outros aparatos e instituições da sociedade. No caso desta pesquisa, a educação – mais especificamente o currículo – podem se configurar como outros elementos de estabilização de uma hegemonia. No intento de seguir os fios ontológicos da “Cidade Imperial” – já revelada em seus aspectos hegemônicos e opositores de historicidade – o currículo de HGPT-ET traz novas questões *articuladoras*, e que agora serão postas ao debate.

## Capítulo 2.

### **Currículo e a produção do conhecimento: as articulações entre seleção curricular e os processos de significação**

A pesquisa amparada nos referenciais pós-fundacionais da Teoria do Discurso não abre mão dos necessários cuidados teóricos e metodológicos, que se traduzem na coerência epistêmica e ontológica na qual essa abordagem (HOWARTH, 2005) se insere. Segundo Oliveira, Oliveira e Mesquita (2013),

Uma pesquisa orientada pela teoria do discurso é virtualmente incompatível com o modelo hipotético-dedutivo, conforme apresentado, e demanda a articulação de um modelo de explicação que reconheça o caráter precário, contingente e intrinsecamente comprometido do próprio discurso científico. [...]. A validação ou aceitação do conhecimento produzido, nessa perspectiva, não depende da obtenção de provas ou de sua resistência ao falseamento. Depende, em última instância, de fatores relacionados à sua capacidade de convencimento da comunidade científica e dos atores sociais e, sobretudo, de seu poder de articulação e/ou de contestação crítica em relação à problemática e aos fenômenos investigados (OLIVIERA, OLIVEIRA e MESQUITA, 2013, p. 1337).

O que está em jogo na citação acima é justamente o enfrentamento do desafio que consiste em não abrir mão do rigor ao fazer pesquisa no campo educacional – mais particularmente no campo do currículo – a partir de uma abordagem pós-fundacional, sem necessariamente, como nos provoca Bourdieu (1983), operar com a rigidez que não reconhece a potência de operar com a abertura do social e o lugar crucial da contingência nas leituras políticas de mundo.

Neste capítulo, o foco está posto no processo de objetivação do currículo escolar, percebido como um entre-lugar que (re)produz jogos de equivalência e diferença que atravessam as lutas pela significação do passado petropolitano (GABRIEL, 2015), como discutido no capítulo anterior. Que narrativas disponíveis do passado petropolitano são recontextualizadas como objeto de ensino-aprendizagem na educação básica? Como os currículos escolares participam dos movimentos de estabilização e desestabilização das narrativas históricas hegemônicas?

O aparato teórico até aqui desenvolvido se mantém entre interlocuções do pós-fundacionismo e alguns de seus principais debatedores no campo curricular brasileiro, que dentre suas categorias, destaco o entendimento de jogos de tempo e linguagem (GABRIEL e COSTA, 2011; GABRIEL, 2015), em decorrência do acumulado produzido pelo meu grupo de pesquisas, o GECCEH, e já explicitado anteriormente. Busco também dar continuidade aos



diálogos com a Sociologia das Ausências e das Emergências, sobretudo àquilo que sua crítica à razão indolente nos fornece sobre o que pode ser relacionado à objetivação do currículo escolar e também sobre a justiça social, pois, como indica Oliveira (2021), “Boaventura defende, em diferentes escritos [...] que não há e não haverá justiça social sem justiça cognitiva”. Neste sentido, entrelaço minhas reflexões com as contribuições legadas das teorizações curriculares ao falar sobre os conteúdos e os processos de significação, de acordo com a epistemologia pós-fundacional, evitando-se interpretações dicotômicas sobre os respectivos conhecimentos postos em cena, como aponta Santos (2002), sob a interpretação dos efeitos da razão indolente:

[...] a indolência da razão manifesta-se, entre outras formas, no modo como resiste à mudança das rotinas, e como transforma interesses hegemônicos em conhecimentos verdadeiros. Da minha perspectiva, para haver mudanças profundas na estruturação dos conhecimentos é necessário começar por mudar a razão que preside tanto aos conhecimentos como à estruturação deles (SANTOS, 2002, p. 241).

Aposto aqui, na possibilidade de, a partir do currículo de uma disciplina de história local, compreender as disputas que permeiam a ordem social e se manifestam pelo discurso, pois “um currículo de História seleciona, reorganiza, articula múltiplas narrativas, produzindo outras sínteses do heterogêneo que disputam a legitimidade na cultura escolar” (GABRIEL, 2015, p. 39). Estudar o currículo de HGPT-ET – assim como os processos de seleção e significação dos quais uma comunidade disciplinar (MARTINS, 2021) reconfigura como algo destinado ao ensino – é, portanto, a possibilidade de se debruçar em seus próprios elementos constituintes para, assim, compreender sentidos que se hegemonizam e antagonizam conforme as narrativas sobre a história de Petrópolis, ou seja, os jogos de tempo e de linguagem que produzem e reatualizam o conhecimento reelaborado como objeto de aprendizagem.

O currículo de história, dessa maneira, opera com infinitas possibilidades de articular diferentes unidades temporais (passado-presente-futuro) e espaciais (local-nacional) em meio às disputas pela estabilização/desestabilização de uma ordem social vigente. Desta forma, o entendimento de como a seleção do conteúdo, a sua relação com os jogos de tempo e de linguagem que atravessam as disputas pela “Cidade Imperial”, bem como o processo que leva às (re)contextualizações das narrativas históricas, serão colocados em evidência neste capítulo.

Esta parte se organiza em torno de três seções. A primeira seção apresenta um breve debate em torno de duas perspectivas de compreensão do currículo consagradas no campo, conforme aponta Silva (1999), as chamadas teorias críticas e pós-críticas, à luz das contribuições de dois autores Michael Young e Carmen Teresa Gabriel como representantes

dos respectivos campos e de onde eu acredito ser possível a produção de um diálogo a respeito da defesa da interface currículo-conhecimento-significação, como porta de entrada para os debates curriculares contemporâneos. Com isso, creio que será possível compreender o debate produzido pelo campo que contribuiu para a construção de paradigmas curriculares e, assim, fincar o entendimento que lanço mão, neste estudo, para o significante de currículo. A segunda seção se dedicará, brevemente, às diretrizes curriculares nacional e municipal que se refletem na objetivação de um currículo de história local e suas formas de significações contingentes (GABRIEL, 2015), conforme a estrutura teórica aqui privilegiada. Por fim, a terceira seção focaliza a história da disciplina de HGPT-ET e seu caráter de estabilização/deslocamento de narrativas que se envolvem à “Cidade Imperial”, por meio de análise dos seus documentos fundantes e da Maratona Escolar da cidade de Petrópolis.

### **2.1. Entre a seleção do conteúdo e os processos de significação**

O currículo, embora polissêmico, é, ao meu ver, aquilo que Bourdieu (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2002) entendeu como um arbitrário cultural. Não parto desta noção como norteadora do meu entendimento de currículo naquilo que tange o debate pós-fundacional que aqui pretendo realizar, porém, como reprodutor de ideologias dominantes (APPLE, 1982), o currículo pode articular os valores tidos como hegemônicos tal qual uma espécie de validador – e reprodutor – dessas formas de dominações, e apresentado de forma aparentemente neutra à sociedade. Penso que isto concentra um importante catalisador numa das pontas deste processo: as narrativas em disputa que orbitam em torno da “Cidade Imperial” e a produção de currículo que aglutina determinados conteúdos e muitas formas de contingências. Desta forma, busco reivindicar um espaço nesta dissertação para a compreensão desses processos situados na comunidade de conhecimentos históricos existentes e compreendidos entre sociedade e campo curricular, de forma que no primeiro capítulo já busquei introduzir a primeira parte das questões que se anunciam nesta pesquisa.

Assim sendo, segundo Silva (1999) e Ribeiro (2017), o campo do currículo nas últimas décadas intercalou momentos produções que centravam ora em torno de proposições tidas como conteudistas, ora culturalistas com algumas tendências de relativismo, conforme Ribeiro (2016) argumenta sobre aos aspectos de algumas fases das chamadas teorias pós-críticas. Nesse sentido, busco seguir os caminhos de Gabriel (2017) e de Ribeiro (2016) no que consiste o que se nomeou no estudo do qual me refiro a este último autor, isto é, a busca pelo encontro dos pressupostos e paradigmas existentes nas teorias críticas e pós-críticas, para que se possa

produzir um olhar que não perca de vista os conteúdos relativos às diferenças e também às demandas de uma heterogeneidade na ordem social.

Para tanto, se faz necessário revisitar brevemente o debate postulado entre os propósitos envolvidos às chamadas teorias crítica e pós-crítica, para fincar meus pontos de partida neste debate e também oferecer uma pequena revisão conceitual sobre ambas as referências epistêmicas. Outrossim, situo através dos olhares de Michael Young e Carmen Teresa Gabriel os desígnios que tanto particularmente me afino, como também se diferem e se aproximam em torno das perspectivas críticas e pós-críticas.

### **2.1.1. Breve debate sobre o campo curricular e seus impactos na objetivação do currículo**

De John Dewey aos tempos atuais, o campo do currículo produziu discussões e teorias que correspondem a uma variedade de pressupostos epistêmicos (GOODSON, 2020) e, eu acrescentaria, ontológicos. Da mesma forma, Ribeiro (2017) ilustra como todo este debate também busca a validação de qual conhecimento é legítimo a ser trabalhado no currículo escolar. Neste sentido, a categoria “currículo” possui diversas conceituações, sendo necessário, portanto, a realização de um breve mapeamento.

Silva (1999), ao narrar sobre as diversas abordagens curriculares, seleciona dois campos epistêmicos: o das teorias críticas e o das teorias pós-críticas. As influências da Nova Sociologia da Educação em torno de debates macroestruturais que pensavam sobre a reprodução social compõem o chamado campo da teoria crítica enquanto seus interesses teóricos e por que não, epistêmicos; e, mais adiante, as novas influências epistêmicas acerca das chamadas “teorias pós”, sob os signos de análises das perspectivas pós-estruturalistas e pós-fundacionais, garantem as marcas das respectivas abordagens. Interessa-me mais particularmente compreender como cada campo dialoga sobre a questão da seleção curricular e a (re)configuração dos saberes para o ensino de história. Destarte, diante de distintas visões e posturas epistêmicas, e por ser esta uma dissertação dedicada à linha do currículo, entendo como necessário uma concisa explanação sobre as perspectivas de currículo e conhecimento, buscando seguir, conforme Ribeiro (2016) no título de seu ensaio, uma análise “pelo encontro em detrimento do radicalismo” existentes nos confrontos e que, em algumas vezes, não permitem o estabelecimento de um entre-lugar entre os campos críticos e pós-críticos e, especialmente, aos argumentos que interessam, ao final, àquilo que acredito ser possível, tendo na educação uma aliada, para a emancipação social (SANTOS, 2002).

Moreira e Junior (2017) e Ribeiro (2017) alertam para a centralidade do conhecimento compreendida por Michael Young não apenas para sua defesa de currículo, mas também naquilo que pode ser compreendido como uma defesa de sociedade que se encontra com a justiça social, ou seja, no entendimento deste referencial, uma forma de se pensar o enfrentamento ante às dificuldades geradas pelas estruturas – em síntese, no caso reproduzida pela educação no campo do currículo como conhecimentos que legitimam as injustiças – e vividas pelos indivíduos em sociedade. Por meio de sua categoria de conhecimento poderoso, o currículo pensado na justiça social deveria aglutinar conhecimentos científicos das diferentes áreas disciplinares que pudessem contribuir não apenas com uma visão de mundo crítica, como também uma postura de reconhecimento de si e do outro, diante dos problemas da realidade social. “[...] Os conhecimentos escolares estão associados a um currículo disciplinar e não estão ligados a contextos específicos, embora estejam conectados uns aos outros. Tal diferença permite que os alunos sejam capazes de generalizar para além de suas experiências” (MOREIRA e JUNIOR, p. 494, 2017). Este excerto tanto contribui para o sentido de conhecimento poderoso que, atribuído à escola por meio da função curricular, permitiria o encontro do sujeito com a justiça social, como expõe algumas diferenças em torno do referencial teórico privilegiado que busco implementar nesta dissertação. Penso, porém, conforme Gabriel (2017), que tais encontros sejam plenamente passíveis de diálogos e busca de encontros epistêmicos.

Young (2007), reivindica a importância do conhecimento poderoso, ou seja, o conhecimento que permite conhecer aquilo que contribui para o enfrentamento e posicionamento diante das situações que reproduzem as desigualdades – inclusive o conhecimento curricular – e a escola como espaço social para a força dessa consideração. O sucesso deste projeto de currículo, ao seu ver, também significaria o sucesso de um projeto societário, do qual pode-se afirmar vitorioso para um grupo: o dos oprimidos por um sistema de sociedade que reproduz forças de poder alicerçadas, também e principalmente, nas estruturas da educação, seja pelo próprio currículo ou pelos processos relacionados e daí desencadeados. Para este autor, a centralidade do conhecimento é de extrema importância para o efetivo sucesso de seu projeto de justiça social, onde o currículo escolar cumpriria um papel determinante.

Gabriel (2013, 2015, 2016, 2017 e 2017b) por sua vez, propõe um entendimento sobre currículo e conhecimento de modo a se estabelecer as fronteiras de um conhecimento escolar a partir de uma compreensão que a significação é dada de acordo com as contingências do social, ou seja, compreendendo que os processos de objetivação e de subjetivação não se fecham nem

se limitam a totalidades discursivas previamente estabelecidas<sup>33</sup>. Gabriel, nas referências acima citadas e Gabriel e Costa (2011) exploram o entendimento da relação currículo e conhecimento (histórico) a partir do diálogo com o pós-fundacionismo. Nestas referências, compreendo em suas leituras sobre a existência de um currículo visto como espaço-tempo de entre-lugares e significações, uma vez que a perspectiva pós-fundacional busca estancar o binarismo existente em um não-saber e um saber-racionalizado. Esta perspectiva parte do pressuposto que o social é permeado pelas experiências culturais e identitárias e, conforme Gabriel e Costa (2011), nomear não apenas é estabelecer uma posição diante de significantes que hegemonomizam e antagonizam os sentidos do universal, mas, sobretudo, um ato político.

A luta política pode ser assim, entendida como um exercício teórico constante de desnaturalização ou de desestabilização de discursos engessados e, simultaneamente, o investimento contingente e provisório em outros discursos possíveis e/ou disponíveis na arena de disputas (GABRIEL 2017, p. 519).

Pensar o exercício de compreensão da realidade por meio da interpretação discursiva do social, possibilitado pelo pós-fundacionismo, é, portanto, um ato político de buscas ontológicas acerca das contingências da ordem social, na qual um currículo se inscreve. Sua postura política permite trazer à baila um investimento teórico na armação de uma perspectiva para olhar uma arena de disputa – a escola – em torno de estabilizações e desestabilizações de significantes postos e narrados pelas comunidades historiográficas, no caso de estarmos falando do ensino de história. Trata-se assim de problematizar a percepção acerca de uma verdade racional e universal para produzir outros sentidos da interface currículo-conhecimento.

Sem desprezar a importância do conhecimento/conteúdo, conforme Gabriel (2015, 2016 e 2017) formula, é importante considerar que tais conhecimentos – agora escrito no plural – são produzidos em meio às disputas entre os grupos de interesse que compõem a tessitura do social. Este entendimento da interface currículo-conhecimento, opera por sua vez, com a compreensão que a diferença é um campo de significações com possibilidades infinitas de articulações identitárias. Nessa perspectiva, o currículo escolar, quando pensado como vetor de mudança social, é percebido como um espaço não apenas de articulação e seleção de conteúdos/conhecimentos que interessam à luta pela justiça social, mas igualmente de produção de subjetividades políticas. Essa percepção atravessa também, de algum modo, as teorizações

---

<sup>33</sup> Adiante, anunciarei minha compreensão sobre currículo a partir deste raciocínio.

curriculares críticas, como apontava Apple (1982) na sua reflexão acerca do 'currículo oculto', entendido como mecanismo de reprodução ideológica dos grupos hegemônicos em sociedade<sup>34</sup>.

O campo do currículo traz ao longo de décadas um profundo debate e embates a respeito de qual conhecimento é legítimo de ocupar o espaço da produção ou significação do saber escolar. Ainda que inscritos em paradigmas diferentes, os referenciais teóricos aqui selecionados comungam, sem dúvidas, de um mesmo princípio: o reconhecimento da dimensão política no debate curricular e mais especificamente o entendimento do espaço curricular como uma arena de lutas onde o que está em jogo é a possibilidade de pensar e afirmar que mundos outros são possíveis. A caixa de ferramentas de análise mobilizada para conceber as estratégias de luta que sustentam essa possibilidade é que não é a mesma. Em termos das categorias “currículo” e “conhecimento”, o que diferencia as perspectivas teóricas crítica e pós-crítica, na abordagem defendida por alguns autores como GABRIEL e ROCHA (2017), são menos as questões formuladas sobre a importância do conhecimento na reflexão curricular do que as respostas ensaiadas para essas questões em cada um dos quadros de inteligibilidade.

Neste estudo, a interface currículo-conhecimento de história efetiva-se como um espaço de disputa de narrativas onde, significantes particulares disputam a hegemonia e antagonizam o universal, produzindo estabilizações e desestabilizações de discursos sobre o que deve e não deve ser ensinado no âmbito dessa disciplina escolar (GABRIEL e COSTA, 2011; GABRIEL, 2013, 2015; GABRIEL e ROCHA, 2017).

### **2.1.2. O currículo como entre-lugar do conhecimento, diferenças e hegemonias**

Assumo, portanto, minha defesa de um entendimento de currículo como um espaço regulador de sentidos particulares em meio à diferença e produtor de significações (GABRIEL e COSTA, 2011; GABRIEL, 2015; GABRIEL, 2017). Neste sentido, a contínua busca ontológica acerca das mais diversas possibilidades de ancoragens, que revelam substancialmente o sentido de “Cidade Imperial”, *articula* a infinitude de (in)certezas das quais conteúdos e significações permeiam em forma de presenças, ausências (SANTOS, 2002) e (re)conhecimentos a manifestação de saberes em contingências e fixados no currículo escolar.

---

<sup>34</sup> A noção de hegemonia de Apple (1982) se aproxima à noção gramsciana desta categoria, onde os grupos dominantes se apropriaram dos aparelhos ideológicos da superestrutura para a efetivação de suas ideologias, onde a educação e o currículo não escapariam.

O currículo se situa, nessa linha, como um entre-lugar, ou seja, um espaço de fronteira daquilo que se *manifesta* conforme as políticas definidoras dos deslocamentos e das estabilizações, assim como da própria produção de antagonismos, uma vez que este interstício (BHABHA 1998), é justamente mais um entre tantos espaços contingentes dos jogos de equivalências e diferenças e produtor, portanto, de diferenças e também significações, pois

Em uma dimensão mais ampla, currículo passa a ser entendido como prática de enunciação, espaço-tempo de fronteiras, lugar da diferença, cultura, conforme defendem Lopes e Macedo (2011), Macedo (2006, 2014a, 2014b, 2016, 2017) e Ribeiro (2016). Nesse sentido, a política curricular é a própria luta para fixar o sentido, mas que só pode ser feita na relação parcial e contingencialmente (RIBEIRO, 2017, p. 588).

Ainda neste sentido, Ribeiro (p. 591) também destaca que o “currículo é entre-lugar para as culturas se articularem na educação: pensar em sua seleção (objetivação), posto um processo de subjetivação ... pensar presente e futuro” e, acrescenta que “pensar currículo, nesta abordagem, significa inferir que a produção curricular é sempre rasura, ou seja, estará sempre por vir” (p. 594). Dessa maneira, compreendo que a perspectiva pós-fundacional sobre o currículo se configura em uma abordagem ontológica que confere os conhecimentos igualmente produzidos *pela* sociedade, diante das experiências possíveis de uma heterogeneidade social e, *no* âmbito escolar, de acordo com as perspectivas de significação, uma vez que

O currículo é entendido como tudo que diz respeito ao cotidiano escolar, envolvendo alunos, professores e outros atores que são produzidos como tais, por intermédio do processo de significação e do discurso, por uma dimensão simbólica e política em um sistema aberto (RIBEIRO, 2017, p. 594).

Em diálogo com Boaventura de Sousa Santos (2002), arrisco afirmar que o currículo pode ser entendido como um entre-lugar que se manifesta entre as existências e as não-existências, interpelado em (im)permanência pelas demandas sociais que colocam em xeque a sua inscrição na razão indolente. *Currículo pode ser assim entendido como espaço-tempo estabilizador, mas, também, disruptivo das formas de ocultamentos e silenciamentos das significações subalternizadas pela hegemonia configurada em dada ordem social.*

Permeado de disputas em torno de significantes que visam a hegemonização/desestabilização da ordem social, o discurso possibilita a compreensão da realidade em sua forma ontológica (HOWARTH, 2005). Neste sentido, as estratégias compreendidas nos jogos de tempo e de linguagem capacitam o currículo de história em seu papel de articulador de conhecimentos, hegemonias e (des)estabilizações (GABRIEL e COSTA, 2011), para o enfrentamento das demandas da sociedade, formuladas contingencialmente. Reafirmo portanto, a importância de compreender o currículo não como

um espaço apenas reprodutor das disputas discursivas da sociedade, mas, também e sobretudo, como um espaço *articulador*, onde as lógicas da equivalência e da diferença (LACLAU e MOUFFE, 1987), sob a pressão das demandas sociais (RETAMOZO, 2011), podem reconfigurar os discursos estabilizados pela ordem social e abrir-se se às subjetividades coletivas rebeldes que disputam espaços para hegemonizar suas narrativas. Afinal como afirma Retamozo (2011):

Si la concepción del orden social nos habla de la producción de posiciones de sujeto (sujeciones), la idea de subjetividad colectiva se instaure como terreno de disputa por esos sentidos dominantes. Allí convergen tanto el momento de sujeción (producido por el orden) como el de subjetivación capaz de generar nuevos lugares de enunciación y acción histórica. Este primer gesto de subjetivación se materializa en los desplazamientos significativos, la puesta en cuestión de sentidos dominantes y la apertura de nuevos campos de experiencia. El resultado es la reapropiación de la situación posicional desde otros parámetros a partir de la incorporación de diferentes elementos en el proceso subjetivo. Evidentemente estos elementos no son por necesidad emancipatorios; historicidad y contingencia son características de este proceso que no puede determinarse a priori. No obstante también queda latente la opción que la subjetividad genere la apertura de la apropiación colectiva de la historicidad (del pasado-presente y futuro) (RETAMOZO, 2011, p. 85).

No que diz respeito ao currículo de História, as disputas se dão no campo da memória que são lembradas ou esquecidas, exaltadas ou negadas em função dos interesses que estão em jogo, além da pressão e natureza das demandas sociais de cada presente que a narrativa histórica é produzida (GABRIEL, 2015). Assim, a objetivação do currículo ocorre, portanto, atrelada às subjetivações dos sujeitos coletivos que habitam um lugar comum entre sociedade e currículo escolar: a experiência e o processo de significação. Conforme apontado por Gabriel e Costa (2011), os jogos de tempo e linguagem mobilizados no currículo de história contribuem tanto para produzir conhecimento escolar quanto afirmar o reconhecimento da pluralidade dos processos de subjetivação e identificação. Essa compreensão de currículo oferece possibilidades aos sujeitos que por ele são interpelados de agirem no mundo, de modo a desconstruir e (re)construir as significações que eles produzem de si mesmos e dos outros, mobilizadas nas narrativas históricas local e nacional.

Com efeito, como abordou Cavalcanti (2018), o currículo de história produz entrelaçamentos entre as escalas local e nacional. Esse autor busca explicar como toda história narrada em seu contexto local tenderá a ancorar significações que pertencem a uma dada hegemonia nacional, por exemplo. Ainda que se pese as peculiaridades da localidade ou da região, os significantes particulares carregam sentidos hegemonizados na narrativa em escala nacional. Diante deste cenário de objetivação/subjetivação no qual o currículo escolar está inserido, os jogos de tempo e de linguagem contribuem para estabilizar/desestabilizar



determinados regimes de historicidade (GABRIEL, 2015; GABRIEL e COSTA, 2011), enquanto os efeitos das demandas sociais em suas práticas de (re)significação, de alteridade e reconstrução da memória coletiva, podem contribuir para borrar fronteiras sobre o fatos, personagens e territórios que deve ou não deve ser ensinado nas escolas.

Desse modo, um currículo percebido como um espaço produtor e regulador de sentidos, implica que nossa atenção – pesquisadores e professores – esteja também posta nos conhecimentos/conteúdos. Pensar suas presenças e ausências é se atentar às manifestações singulares dos jogos de tempo e de linguagem que participam dos processos de hegemonização no âmbito da disciplina de História. O currículo escolar, desta forma, é uma ferramenta política (GABRIEL, 2015) de transformação, pois é capaz de produzir novas *articulações* entre outros passados-presentes-futuros.

## **2.2. A história local, o currículo e o ensino**

Bittencourt (2008), propõe uma reflexão acerca da história local, muitas vezes, podendo também ser associada à história do cotidiano ou à história do lugar. Essa historiadora considera que nas correntes que operam com análises do cotidiano, a articulação com o passado local, se faz com vistas às aproximações culturais, à vida privada, às relações entre grupos sociais, às conexões entre conflitos diários, entre outros aspectos que podem trazer à cena as pessoas comuns (BITTENCOURT, 2008, p. 167). Já a história do lugar corresponde a uma interlocução com autores da geografia em função da singularidade desta ciência para olhar para o espaço. Neste sentido, a autora mostra como Milton Santos é uma das referências nesta interpretação, citando o autor ao indicar que a história atribui diferentes funções ao mesmo lugar.

O geógrafo Milton Santos apresentou em várias de suas obras importante reflexão sobre espaço geográfico, com uma atribuição preciosa sobre o conceito de lugar. Cada lugar tem suas especificidades e precisa ser entendido por meio de uma série de elementos que o compõem e de suas funções. Milton Santos sustenta, no entanto, que o lugar só pode ser compreendido dialeticamente levando-se em conta as relações de produção nele estabelecidas e sendo concebido como uma produção histórica (BITTENCOURT, 2008, p. 171).

O que está em jogo nesta análise é o dimensionamento da história local enquanto algo que se insere em um contexto maior, podendo ser referido como nacional ou global. Como lembra Bittencourt (2008), a *história local* não pode ser confundida com a memória individual ou coletiva. Seguindo a mesma Autora (2008), a história é uma narração composta por um reordenamento do tempo passado através de certa acumulação de memórias, ou seja, a história

local, na sua visão, pode ser criadora de novas memórias. Assim, também podemos pensar, juntos com Barros (2013) que a história local

[...] é entendida como uma modalidade de estudos históricos que contribuiu para a construção dos processos interpretativos sobre as formas como os atores sociais se constituem historicamente em seus modos de viver, situados em espaços que são socialmente construídos e repensados pelo poder político e econômico na forma estrutural de “bairros e cidades”. A História Local é a história que trata de assuntos referentes a uma determinada região, município, cidade, distrito. Apesar de estar relacionada a uma história global, a história local se caracteriza pela valorização dos particulares, das diversidades; ela é um ponto de partida para a formação de uma identidade regional (BARROS, 2013, p. 15).

Compreender assim, os processos de universalização e hegemonização em torno da Cidade Imperial implica em atentarmos, portanto, sobre a história local, isto é, compreender suas relações sempre contingentes com o contexto global e assim produzir outras formas de compreensão de um passado discursivamente hegemonizado na produção de narrativas que causam o alijamento de outros territórios e tempos do passado.

Mattozzi (2008, p. 138), nesse sentido, assume que a história é uma fonte de informação agenciadora para a contextualização dos saberes: “precisamos de uma boa fonte de inspiração para projetar o currículo. A fonte de inspiração é nada mais do que a concepção da história”. Desta forma, e diante de uma anúncio local, na historiografia e na contextualização escolar, onde o local reproduz *em suas peculiaridades* o nacional (CAVALCANTI, 2018), é possível estabelecer uma compreensão daquilo que se passa diante da narrativa hegemônica da “Cidade Imperial” e que posteriormente será conduzido ao currículo de HGPT-ET, bem como é posto ao ensino da história local.

Citando Circe Bittencourt, Cavalcanti (2018, p. 277) traz importantes reflexões sobre a relação do ensino de história local com a escala da história nacional:

A professora e historiadora Circe Bittencourt, por sua vez, ressalta que “a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer – igualmente por situar os problemas significativos da história do presente” (Bittencourt, 2009, p.168). Seguindo sua reflexão, ela destaca, todavia, os cuidados para evitar que a história local não reproduza em escala menor a mesma narrativa de uma história feita pelos “grandes” e “importantes” personagens do poder político e das classes dominantes locais. Nesse sentido, é importante que a história local não se limite a reproduzir, em dimensões micro, o estudo da vida e das atividades de prefeitos e demais autoridades de determinado lugar, por exemplo. Para evitar essas armadilhas, “é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas...” (Bittencourt, 2009, p.169).

Os jogos de tempo e de linguagem são importantes agenciadores para a construção da historicidade local (GABRIEL e COSTA, 2011), por meio do estabelecimento de uma cadeia de equivalências que agenciam as discursividades das particularidades locais ao encontro das globais. Conhecer o local, portanto, é conhecer aquilo que está além das hegemonias, ou seja, é compreender as diferenças discursivas que se constituíram como exteriores constitutivos. Afinal, “o local é o espaço primeiro da atuação do homem, por isso, o ensino de história local precisa configurar também essa proposição de oportunizar a reflexão permanente acerca das ações do que ali vivem como sujeitos históricos e cidadãos” (BARROS, 2013, p. 16). Nessa mesma linha argumentativa, Bittencourt considera que a história local traz formas diversas de compreensões sobre o cotidiano dos alunos, e alerta para a importância de possibilitar um ensino de história local que vá além das convenções e consensos estabelecidos em uma localidade:

A associação entre cotidiano e história de vida dos alunos possibilita contextualizar essa vivência em uma vida em sociedade e articular a história individual a uma história coletiva. Uma articulação dessa natureza requer concepção de cotidiano que não se apresente como mera motivação para estudo do passado, selecionando as experiências amorosas de reis e rainhas ou do dia a dia de pessoas comuns ou famosas pautados por meras descrições curiosas e desligadas do contexto social da *existência* desses indivíduos (Bittencourt, 2018, p. 165, grifo nosso).

Entendo que esse excerto de Bittencourt se aproxima da noção de currículo pautada nas referências pós-fundacionais com a heterogeneidade da formação histórica e das subjetividades coletivas na cidade de Petrópolis. Significar, no âmbito do currículo escolar de História, pressupõe não apenas explicitar narrativas que reduzem a história local a um simulacro da história nacional, mas sim reconhecer as disputas entre memórias e a afirmação de contextos identitários de existências. As narrativas que se estabilizam no e pelo currículo escolar – uma entre diversas formas de estabilizações – ocorrem por meio das articulações também produzidas pelos jogos de tempo e de linguagem com outras significações produzidas fora do currículo. Entretanto, seria incauto, acredito eu, afirmar que esta articulação se limitaria à reprodução. Além de já ter buscado demonstrar que a articulação entre história nacional e local são mais complexas do que uma relação mimética, a abordagem pós-fundacional autoriza a compreensão do Social como permeado de discursividades são suscetíveis de estabilizações e deslocamentos, sejam eles a história e a produção historiográfica ou também a educação e a produção curricular.

### **2.2.1. Políticas curriculares nacional e municipal e o currículo de história local em Petrópolis**

É importante registrar que perceber o ‘local’ como possibilidade pedagógica é uma prática considerada um tanto recente. Isso se deve por ser esta temática posta ao longo das décadas como um assunto subalterno, visto como um conteúdo de menos importância e pouco valor para ser ensinado. [...]. É preciso citar que as políticas de currículo escolar sempre estiveram atreladas a um discurso dominante, linear e hegemônico, cujos conteúdos relacionados a incorporação da história local não se apresentavam como um conhecimento importante para o processo formativo, restringindo assim, as histórias populares e próprias de um povo a um contexto de pura unicidade [...]. (LEÃO e ANDRADE, 2020, p. 399-400).

A citação acima deixa entrever que a preocupação com a história local por parte das políticas de currículo não é algo recorrente. Só em período relativamente recente, o saber histórico local é debatido e produzido no currículo escolar. Em termos das políticas curriculares mais recentes Pereira e Souza (2016) apontam para uma presença precária de conteúdos locais na sistematização do currículo, uma vez que tal normativa se faça presente na legislação a nível federal, sua efetivação nos currículos oficiais dos sistemas estaduais e municipais de educação e na cultura escolar não está necessariamente assegurada. Interessante sublinhar, no entanto, a situação diferenciada da rede municipal de educação da cidade de Petrópolis, que oferece uma disciplina voltada especificamente para a história local, disciplina essa que, neste estudo, constitui justamente o campo empírico selecionado.

Este estudo aposta na importância da reflexão sobre a articulação entre história local e políticas curriculares para explorarmos, como é o objetivo desta pesquisa, as ausências e emergências de um passado inscrito na cultura escolar (SANTOS, 2002), para uma melhor compreensão dos limites e possibilidades de analisar o currículo de HGPT-ET como um dispositivo de estabilização/desestabilização da narrativa hegemônica em torno da expressão Cidade Imperial.

Conhecida como LDB e promulgada no ano de 1996, tendo recebido ao longo dos anos diversas emendas à sua redação, a Lei Federal nº 9.394 é, conforme sua própria descrição, o aparato legal que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996). Surgida como um dos pilares do Estado brasileiro ao cabo de seu processo de redemocratização após a ditadura militar, a LDB conserva os ditames que estruturam do ponto de vista político, administrativo e pedagógico a educação do nosso país. Neste sentido, políticas que versam sobre currículo, por exemplo, se fazem presentes neste documento. Embora em toda a Lei existam poucas menções explícitas sobre currículo e as diversidades das localidades, acredito que outras formas latentes se articulam a este documento. É o caso, por exemplo, das Leis nºs 10.639, de 2003 e 11.645, de 2008; e 12.796, de 2013 que versam, respectivamente, sobre a

inclusão de temáticas sobre a história da cultura afro-brasileira e indígena, e sobre a formação continuada dos profissionais da educação<sup>35</sup>.

A inserção de tal temática corresponde, seguindo os pensamentos de Retamozo (2011) já apontados neste capítulo, que este movimento ocorre tanto em função das demandas propagadas pelos movimentos sociais na sociedade brasileira, como também daquilo que corresponde à heterogeneidade de identidades que compõem a subjetividade coletiva de uma nação tão plural.

Outrossim, destaco o Artigo 26 do Capítulo II da LDB, cujos destaques falam sobre as disposições gerais da educação brasileira:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, *por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.* (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996, grifo nosso).

A estes excertos, me remeto novamente aos pensamentos de Leão e Andrade (2020) e Pereira e Souza (2016), sobre o que se refere à atuação das escolas na construção de percursos que tratem de aspectos relativos à própria localidade, amparado, inclusive, pela legislação atual, conforme o exposto no Artigo 26 da LDB. Do mesmo modo, formalmente, a BNCC para os anos finais da etapa do ensino fundamental, – especificamente a habilidade EF09HI02 – faz referência, ao tratar do processo de ensino-aprendizagem ocorrido no 9º ano, aspectos sobre a história local e regional, uma vez que neste período é inserido a temática da república no Brasil e conflitos mundiais, como a guerra fria, por exemplo.

Por fim, a municipalidade petropolitana instituiu e atualizou, em 2015 e 2017, respectivamente, o Plano Municipal de Educação e suas metas, conforme as diretrizes do Plano Nacional de Educação de 2014. Em suas respectivas redações e complementações – referentes aos anos de 2015 e 2017 – há referências àquilo que as Leis nºs 10.639, de 2003 e 11.645, de 2008 indicam para os ensinamentos da história e culturas afro-brasileiras e indígenas no currículo escolar. Entretanto, por trabalhar com metas para a educação, não é destrinchado propriamente

---

<sup>35</sup> Costa (2011) produziu um estudo de mestrado em que analisou a implementação da Lei nº 10.639/2003 no contexto da rede municipal de Petrópolis. Neste sentido, é uma rara vez em que a disciplina de HGPT-ET aparece em produções de caráter científico. A autora compreende que uma das ações da Secretaria Municipal de Educação para executar tal dispositivo legal, foi a elaboração de cadernos pedagógicos desta disciplina para propor a inclusão de questões étnico-raciais.

nenhuma outra referência que indique outros elementos sobre a história local, tampouco sobre a disciplina de HGPT-ET<sup>36</sup>.

Destarte, é necessário que nos situemos nos pormenores da disciplina de HGPT-ET, mais especificamente sobre sua história, referencial curricular e demais características.

### **2.3. A disciplina de HGPT-ET: sua história e estabilizações**

A origem da disciplina de HGPT-ET não corresponde a nenhum indicativo propriamente oriundo da legislação. Desse modo, proponho a retomada da história dessa disciplina e sua relação com a significação hegemônica sobre a história de Petrópolis pautada na condição da “Cidade Imperial”, para que seja estabelecida a compreensão discursiva e ontológica desta estabilização por meio do currículo escolar.

Em 20 de dezembro do ano de 1984, a Câmara Municipal de Petrópolis aprovou a criação de uma disciplina destinada ao estudo da história e da geografia do município, a Lei Municipal nº 4.306, sancionada pelo prefeito na mesma ocasião. Assim ocorrera a justificativa da sua criação:

Nada mais acertado e justificável que se oriente a mocidade para conhecer o seu rincão natal. O estudo da História local, o conhecimento dos aspectos físicos da região em que o indivíduo vive é uma forma de estimular o amor à Pátria e o respeito às suas tradições e suas riquezas naturais. É inconcebível que o *município não conheça os aspectos históricos e geográficos de sua comunidade. Muito acertadamente, a Secretaria de Educação promove anualmente, a Maratona Escolar, evento que é uma forma de motivar o estudante para o estudo daquelas matérias.* Incluir, pois, a História e a Geografia do Município na série que sugerimos é inclusive uma forma de democratizar a participação naquela maratona, pois assim todos os estudantes teriam iguais condições de participação (PETRÓPOLIS, Lei Municipal nº 4.306: 1984, grifo nosso).

Isto posto, percebe-se que a Maratona Petrópolis – que no decorrer das décadas recebeu modificações em seu nome, e atualmente se destina a ser chamada como Maratona Escolar Cidade de Petrópolis – já se apresentava conforme um indicativo de estabilização de hegemonia ramificada ao segmento da educação escolar. Instituída pela Deliberação Municipal nº 355 de 1952 e transformada na Lei Municipal nº 4.512, de 1979, a Maratona Petrópolis consistia em uma prova realizada pelo poder público da cidade em que, no seu início, buscava a avaliação

---

<sup>36</sup> Como resultado de políticas públicas, o Conselho Municipal de Educação tem debatido a indicação à Secretaria Municipal de Educação de Petrópolis de uma reforma no currículo de HGPT-ET. Entendo como espontâneos e correspondentes tanto às demandas sociais dos mais diversos grupos locais, como o interesse de professores neste processo, os movimentos que buscam debater o currículo desta disciplina, como articulou, por exemplo, a CMVP e o SEPE-RJ uma atividade de formação continuada. É importante reconhecer que a comunidade petropolitana, em seus movimentos e fóruns dedicados ao debate, tem promovido a discussão deste objeto.

dos conhecimentos disciplinares sobre a história e geografia da cidade – além de conhecimentos relativos à língua portuguesa e à matemática, que, conforme as suas modificações, também recebiam maiores espaço nesta prova – e contava com uma premiação em dinheiro para o estudante que obtivesse o melhor desempenho naquela ocasião<sup>37</sup>. Neste momento, uma ressalva se faz extremamente importante ser realizada, embora possa parecer antecipar o que está por vir: a história da qual a Maratona Escolar busca se referenciar é, na verdade, a hegemonia existente em torno do discurso da “Cidade Imperial” e latentemente induzida e também deduzida como a história oficial – ou legítima – da cidade de Petrópolis. Destinada a ocorrer em todo dia 29 de setembro – data esta que, segundo lembra a Deliberação de atualização nº 539, de 1954, ocorrera a elevação de Petrópolis à categoria de cidade, configurando-se como mais um elemento que justifique um discurso que se estabiliza diante de uma hegemonia – esta avaliação foi determinante para o surgimento da disciplina de HGPT-ET. Diante de diversas atualizações, regulamentações e normatizações legislativas entre os anos de 1952 e 1998<sup>38</sup>, a avaliação se dedicava, na disciplina de história, à tomada de conhecimentos inseridos no contexto da “Cidade Imperial”. Perguntas relativas a antecedentes históricos, povoação e fundação da cidade, à própria noção de cidade imperial e o período republicano eram sugeridas nos diplomas normativos do concurso.

Compreendo que uma comunidade disciplinar – no caso a da história – é capaz de significar de acordo com suas lógicas de equivalências epistêmicas e axiológicas, aquilo que será colocado ao ensino em um dado momento. Nesse sentido, “as objetivações produzidas por essa comunidade disciplinar configuram em cada espaço-tempo o código disciplinar” (MARTINS, 2021, p. 11), ou seja, uma seleção curricular – processo de objetivação – advinda de uma ordem axiológica específica – que nesse caso se revela na cooptação da disciplina de HGPT-ET, conforme uma agência de estabilização de sentidos, a favor de uma reconfiguração do conhecimento histórico escolar já tentada pela Maratona Petrópolis, que, por sua vez, também influencia nos processos de significação – processos de subjetivação – da qual escola e alunos se envolvem em estabilizações e deslocamentos dos discursos, ora entendido como ensino-aprendizagem. Martins (2021), mais uma vez, nos auxilia nesta reflexão, ao afirmar que:

---

<sup>37</sup> Em sua última edição, realizada em 2019, tal premiação em dinheiro já não era mais conferida aos estudantes que obtivessem os melhores resultados.

<sup>38</sup> Deliberação Nº 355, de 07/08/1952, Deliberação Nº 539, de 07/08/1954, Deliberação Nº 640, de 24/12/1955, Deliberação Nº 1.086, de 01/12/1958, Deliberação Nº 1.914, de 27/05/1964, Deliberação Nº 1.974, de 16/09/1964, Deliberação Nº 2.543, de 27/01/1967, Deliberação Nº 2.598, de 04/09/1967, Lei Municipal Nº 3.998, de 28/09/1979, Lei Municipal Nº 4.512, de 04/12/1987, Lei Municipal Nº 4.734, de 28/06/1990 e Lei Municipal Nº 5.412, de 22/08/1998.

A complexidade da articulação entre questões epistemológicas e axiológicas na configuração da história escolar criam o desafio de tornar a História ensinável ao mesmo tempo em que se garanta sua função formadora no plano cultural e político. Os instrumentos avaliativos – e os exercícios assim também podem ser pensados –, no âmbito dessa disciplina escolar, somam-se a esse desafio na medida em que são eles que, em última instância, vão definir as configurações legítimas desse conhecimento em termos de conteúdos, habilidades, competências e dimensões axiológicas (MARTINS, 2021, p. 17).

Penso, exatamente em concordância com Martins, pautando suas visões na epistemologia pós-fundacional, que as comunidades disciplinares ao se basearem em hegemonias silenciadoras de memórias, contribuem para reconfigurar um código disciplinar, no qual o currículo se insere, e, assim, contribui para a cristalização de uma razão indolente (SANTOS, 2002), produzindo efeitos sob os processos de identificação pelos atores educacionais – alunos, professores e toda comunidade que direta e indiretamente possam se relacionar com esses saberes. A Maratona de Petrópolis se enquadra em um processo de produção do conhecimento histórico e se configura como um desses possíveis instrumentos avaliativos que, ao lado de um regime de historicidade que favorece a noção de “Cidade Imperial” e a consequente criação da disciplina de HGPT-ET, se modulam em instâncias legítimas – como cita o próprio autor no fragmento acima – acerca de um conhecimento histórico reatualizado como um saber que compete também à escola ensinar e ao currículo significar.

A nível de maiores esclarecimentos sobre este processo de objetivação e subjetivação no qual se inscreve o currículo de HGPT, as deliberações nºs 2.543, de 1967, 2.598 também do ano de 1967 e a Lei Municipal de Municipal nº 3.998, de 1979, trazem em suas redações sugestões sobre os conteúdos das questões relativas à história de Petrópolis. O Artigo 3º da Deliberação nº 2.543 e 4º da Deliberação 2.598 trazem exatamente os mesmos:

A prova de História constará de uma dissertação sobre um dos temas abaixo, sorteado no momento: a) Fundação; b) Colonização; c) Vida e Obra de Koeler; d) Elevação à categoria de cidade; e) Petrópolis, capital do Estado. Parágrafo único. Além da dissertação, deverão os concorrentes responder a questões objetivas, de livre escolha da Comissão Julgadora, versando sobre grandes vultos de Petrópolis, já falecidos. (PETRÓPOLIS, Deliberação nº 2.543 de 1967; PETRÓPOLIS, Deliberação nº 2.598 de 1967).

Já a Lei Municipal nº 3.998 apresenta uma outra redação com novas sugestões no Artigo 2º acerca da prova de história local:

Art. 2º A prova de História de Petrópolis constará de uma dissertação e de questões objetivas (questionário) versando sobre o seguinte temário: 1 - Antecedentes Históricos a) a penetração para Minas Gerais; b) as sesmarias; c) a Fazenda do Padre Correia; d) D. Pedro I no Córrego Seco. 2 - A povoação a) a fundação; b) a obra administrativa de Koeler; c) a colonização alemã; d) a criação da paróquia e suas



implicações civis e políticas; e) a contribuição da imigração estrangeira. 3 - A Cidade Imperial a) a elevação à categoria de cidade: a atuação do Coronel Veiga; b) a Câmara Municipal de Petrópolis; c) D. Pedro II em Petrópolis; d) o desenvolvimento municipal na época do 2º Reinado: principais realizações nas áreas do urbanismo, transportes e vias de comunicação, saúde, saneamento, ensino e cultura. 4 - A Cidade republicana (1889 - 1964) a) as armas de Petrópolis; b) a Câmara Municipal; c) Petrópolis, capital do Estado; d) os Presidentes em Petrópolis; e) Petrópolis e sua guarnição militar; f) o desenvolvimento municipal na época republicana: as principais realizações nas áreas do urbanismo, transportes e vias de comunicação, saúde, saneamento, ensino e cultura; g) História artística da cidade (PETRÓPOLIS, Lei Municipal nº 3.998 de 1979).

Estas são, portanto, as únicas apresentações de sugestões de conteúdos dentre todas as Deliberações e Leis analisadas a respeito da Maratona Escolar, inclusive a do ano de 1998, sendo a Lei vigente desta prova que ainda se realiza na cidade até os dias atuais, e conta com a participação de alunos do 5º ao 9º do ensino fundamental da rede municipal de Petrópolis<sup>39</sup>. Entretanto, haja vista o conjunto de matérias que divulgam na imprensa a realização desta prova na atualidade, dentre os objetivos públicos desta avaliação, destaca-se a informação propagada pelo noticiário que consiste, basicamente, em uma realização da Secretaria Municipal de Educação sobre os conhecimentos dos alunos e alunas sobre a história e geografia de Petrópolis<sup>40</sup>, que, como já visto, ao ser propagada – “a história de Petrópolis” – carrega consigo sentidos de hegemonização da “Cidade Imperial”.

Ainda sobre a Maratona escolar que dará a sustentação para a futura existência da disciplina de HGPT-ET no ano de 1984, os conteúdos sugeridos sobre a história de Petrópolis se articulam *integralmente* àqueles discursos apresentados no primeiro capítulo a respeito da hegemonia sobre a história de Petrópolis. Termos como “fundação”, “colonização”, além da exaltação das biografização daqueles ligados a este processo relativo à uma interpretação bastante particular sobre a “Cidade Imperial” são enfatizados como indicativos para se estabelecer uma compreensão acerca do conhecimento histórico local dos estudantes; enquanto

---

<sup>39</sup> A produção científica que venha e discutir essa prova é igualmente inexistente conforme assim também se faz com a literatura da disciplina de HGPT-ET. Diante disto, matérias da imprensa e vídeo de divulgação da Maratona Escolar no YouTube foram as bases das quais posso me certificar que esta prova ainda é aplicada em Petrópolis. De acordo com minhas pesquisas, a última edição da avaliação ocorrera em 2019. Acredito que o impacto da pandemia do Novo Coronavírus, que exercera a interrupção das atividades presenciais escolares por todo o ano de 2020, foi fundamental neste processo. Os sítios digitais da Prefeitura de Petrópolis e dos dois principais jornais da cidade – Tribuna de Petrópolis e Diário de Petrópolis – abarcam as principais notificações da prova do ano de 2019. Disponíveis em: <<https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias/item/14501-alunos-destaques-na-maratona-escolar-2019-s%C3%A3o-premiados.html>>, acesso em: 29 set. 2021; <<https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/alunos-destaques-na-maratona-escolar-2019-sao-premiados/>>, acesso em: 29 set. 2021; <<https://www.diariodepetropolis.com.br/Integra/maratona-escolar-2019-435-alunos-de-29-unidades-escolares-participam-da-prova-171200>>, acesso em: 29 set. 2021; <<https://istoe.com.br/mais-de-400-alunos-participaram-da-maratona-escolar-em-petropolis/>>, acesso em: 29 set. 2021.

<sup>40</sup> Embaso meu raciocínio nas mesmas matérias presentes na nota anterior.

aqueles outros discursos que se diferem do hegemônico, se demonstram ausentes das sugestões para a realização da prova.

Assim sendo, e retomando a análise da justificativa para a implementação da disciplina de HGPT-ET, este foi um movimento deliberado e assumido pelo próprio poder público local com o intento de aproximar os alunos aos paradigmas da “Cidade Imperial”, ou seja, produzir a estabilização de hegemonias que disputam o universal. O Referencial Curricular para o Segundo Segmento da rede pública de Petrópolis, bem como todos os materiais didáticos da disciplina – cadernos pedagógicos dedicados às turmas do 6º ao 9º ano – traz a seguinte informação sobre a criação desta disciplina:

A disciplina História, Geografia e Turismo de Petrópolis é disciplina obrigatória no currículo escolar das escolas da Rede do município através da Lei n.º 4.306, de 20 de dezembro de 1984, de autoria do Vereador Paulo Pires de Oliveira e sancionada pelo Prefeito Paulo José Alves Rattes – publicada no Diário Oficial de 29/12/84 (PETRÓPOLIS, 2014).

Conforme a Lei Municipal 4.306 de 1984 que cria a disciplina, e também o Referencial Curricular para o Ensino Fundamental produzido pela Secretaria Municipal de Educação de Petrópolis, em 2014, esta matéria surge com a oferta, inicialmente, apenas dos conhecimentos relativos à história e a à geografia do município – este último, sobretudo, ao que se refere aos conhecimentos da geografia física. Entretanto, no mesmo ano de 1984, e anterior à própria lei que cria a disciplina de HGPT-ET, a Lei Municipal 4.259, instituiu nas escolas da cidade aulas a respeito da legislação para o trânsito (PETRÓPOLIS, 2014). Combinada anos depois à legislação nacional vigente do Código de Trânsito Brasileiro, este conteúdo passou a ser unificado na disciplina dedicada a estudar a história local de Petrópolis, que passou por uma reformulação curricular no mesmo ano em que o Referencial Curricular do Município sofrera sua última atualização, em 2014, quando seu material didático também passou por adaptações sob as influências dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PETRÓPOLIS, 2014).

É perceptível, no sentido de acompanhamento do Referencial Curricular (PETRÓPOLIS, 2014) e do material didático da disciplina (PETRÓPOLIS, 2016), a ênfase dada à importância histórica da disciplina e sua dedicação para arrolá-la à história nacional, ainda que temáticas voltadas para o trânsito e o turismo se incluam nos percursos a serem estudados pelos alunos no decorrer de seus anos escolares. Porém, ainda neste sentido, os conteúdos relativos às categorias que compõem o currículo manifesto (APPLE, 1982) de HGPT-ET para além da questão histórica – geografia, turismo e trânsito – são hegemônicos pela influência que a historicidade do município realiza na construção dos objetivos e na

narrativa da disciplina, tornando-os envolvidos pelos jogos de equivalência e diferença e de tempo e linguagem (HOWARTH, 2005; GABRIEL, 2015; GABRIEL e COSTA, 2011). Buscarei apresentar melhor esta questão no capítulo a seguir onde realizarei uma análise discursiva desse material didático com base na perspectiva pós-fundacional.

Assim, estabilizar, neste sentido, e em acordo com um currículo de história local, é igualmente observar as estratégias dos jogos de tempo e de linguagem que produzem as equivalências e diferenças capazes de referendar hegemonias, subalternizações e antagonismos (GABRIEL, 2015; GABRIEL e COSTA, 2011). Penso que seja isto exatamente o que venha ocorrer com a disciplina de HGPT-ET: um entre-lugar que articula passado-presente-futuro por meio da seleção do conhecimento/conteúdo escolar que se apresentam como narrativas que tendem a corroborar com os discursos dominantes sobre o passado petropolitano. Burlet (2017), em um estudo dedicado à proposta estabelecida no currículo da rede municipal de ensino da cidade de Petrópolis, traz seu entendimento de currículo para além da presença de determinados conteúdos: “o currículo constitui o elemento central do projeto pedagógico, ele viabiliza o processo de ensino aprendizagem” (p. 7), e continua afirmando que

O currículo não é um elemento neutro de transmissão do conhecimento social, é expressão do equilíbrio de interesses e forças que atuam no sistema educativo em um dado momento, tendo em seu conteúdo e formas, a opção historicamente configurada de um determinado meio cultural, social, político e econômico (BURLET, 2017, p. 8).

A autora analisa o referencial curricular da cidade tendo como foco a sua construção e impactos pedagógicos, sem, no entanto, questionar os elementos mobilizados na narrativa local que contribuem para reforçar a redução do passado petropolitano à noção de “Cidade Imperial”.

Seguindo, assim, os passos de Boaventura de Sousa Santos, por meio da tradução sociológica (SANTOS, 2002) pela qual a revelação das ausências busca expandir as possibilidades de existir e experienciar no presente e a contração do futuro que expõe as emergências – e demandas – de uma sociedade, o debate e o acesso ao conhecimento curricular configura-se como este caminho de transição para que a afirmação da diferença e da razão cosmopolita possa triunfar (SANTOS, 2002).

Diante do entendimento de que a disciplina de HGPT-ET tende a desempenhar um papel de estabilizadora do sentido de “Cidade Imperial”, e da compreensão de que a produção do currículo corresponde a um processo de reprodução social, cuja proposta de legitimação de uma narrativa que passa a se configurar como “natural”, importa compreender como os jogos da

linguagem e do tempo se reverberam no currículo de HGPT-ET e como uma outra significação curricular desta disciplina seria possível.

Não é por acaso que Almeida (2020, p. 2) lembra que “é o currículo escolar que irá prestar o papel de forja desse script. É no currículo que se define quais passados serão salvos do esquecimento, quais passados são socialmente válidos”. Nesse sentido, acho importante questionar, afinal, para que se estuda história e história local? O que ensina e com o quê deve se preocupar a escola pública? Sem a pretensão de responder de forma definitiva essas questões, tampouco defender a possibilidade da existência da resposta inequívoca, esta pesquisa busca explorá-las, no terceiro e último capítulo, tendo como foco as enunciações compreendidas no conjunto de textos curriculares da disciplina de HGPT-ET.

### Capítulo 3.

#### Os jogos de tempo e de linguagem na disciplina de HGPT-ET

Neste capítulo, apoiado nos aportes teóricos discutidos anteriormente, apresento, por meio da análise discursiva dos textos que configura a disciplina selecionada, a produção e interpretação das bases empíricas que evidenciam as *lógicas articulatórias* que intervêm na produção curricular relacionada à história local de Petrópolis. De igual modo, ter apostado na interlocução da sociologia de Boaventura resultará em ganhos metodológicos em torno do que sua tradução nos aponta e descreve sobre as *formas* que as ausências e emergências coadunam-se junto às enunciações reveladoras de não-existências. Este capítulo, portanto, está dividido em três seções. A primeira explicita os caminhos metodológicos privilegiados. A segunda seção focaliza a descrição dos textos selecionados sobre o currículo da disciplina de HGPT-ET. Enfim, na terceira seção proponho uma interpretação sobre as lógicas políticas e sociais que se articulam no currículo em análise como uma ferramenta de estabilização e deslocamentos de uma ordem social, que produz suas significações centradas no significante particular da “Cidade Imperial”.

#### 3.1. Caminhos metodológicos da pesquisa

Howarth (2005), Oliveira, Oliveira e Mesquita (2013) e Gabriel (2013) apontam para os cuidados teóricos-metodológicos que uma pesquisa em educação pautada nas referências pós-fundacionais deve ter. Dentre estes aspectos, ressalta-se a importância de que se lance mão de ferramentas teóricas e metodológicas que possam contribuir para nomear e analisar o problema de pesquisa que se pretende investigar. Afinal, como nos instiga a pensar Howarth (2005)

(...) el uso de herramientas abstractas para explicar objetos concretos requiere un trabajo de elaboración teórica que articule los conceptos y lógicas que, al menos inicialmente, están ubicados en diferentes niveles de abstracción o enfocadas en distintos niveles de análisis, y extraídas de una variedad de problemáticas teóricas (HOWARTH, 2005, p. 48).

No caso desta pesquisa, o seu problema se orienta em torno das significações produzidas sobre o passado da cidade de Petrópolis. Interessa-me, pois, examinar as relações de poder e o jogo político em meio aos quais ocorrem os processos de objetivação [...] e de subjetivação/identificação, conforme aponta Gabriel (2013, p. 62). Nessa perspectiva, esta pesquisa se propõe a realizar uma análise discursiva que

Não se limita ao campo linguístico, na medida em que a mobilizamos em nossas pesquisas para a leitura da tessitura do social/político. Operar com a análise discursiva é, pois, uma escolha teórica que atravessa as diferentes possibilidades metodológicas mobilizadas para a construção do acervo empírico (GABRIEL, 2013, p. 62-63).

A análise discursiva se apresenta, assim, na perspectiva pós-fundacional aqui privilegiada, como uma estratégia teórico-metodológica para acessar as lógicas sociais e políticas que subjazem a instituição de hegemonias e antagonismos em meio às disputas entre os múltiplos processos de significação de uma ordem social específica. Tal perspectiva privilegiada associada ao método da tradução de Boaventura contribui para, segundo Santos (2002, p. 273), “[...] desenvolver uma alternativa à razão indolente, na forma daquilo a que chamo razão cosmopolita. Esta alternativa baseia-se na ideia base de que a justiça social global não é possível sem uma justiça cognitiva global”, ou seja, pensar nas lógicas que se dispõem na contingência de determinados discursos frente à objetivação e subjetivação do currículo escolar é uma maneira de enfrentar o desafio anunciado desta dissertação e que ascende face à demonstração empírica que se revela – ou se traduz – nesse capítulo, por meio das contribuições teóricas que auxiliam na percepção das *ausências* provocadas no ato de nomear e na *emergência* de reconduzir às novas aberturas do conhecimento sobre a história e as subjetividades coletivas. Outrossim, no caso deste estudo, refiro-me às articulações entre historização do passado petropolitano, no âmbito do currículo de uma disciplina onde a história local é um dos seus principais elementos de estabilização, *tendo como acervo empírico* o Referencial Curricular da Rede Municipal de Petrópolis e o material didático da disciplina em foco utilizado pelas turmas de 6º ao 9º ano.

Trata-se, assim, de interpretar nesses textos curriculares, como nos orienta Howarth (2005) no excerto abaixo, os significados fixados, a retórica mobilizada e as subjetividades que os atravessam.

(...) es posible señalar tres formas de análisis textual que son comúnmente empleadas por los teóricos del discurso. Estas se relacionan con el análisis de significado en los textos (semántica); el rol de la retórica para alcanzar ciertos efectos; y la construcción y rol de la subjetividad (pragmática) (HOWARTH, 2005, p. 76).

Na esteira de Howarth, compreendo que um dos objetivos centrais dessa interpretação textual é "localizar y analizar los mecanismos por los cuales el significado se produce, establece, cuestiona y subvierte en textos particulares" (HOWARTH, 2005, p. 77). Busco, portanto, nesta etapa da pesquisa, como já mencionado nos capítulos anteriores, compreender as estratégias discursivas - nomeadas por Gabriel (2015) e Gabriel e Costa (2011) como os jogos de tempo e de linguagem, isto é, a produção e fixação de sentidos hegemônicos e antagônicos de determinados significantes mobilizados na produção de narrativas sobre o passado petropolitano. Dito de outra maneira, interessa compreender como determinados significantes particulares são “enunciados e o ato de dizer tal enunciação” (HOWARTH, 2005, p. 80) ao serem mobilizadas as narrativas históricas. Entendendo que,

Ao (nos) narrarmos, realizamos uma síntese do heterogêneo, articulando, a partir de cada presente, passados e futuros. Não narramos experiências que vivenciamos fora da linguagem. Toda experiência já é linguagem, já está no domínio da narração. Toda narrativa é uma estrutura temporal. (GABRIEL, 2015. p. 39).

Destarte, me proponho analisar, em meio aos jogos de tempo e de linguagem que atravessam a história da cidade de Petrópolis narrada nos textos curriculares selecionados e analisados, quais são as “sínteses do heterogêneo” (RICOEUR, 1997, *apud* GABRIEL, 2015) que subjazem os processos de significação da história da cidade de Petrópolis e que contribuem para a estabilização da expressão “Cidade Imperial” narrada no currículo de HGPT-ET. Nesse mesmo movimento, como venho discutindo ao longo deste texto, focalizar nas estratégias de estabilizações de um determinado significante, implica trazer igualmente para a análise outros significantes que, ao exercerem a função discursiva de exteriores constitutivos, abrem pistas para se pensar outros processos de significação possíveis a partir do deslocamento das fronteiras contingencialmente hegemônicas do que está sendo considerado e do que não está sendo considerado como passado petropolitano.

Para tal, irei mobilizar alguns significantes trabalhados na discussão desenvolvida no primeiro capítulo desta dissertação, na medida em que eles permitem nomear passados da história local dessa cidade que se fazem presentes e ausentes (SANTOS, 2002) nas narrativas produzida na disciplina de HGPT-ET.

Desta forma, para a análise dessas narrativas trabalhei com três recortes possíveis que traduzem as minhas escolhas de entrar na discussão. Esses recortes, embora ganhem potência na análise quando trabalhados de forma articulada, possuem singularidades que merecem ser explicitadas. A primeira diz respeito à análise *dos processos de significação* a partir de dois eixos de articulação entre os significantes mobilizados, quais sejam: (i) eixo articulador de estabilização do discurso hegemônico e (ii) eixo articulador de deslocamentos possíveis. No caso do primeiro eixo, trata-se de sublinhar a presença ou não de significantes/fatos históricos particulares, explicitados no primeiro capítulo (proto-história, fundação, patrimônios, celebrações e características turísticas), que se articulam na fixação da expressão “Cidade Imperial”. No segundo eixo, o objetivo é sublinhar a presença de possíveis deslocamentos a partir da mobilização de significantes que carregam outras possibilidades de significar o passado petropolitano (Cidade dos Coroados, Cidade Negra, Cidade Operária, Cidade Política, Cidade da Vilegiatura e Cidade da Casa da Morte).

A segunda porta de entrada escolhida para a análise diz respeito à *articulação discursiva entre elementos que informam a história local e nacional*. Por fim, a terceira focaliza os regimes

*de historicidades* possíveis de serem interpretados à luz desta análise discursiva, isto é, os jogos de tempo e de linguagem.

Faço, dos textos curriculares citados anteriormente, as fontes sob as quais debruçarei na análise discursiva a que me proponho. Para Barros (2005, p. 63), “a fonte histórica é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo”. Como afirma Le Goff,

O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (Documento/monumento: 1994, p. 535).

A seguir, apresento uma interpretação dos textos curriculares (somando-se um total de 547 páginas) em diálogo com as contribuições da Análise Discursiva.

### **3.2. Análise do Referencial Curricular da disciplina de HGPT-ET: a objetivação de uma hegemonia**

O Referencial Curricular da Rede Municipal de Petrópolis é a orientação a partir da qual as turmas do ensino fundamental devem nortear seus currículos. Ele direciona os Cadernos Pedagógicos das respectivas disciplinas em seus diferentes anos escolares, além de articular os conteúdos disciplinares à proposta pedagógica que a rede municipal compreende como aquela que deve ser colocada em prática pelas escolas municipais no decorrer do processo de ensino-aprendizagem (PETRÓPOLIS, 2014).

Este documento foi elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Petrópolis no ano de 2014, sendo posto em uso a partir do ano de 2015 (PETRÓPOLIS, 2014). Vale destacar a *prática articulatória* mobilizada pela municipalidade de Petrópolis que contribui para a estabilização do currículo, de forma semelhante como atuou na criação da Maratona Petrópolis e na própria criação da disciplina de HGPT-ET.

O texto do Referencial Curricular está dividido em duas partes. A primeira, de cunho introdutório contém os seguintes itens: “Apresentação da proposta curricular”, “O currículo e a legislação educativa”; “Uma educação à altura dos desafios contemporâneos”, “Princípios para um currículo comprometido com o seu tempo”, “O currículo e as atividades curriculares” e “As referências desta proposta curricular”. Em seguida, na segunda parte, o texto direciona suas argumentações para os conteúdos e objetivos das disciplinas de matemática, língua portuguesa, história, HGPT-ET, educação física, ensino religioso, ciências, inglês, arte e geografia. Nesta



seção, discuto alguns dos temas contemplados pelo documento que considero de importantes enunciações para o que vimos problematizando até então.

Vejamos o que a Secretaria Municipal de Educação compreende acerca do currículo escolar na apresentação do Referencial da rede de ensino, ao elaborar a sua proposta pedagógica.

Outro elemento relevante hoje para pensarmos o conteúdo e o sentido da escola é a complexidade da ambiência cultural, das dimensões sociais, econômicas e políticas, a presença maciça de produtos científicos e tecnológicos e a multiplicidade de linguagens e códigos no cotidiano. Apropriar-se ou não desses conhecimentos pode ser um instrumento da ampliação das liberdades ou mais um fator de exclusão. O currículo que dá conteúdo e sentido à escola precisa levar em conta esses elementos. Por isso, esta Proposta Curricular tem como princípios centrais: a escola que aprende, o currículo como espaço de cultura, as competências como eixo de aprendizagem, a prioridade da competência de leitura e de escrita, a articulação das competências para aprender e a contextualização no mundo do trabalho (PETRÓPOLIS, 2014, p. 9).

[...] a escola que aprende parte do princípio de que ninguém conhece tudo e de que o conhecimento coletivo é maior que a soma dos conhecimentos individuais, além de ser qualitativamente diferente. Esse é o ponto de partida para o trabalho colaborativo, para a formação de uma “comunidade aprendente”, nova terminologia para um dos mais antigos ideais educativos. [...] Ações como a construção coletiva da Proposta Pedagógica, por meio da reflexão e da prática compartilhadas, e o uso intencional da convivência como situação de aprendizagem fazem parte da constituição de uma escola à altura dos tempos atuais. Observar que as regras da boa pedagogia também se aplicam àqueles que estão aprendendo a ensinar é uma das chaves para o sucesso das lideranças escolares. [...] No cotidiano escolar, a cultura é muitas vezes associada ao que é local, pitoresco, folclórico, bem como ao divertimento ou lazer, enquanto o conhecimento é frequentemente associado a um inalcançável saber. Essa dicotomia não cabe em nossos tempos: a informação está disponível a qualquer instante, em tempo real, ao toque de um dedo, e o conhecimento constitui-se como uma ferramenta para articular teoria e prática, o mundial e o local, o abstrato e seu contexto físico. É a expressão de tudo o que existe na cultura científica, artística e humanista, transposto para uma situação de aprendizagem e ensino. Precisamos entender que as atividades extraclasse não são “extracurriculares” quando se deseja articular a cultura e o conhecimento. Nesse sentido, todas as atividades da escola são curriculares, ou não serão justificáveis no contexto escolar. (PETRÓPOLIS, 2014, p. 10).

Os dois fragmentos acima, apresentam vestígios sobre o entendimento de escola e de currículo que a Secretaria Municipal de Petrópolis pretende imprimir em sua política educacional. A leitura atenta dos dois excertos mostra a presença de uma preocupação em se afastar de percepções dicotômicas, por meio do reconhecimento da potência da heterogeneidade, compreendida como algo que amplifica as relações produzidas nos respectivos espaços para além de binarismos comumente percebidos em sociedade. Do mesmo modo, em particular na segunda citação, é possível ler uma aposta na construção coletiva do trabalho pedagógico nas escolas como estratégia para a superação da razão indolente (SANTOS, 2002).

A análise do material didático da disciplina de HGPT-ET não aponta, entretanto, nessa direção, como veremos em diante. Essas contradições corroboram com a interpretação sobre os textos curriculares serem territórios de disputas entre os diferentes grupos de interesse em jogo (GABRIEL, 2015).

Outro aspecto a ser destacado neste documento diz respeito à objetivação dos currículos disciplinares. No que diz respeito à disciplina de HGPT-ET, como já citado, ela é ofertada para as turmas de 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Sua apresentação ocorre por meio da anunciação da Lei Municipal que criou a disciplina, seus objetivos e os temas, objetivos específicos e os conteúdos para os 6º, 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental.

O conteúdo sugerido busca a construção da identidade de nosso município, sua valorização e resgate histórico-cultural. São apresentadas linhas condutoras para o trabalho com a disciplina, no entanto, caberá a cada professor buscar as peculiaridades da comunidade em que esteja inserida a Unidade Escolar para que (re)significações se façam a contento (PETRÓPOLIS, 2014, p. 42).

Embora o Referencial Curricular indique a possibilidade de uma abordagem diferenciada a depender da comunidade que a escola esteja inserida, a mobilização no singular do significante “identidade”, referindo ao município de Petrópolis, aponta para a estabilização de sentidos hegemônicos que, em meio às lutas pela significação, são alçados à condição de universal. A escola é vista aqui como mais um dispositivo de estabilização por meio do resgate *do* passado (e não de um passado) sobre a qual se sustenta a identidade - imperial - desse lugar.

No que se refere aos objetivos, o primeiro parágrafo desta seção do Referencial Curricular traz que “o aluno deverá ter conhecimento básico do Município de Petrópolis em relação à proto-história [...]” (PETRÓPOLIS, 2014, p. 42). Como já demonstrado no capítulo 1 desta dissertação, as significações introduzidas na categoria da proto-história colaboram nos jogos de equivalência e diferenças que operam conforme os jogos de tempo e de linguagem, no sentido de hegemônizar determinados contextos históricos em detrimento da subalternização de outras memórias sobre o passado local. Assim, mais do que nunca, vai se firmando a hegemonia da “Cidade Imperial” em torno de um currículo que articula e estabiliza processos de significação. Do mesmo modo, essa perspectiva acena na manutenção de um regime de historicidade que conserva as tradições de um passado local.

Este processo é decisivo para a construção de exteriores que produzem a interpretação das estratégias discursivas que investem no *o quê* e no *como* os discursos e sujeitos são enunciados no texto a ser analisado. Outrossim, os objetivos do Referencial Curricular da disciplina em análise conduzem às noções dos conteúdos a serem trabalhados nas temáticas relativas ao turismo e ao trânsito, onde, respectivamente, propostas relativas à geração de renda

e aos indicativos da legislação nacional sobre educação no trânsito confluem para o conhecimento que busca ser alcançado entre tantas enunciações distintas na disciplina de HGPT-ET.

Passemos, neste momento, para a apresentação dos temas, objetivos específicos e conteúdos de cada um dos anos de ensino do segundo ciclo do ensino fundamental<sup>41</sup>. Ao final das tabelas de cada turma, buscarei realizar a análise discursiva dos conteúdos manifestos do currículo a partir das portas de entrada anteriormente mencionadas aos processos de significações que articulam os eixos (i) de estabilização do discurso hegemônico e (ii) a respeito de possíveis deslocamentos, bem como compreender outras articulações que remetem às escalas local e nacional e também ao regime de historicidade estabilizado na “Cidade Imperial”.

### 6º Ano

TEMAS	OBJETIVOS E CONTEÚDOS
O INÍCIO DA HISTÓRIA: CAMINHO NOVO.	<p>Estrada Real: Circuito Turístico. Reconhecer a história da Estrada Real, identificando as atrações turísticas ligadas a cada cidade.</p> <p>Localização e limites de Petrópolis. Identificar a localização da cidade, reconhecendo os municípios que se limitam com Petrópolis.</p> <p>Abertura do Caminho Novo. Reconhecer o período histórico em questão: Ciclo do Ouro, buscando entender a importância de um caminho terrestre entre as Minas Gerais e o Rio de Janeiro. A evolução dos meios de transportes. Analisar os diferentes meios de transportes como: carroças, trens, bondes, carros, ônibus e sua utilização antigamente e também atualmente.</p>
NO MEIO DO CAMINHO NOVO HAVIA UM ATALHO.	<p>Atalho do Caminho Novo. Perceber como a construção do atalho do Caminho Novo proporcionou uma viagem mais curta e segura para as Minas, além de contribuir para o desenvolvimento da região.</p> <p>No caminho novo havia a Mata Atlântica: Reconhecer as principais características da Mata Atlântica, compreendendo a importância da preservação de sua biodiversidade.</p> <p>Atalho do Caminho Novo e a Nova subida da Serra. Comparar o atalho do Caminho Novo com a Nova subida da Serra de Petrópolis, reconhecendo as importantes contribuições</p>

<sup>41</sup> Busquei seguir na tabela a máxima referência visual de como os conteúdos são apresentados no Referencial Curricular.

	<p>de ambas para a região.  Destaque para: REGRAS DE TRÂNSITO  Ecoturismo - Trilhas para caminhadas ecológicas.  Identificar as inúmeras trilhas apresentando suas histórias e belezas naturais.</p>
QUEM VIVIA ONDE EU VIVO?	<p>Índios Coroados.  Compreender a história dos primeiros habitantes da região, reconhecendo o legado deixado por eles.  Características do solo e do relevo da região.  Entender as características do relevo bem como do solo da região, buscando compreender os frequentes deslizamentos de terra.  Acidentes de trânsito  Analisar as causas dos acidentes de trânsito em Petrópolis, estabelecendo comparações com o restante do país.  Ecoturismo: Cachoeiras e Montanhismo.  Reconhecer a importância da atividade do ecoturismo para a região identificando as atrações mais procuradas por quem pratica montanhismo, bem como as cachoeiras mais visitadas.</p>
ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA.	<p>Quilombos em Petrópolis.  Reconhecer os quilombos em Petrópolis como forma de resistência à escravidão.  Mão de obra africana: seu legado.  Reconhecer a importante contribuição da população africana na construção de estradas, palácios, igreja entre outros.  Palácio de Cristal e Praça da Liberdade  Compreender a história destes dois pontos turísticos e sua relação com a libertação dos escravos.  Abertura da Estrada Normal da Serra da Estrela  Compreender a contribuição africana na construção da estrada, em que tem trechos transitáveis até hoje, como principal elo para chegar às Minas Gerais.  Destaque para: TIPOS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO</p>

Quadro 1: conteúdos e temas de HGPT-ET para o 6º ano

Observa-se, no primeiro tema sobre o caminho novo, o indicativo de objetivos e conteúdos que os alocam na articulação entre as dimensões da história local e da história nacional. Por isso, Estrada Real e Caminho Novo são posicionados conforme fatos de um passado anterior ao início da chamada fundação da “Cidade Imperial”, porém, arrolados à sua importância para aquele momento da história nacional e dos sujeitos configurados em outras narrativas históricas que guiarão a construção dessa cidade. Ainda, o roteiro turístico apresentado como conteúdo é também associado a esta dimensão histórica, afirmando, assim,

o regime de historicidade do qual estabiliza os discursos hegemônicos relativos à “Cidade Imperial”.

No segundo tema, propriamente sobre o atalho do caminho que veio a atravessar a cidade rumo às Minas Gerais, segue-se esta associação entre história local e nacional. Importa observar que se por um lado a mobilização do ecoturismo desloca a narrativa de um turismo apenas associado ao Centro Histórico, demonstrando a potência ecológica desta região, por outro, ela o faz limitando e reatualizando a qualificação de Petrópolis como “Cidade da Vilegiatura”, em detrimento de toda uma complexidade sobre a ocupação urbana local em termos tanto históricos quanto geográficos, como apresentado no primeiro capítulo.

De forma semelhante, os Coroados – com destaque para o uso da palavra “índios” – são anunciados ainda em um contexto de proto-história, reforçando os processos de significação que configuram o eixo de estabilização das significações hegemônicas.

No último tema “escravidão e da resistência”, o conteúdo proposto inicia-se com a abordagem da existência de quilombos em Petrópolis e, em seguida, há as indicações para compreender a importância da “mão de obra” africana na construção de estradas, palácios e igrejas, deixando entrever a possibilidade de explorar outros processos de significação do passado dessa localidade que se enquadrariam no segundo eixo articulador, mencionado anteriormente, que abarca os processos de significação potencialmente favoráveis aos deslocamentos e desestabilização dos discursos hegemônicos. No entanto, tanto a forma como se articulam as narrativas local e nacional, contribuindo para a consolidação de um projeto de desenvolvimento do Brasil por meio do Império, quanto à associação da existência da mão de obra escrava aos valores simbólicos petropolitanos hegemônicos na imagem da “Cidade Imperial”, a exemplo do caso dos palácios do Museu Imperial e de Cristal, contribuem para fragilizar a possibilidade de abertura e escape mencionada. Nessa mesma linha argumentativa, o turismo é abordado enquanto agenciador da história da “libertação” dos escravos e patrimônios públicos locais, como o já citado Palácio de Cristal e a Praça da Liberdade. Este fator me remete a pensar que tal qual a Maratona Escolar estabilizou os sentidos de conhecimentos históricos a favor do surgimento da disciplina de HGPT-ET, o conteúdo de história local desta disciplina tende também a estabilizar as noções a respeito dos outros conteúdos de geografia e turismo.

Assim sendo, os temas, objetivos e conteúdos de história local para o 6º ano se enquadram naquilo que o capítulo 1 nos revelou como a proto-história da “Cidade Imperial”. Ou seja, reconfigurados ao currículo escolar, tais significados particulares são compreendidos como parte dessa narrativa hegemônica que gerou seus próprios exteriores e também os narrou,

a fim de se favorecer à própria estabilização da hegemonia. O mesmo ocorre com a associação entre história local e nacional e o regime de historicidade. Ademais, analisar a dimensão subjetiva desses conteúdos e a forma como são narrados no material didático, aumentará o lastro de nossa percepção sobre este processo.

### 7º Ano

TEMAS	OBJETIVOS E CONTEÚDOS
<p>NÚCLEO INICIAL DE PETRÓPOLIS: ITAMARATI.</p>	<p>Sesmarias do Vale Itamarati e do Piabanha</p> <p>Compreender o surgimento das sesmarias e sua contribuição para o aparecimento das primeiras fazendas na futura Petrópolis. Distritos de Petrópolis.</p> <p>Localizar e identificar os distritos de Petrópolis reconhecendo suas características econômicas.</p> <p>Cascata do Itamarati: ponto turístico mais atraente no período imperial.</p> <p>Analisar os aspectos atrativos relacionados à Cascata do Itamarati, no período Imperial, buscando compreender as causas de seu completo abandono nos dias atuais. Trânsito: De mulas e carroças para carros I</p> <p>Comparar o trânsito na época dos tropeiros com os dias atuais.</p> <p><b>Destaque para: VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO.</b></p>
<p>FAZENDAS DE “SERRA ACIMA”.</p>	<p>D. Pedro I e a Fazenda do Padre Correia. Reconhecer a importância da Fazenda do Padre Correia para a região, buscando compreender a relação estabelecida entre D. Pedro I e a fazenda.</p> <p>Casa da Fazenda do Padre Correia e a Capela de N. Senhora do Amor Divino. Compreender este conjunto arquitetônico, como importante atrativo turístico para cidade de Petrópolis. O clima da Serra.</p> <p>Identificar as principais características climáticas de Petrópolis.</p> <p>Trânsito: De carroças para carros II</p> <p>Comparar o trânsito na época dos tropeiros com os dias atuais.</p> <p><b>Destaque para: NORMAS DE COMPORTAMENTO E RESPONSABILIDADES DOS PEDESTRES NO TRÂNSITO</b></p>
<p>FAZENDA DO CÓRREGO SECO.</p>	<p>A Fazenda do Córrego Seco e o Palácio da Concórdia.</p> <p>Compreender os ideais de D. Pedro I para a fazenda e também os motivos que o impediram de concretizar.</p> <p>Turismo nas antigas fazendas da região. Identificar as principais fazendas que contribuem com a história da região, bem como oferecem diversos atrativos turísticos.</p>

	<p>O desenvolvimento econômico de Petrópolis</p> <p>Analisar a potencialidade econômica de Petrópolis desde a época da Fazenda do Padre Correia até os dias atuais.</p> <p>Trânsito: De carroças para carros III</p> <p>Comparar as vias da época: “Estrada das Lages Soltas de D. João VI” com as vias atuais.</p> <p>Destaque para: <b>NORMAS DE COMPORTAMENTO E RESPONSABILIDADES DOS MOTORISTAS NO TRÂNSITO.</b></p>
<p>POVOAÇÃO-PALÁCIO DE PETRÓPOLIS.</p>	<p>Paulo Barbosa: “Povoação-palácio de Petrópolis”.</p> <p>Perceber a importância da povoação palácio de Petrópolis para o surgimento da cidade.</p> <p>A importância dos rios para Petrópolis.</p> <p>Identificar os três principais rios de Petrópolis, destacando sua importância no plano urbanístico da cidade.</p> <p>Museu Imperial – ponto turístico.</p> <p>Compreender a importância histórica do Museu Imperial reconhecendo seu processo de criação e seu importante acervo.</p> <p>Trânsito: De carroças para carros IV</p> <p>Comparar o trânsito na época dos tropeiros com os dias atuais.</p> <p>Destaque para: <b>NORMAS DE COMPORTAMENTO E RESPONSABILIDADES DOS CICLISTAS NO TRÂNSITO.</b></p>

Quadro 2: conteúdos e temas de HGPT-ET para o 7º ano

No 7º ano, os temas e conteúdos iniciam dando prosseguimento à significação da proto-história da cidade de Petrópolis. O início do desenvolvimento local inserido na narrativa da Fazenda do Itamarati é apresentado para contar a história da “futura Petrópolis”. Lembremos como Silva (2018) contestou essa ideia com a sua tese de doutoramento, ao entender que foram os negros escravizados os responsáveis por este acontecimento – grupo este que nos conteúdos não são associados ao tema. Ainda, o conteúdo sobre o turismo é associado a mais um significante inserido no contexto da proto-história, ao ressaltar a Cascata do Itamarati no período Imperial. O que indica mais uma associação feita entre história local e nacional, também direcionada no conteúdo sobre o trânsito, da qual busca as associações entre a “época dos tropeiros com os dias atuais”. Este significante – tropeiros – remete-se aos fatos relativos da história do Brasil.

A seguir, o assunto começa a ser diretamente associado aos sujeitos que personificam a identidade da “Cidade Imperial”, por meio das passagens de Dom Pedro I à Fazenda de Padre

Correia e posteriormente a compra da Fazenda do Córrego Seco pelo então Imperador do Brasil, com destaque para o que se enuncia como os “ideais de D. Pedro I para a fazenda”. Quanto ao turismo, mais uma vez, atua como produtor de equivalências na reconfiguração dos respectivos conteúdos históricos sobre esse tema. Busca-se explorar o alcance turístico das antigas fazendas da região, bem como seus potenciais econômicos. A mesma lógica ocorre com os assuntos relativos ao trânsito, no que se sucede da associação entre as escalas históricas nacional e global.

Por fim, inicia-se a transição da abordagem hegemônica conteudista da proto-história para a fundação de Petrópolis, com o tema da povoação-palácio de Petrópolis. Os conteúdos que se buscam dizem respeito à história de Paulo Barbosa, a importância deste evento para o “surgimento” da cidade, a importância dos rios para o desenvolvimento do plano urbanístico de Petrópolis – um indício de como a geografia, no caso desta disciplina, também se insere nas cadeias de equivalências da “Cidade Imperial” – e a importância histórica do Museu Imperial enquanto um ponto turístico local.

Tal como no 6º ano, os conteúdos e objetivos reconfigurados para as turmas de 8º ano reproduzem a hegemonia de significantes/fatos históricos particulares a respeito da “Cidade Imperial”, produzidos as aproximações de interesses entre a história local e nacional e, assim, afirmando os regimes de historicidade *que enaltecem um passado inventado como base e condição de um futuro promissor*.

### 8º Ano

TEMAS	OBJETIVOS E CONTEÚDOS
A FUNDAÇÃO DE PETRÓPOLIS.	<p>Fundação de Petrópolis. Identificar as principais etapas da fundação, juntamente com seus idealizadores e colaboradores. A importância do turismo atualmente. Reconhecer o potencial turístico de Petrópolis buscando compreender a importância desta atividade para economia local. Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental de Petrópolis – APA. Entender os objetivos da APA em conciliar as atividades humanas com a preservação da vida silvestre. Fiscalização eletrônica e velocidade. Compreender a utilização das diversas formas de fiscalização e os limites de velocidades.</p>
O PLANO URBANÍSTICO DE KOELER.	<p>Major Júlio Frederico Koeler. Entender a importante colaboração de Koeler no plano urbanístico de Petrópolis. O turista e os tipos de turismo. Distinguir as diversas modalidades em que</p>



	<p>o turismo pode ser subdividido, identificando os diferentes perfis de turistas.</p> <p>Turista chega seguro no seu destino ao utilizar o cinto de segurança.</p> <p>Compreender a importância da utilização do cinto de segurança como questão de segurança.</p> <p>Problemas Ambientais e a ocupação desordenada.</p> <p>Relacionar a visão ambiental presente no plano urbanístico de Koeler com os principais problemas ambientais atuais com suas causas e efeitos.</p>
COLONIZAÇÃO ALEMÃ.	<p>Chegada dos colonos alemães em Petrópolis.</p> <p>Compreender como ocorreram a chegada dos 4 grupos de imigrantes alemães e suas contribuições para Petrópolis.</p> <p>Bauernfest – Festa do Colono Alemão.</p> <p>Turismo: Museu Casa do Colono.</p> <p>Reconhecer o acervo do Museu Casa do Colono como uma importante contribuição cultural alemã para a cidade.</p> <p>Economia: Agricultura</p> <p>Analisar as principais características da atividade agrícola para economia da cidade.</p> <p>Trânsito: Estrada de Ferro de Mauá</p> <p>Compreender a importância política e econômica da primeira via férrea do Brasil comandada por Irineu Evangelista de Sousa. Destaque para atualidade no trânsito: DIVERSOS TIPOS DE POLUIÇÃO: CAUSAS E EFEITOS.</p>
UNIÃO ENTRE O ESTADO E A IGREJA.	<p>Criação da Paróquia e suas funções.</p> <p>Identificar as diferentes funções da Paróquia (religiosa, política e civil) buscando compreender como ocorreu a tolerância religiosa.</p> <p>Turismo: Catedral São Pedro de Alcântara e Igreja Luterana.</p> <p>Reconhecer a história da construção de ambas as Igrejas, bem como seus estilos arquitetônicos, que atraem a visita de muitos turistas.</p> <p>Economia: Indústria I</p> <p>Analisar as principais características da atividade industrial para economia da cidade, buscando contar a história das primeiras indústrias: gráficas, carpintarias, marcenarias e cervejarias.</p> <p>Trânsito: Estrada União Indústria</p> <p>Reconhecer a estrada União Indústria como a primeira estrada macadamizada do Brasil, construída por Mariano Procópio. Destaque para atualidade no trânsito: USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E BEBIDAS ALCOÓLICAS.</p>

Quadro 3: conteúdos e temas de HGPT-ET para o 8º ano

Já no 8º ano, a perspectiva da fundação de Petrópolis se faz definitivamente presente entre temas, objetivos e conteúdos, revelando as estratégias de estabilização. Dentre seus conteúdos, busca-se um reconhecimento de quem seriam os principais idealizadores e colaboradores do projeto de Petrópolis. Outros temas relativos ao trânsito, turismo e geografia são indicados, especialmente ao que concerne à APA. Apontei no capítulo 1 que Gregório (2009) entende na conservação destas áreas de proteção ambiental como uma das condicionantes do processo de vilegiatura atual e, conseqüentemente, inchaço de determinadas áreas do perímetro urbano.

Isto posto, o plano urbanístico de Koeler, na representação de modelo de desenvolvimento urbano local, é introduzido como temática. Busca-se, assim, o reconhecimento do que seria a sua importância para a história da cidade.

A seguir, a colonização alemã entra em cena, com destaque para a história da chegada desses imigrantes e para a Bauernfest. O conteúdo sobre turismo é mais uma vez balizado pelas percepções sobre a história local da “Cidade Imperial”, com destaque para o Museu Casa do Colono Alemão. Estes significantes particulares conduzem a uma das principais significações acerca da “Cidade Imperial”, conferindo, portanto, a ênfase em um dado regime de historicidade que se finca na ideia do colono europeu como edificador da cidade. Outrossim, o conteúdo sobre o trânsito destaca a Estrada de Ferro construída em Petrópolis sob a contribuição de Barão de Mauá, com a sugestão de relacionar este fato que envolve mais uma vez história local e nacional por meio dos aspectos de suas importâncias políticas e econômicas atrelados ao “projeto imperial”.

Por fim, o fato da criação da Paróquia de Petrópolis é aferido no tema apresentado “União entre o Estado e a Igreja”, como argumento para compreender a “tolerância religiosa” embutida nesse processo. Ocorre que conforme as análises dos materiais didáticos, a questão religiosa se reduzirá às matrizes católica e luterana no contexto relativo aos grupos sociais representados no discurso hegemônico da “Cidade Imperial”. Enquanto ao turismo, a Catedral São Pedro de Alcântara e a Igreja Luterana entram em cena como marcas e símbolos da identidade da cidade. Outro conteúdo diz respeito às indústrias locais, com o objetivo de se contar sobre as características desse setor para a cidade sem ser explicitamente identificado o período – que será feito com a análise do material didático. Por último, o conteúdo sobre o trânsito mais uma vez aborda a relação entre história local e nacional ao citar a Estrada União e Indústria como a primeira estrada macadamizada do Brasil, fazendo disso mais um indício de que o regime de historicidade do qual se sustenta a “Cidade Imperial” e estabiliza os processos

de significação curriculares de HGPT-ET, também agem estabilizando as significações sobre o turismo.

### 9º Ano

TEMAS	OBJETIVOS E CONTEÚDOS
CONTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES ESTRANGEIROS EM PETRÓPOLIS.	<p>Imigrantes: portugueses, franceses, italianos, ingleses e outras nacionalidades.</p> <p>Reconhecer a contribuição dos diferentes grupos de imigrantes para a cidade de Petrópolis, destacando algumas personalidades e seus principais feitos.</p> <p>Economia: Comércio e Hotelaria</p> <p>Entender as características históricas e atuais sobre as atividades de comércio e hotelaria em Petrópolis.</p> <p>Turismo: Veraneio em Petrópolis. Hotel Quitandinha.</p> <p>Identificar a característica de veraneio da cidade destacando os principais hotéis e sua história. Destaque para Hotel Quitandinha.</p> <p>Trânsito e Cidadania: Acessibilidade aos portadores de necessidades especiais</p> <p>Identificar as políticas públicas que garantem aos portadores de necessidades especiais o direito de ir e vir no trânsito.</p>
NASCIMENTO DA REPÚBLICA.	<p>Petrópolis Republicana</p> <p>Identificar os principais acontecimentos que levaram a queda da Monarquia e começo da República, destacando as mudanças ocorridas em Petrópolis.</p> <p>Turismo: Verões Presidenciais Palácio Rio Negro</p> <p>Compreender como nasceu à tradição do veraneio dos presidentes da república, destacando a história do Palácio Rio Negro e seus atrativos turísticos atuais.</p> <p>Economia: Tecnologia e Incentivos fiscais.</p> <p>Reconhecer o potencial tecnológico de Petrópolis com destaque para o LNCC e entender quais são os benefícios dados às indústrias e empresas, por meio dos incentivos fiscais.</p> <p>Trânsito e Cidadania:</p> <p>Atitudes para um trânsito mais humano</p> <p>Identificar boas atitudes para que o trânsito se torne mais humano, seguro e educado.</p> <p>Destaque para TRANSPORTES COLETIVOS.</p>
O DESTINO DA FAMÍLIA REAL.	<p>O exílio da Família Real</p> <p>Compreender os motivos que levaram ao exílio da Família Real, destacando como viveram este período.</p> <p>População Petropolitana I</p> <p>Crescimento natural e pirâmide etária.</p> <p>Analisar o crescimento da população</p>

	<p>petropolitana e a pirâmide etária por meio de gráficos e tabelas, estabelecendo comparações com diferentes períodos.</p> <p>Petrópolis e seu Mercado turístico.</p> <p>Analisar o mercado turístico correspondente aos diferentes distritos, desenvolvendo com os alunos a elaboração de um roteiro turístico.</p> <p>18 a 25 de Setembro:</p> <p>Semana Nacional de Educação para o Trânsito</p> <p>Reconhecer as ações de caráter permanente, analisando as campanhas e parcerias com outros organismos envolvidos na área de educação e segurança no trânsito.</p>
<p>PETRÓPOLIS CAPITAL.</p>	<p>Petrópolis Capital do Rio de Janeiro</p> <p>Identificar os principais acontecimentos que fizeram de Petrópolis capital do Rio de Janeiro.</p> <p>População Metropolitana II</p> <p>IDH, Trabalho e renda, Saúde, Educação.</p> <p>Compreender o perfil da população metropolitana, analisando o trabalho e renda, saúde, educação, trabalho e renda.</p> <p>Turismo: Gastronomia</p> <p>Petrópolis Gourmet</p> <p>Reconhecer os principais locais da gastronomia metropolitana: Centro Histórico, Itaipava, Nogueira, Araras, Pedro do Rio e Secretário, destacando suas principais características econômicas e turísticas.</p> <p>Problemas com o Trânsito:</p> <p>Congestionamentos X Transportes públicos.</p> <p>Reconhecer os problemas ligados aos congestionamentos, analisando as soluções e também discutindo os transportes públicos.</p>

Quadro 4: conteúdos e temas de HGPT-ET para o 9º ano

Para o 9º ano, a significação construída sobre a “Cidade Imperial” continua em cena na distribuição de temas e conteúdos. Sua objetivação curricular inicia-se conforme a contribuição dos imigrantes estrangeiros em Petrópolis, que seriam os portugueses, franceses, italianos, ingleses e outros. No que se refere ao turismo, sugere-se o entendimento das “características históricas e atuais” sobre o comércio e a hotelaria na cidade, em mais um indício das equivalências produtoras de hegemonias em jogo neste processo. Ademais, nomeado como “veraneio”, busca-se o destaque para o Hotel Quitandinha para compor o entendimento sobre as características desse processo e dos principais hotéis da cidade, já na República. Este conteúdo se institui em uma transição para o período republicano, porém catalisado na lógica hegemônica de “Cidade Imperial” e as decorrências como se fossem da natureza dessa relação,

solidificando mais uma vez uma forma de articulação entre a história local e nacional que favorece a hegemonização do discurso da Cidade Imperial.

A tematização e seus respectivos objetivos e conteúdos seguem com a inserção propriamente dos acontecimentos referentes ao período republicano, com destaque para a transição da Monarquia para a República e as mudanças políticas, sociais e econômicas em Petrópolis, como se fosse isso um movimento puramente de ascensão. O turismo é abordado buscando a compreensão da “tradição” do veraneio de presidentes no Palácio Rio Negro.

A seguir, com o destino da família real, aborda-se o exílio da monarquia em mais uma dentre várias narrativas que revelam a discussão de uma história local relacionada aos acontecimentos de interesses também nacionais. Como último tema, a questão de Petrópolis como capital do Rio de Janeiro é também destaque na proposta curricular.

Neste processo, busquei resumir os principais temas, objetivos e conteúdos que norteiam a noção de uma história local pautada nos ideais da “Cidade Imperial”, que culminam em um processo de objetivação curricular sob as influências das articulações hegemônicas construídas desde o capítulo 1, bem como sob a interferência do regime de historicidade. Como vimos nos quadros acima, e seguindo as reflexões de Howarth (2005), os conteúdos são enunciados de tal maneira que a análise discursiva dos materiais didáticos desta disciplina permitirá uma maior compreensão entre o que se diz e como o enunciado institui os discursos e sujeitos dispostos nesse processo. De certo, o Referencial Curricular para o Ensino Fundamental (PETRÓPOLIS, 2014) da rede municipal de ensino petropolitana, apresenta, nele mesmo, contradições aparentes e que se expõem diante dos jogos de equivalência e diferenças.

Por exemplo, sua apresentação traz questões sugestivas sobre a atuação pedagógica das disciplinas, como fora demonstrado acima. Entretanto, a objetivação curricular de HGPT-ET já apresenta entre temas e conteúdos os significantes que, conforme ao auxílio da Teoria do Discurso em seu caráter pós-fundacional, revelam um processo de hegemonização da “Cidade Imperial” por meio de estratégias narrativas dos jogos de tempo e linguagem. Ao assim proceder, as noções apresentadas no primeiro capítulo desta dissertação referentes aos pensamentos de Rabaço (1985), Santos (2001), Abad (2009) e Bade e Mendes (1999), se reproduzem quase em sua integralidade. As ideias de proto-história e fundação de Petrópolis instituem outras significações dentro da própria significação hegemônica sobre o passado local compreendidas no significante de “Cidade Imperial”, agora reconfigurada no currículo escolar e sob os efeitos dos jogos de tempo e de linguagem. Como visto, os exteriores constitutivos que se atrelam a este processo mantêm-se latentes, mais ou menos visíveis em função das narrativas

nas quais eles são mobilizados, como, por exemplo, é o caso do reconhecimento da existência de quilombos na região.

Outro importante fator constatado é que, embora a disciplina carregue os objetivos de instruir o aluno nos conhecimentos sobre a história, mas também geografia e turismo local, além das questões relativas ao trânsito, a valorização da narrativa histórica é tamanha que também ela estabiliza as noções desencadeadas por essas outras áreas – embora isso poderá ser mais detalhado na seção seguinte. Ou seja, em outras palavras, quero dizer que a disciplina de HGPT-ET é hegemônica pelo regime de historicidade local, tanto a nível de distribuição de temas e conteúdos como também das narrativas que serão operacionalizadas por essa hegemonia, sem perder do alcance os entrelaçamentos da história local com a história nacional, fixando suas significações também na geografia, turismo e trânsito.

A seguir, a análise dos materiais didáticos permitirá a compreensão da subjetividade que atravessa a operação hegemônica discursiva e que institui a disciplina de HGPT-ET.

### 3.3. Análise do material didático da disciplina de HGPT-ET: as enunciações que revelam a “Cidade Imperial” no currículo escolar

Como decorrência do novo Referencial Curricular para as turmas e as disciplinas do ensino fundamental, a disciplina de HGPT-ET recebeu no ano de 2016 um novo material pedagógico.



Figura 1: capa das apostilas de HGTP-ET para os 6º, 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental

Conforme uma apresentação geral, os Cadernos Pedagógicos para cada uma das turmas do segundo ciclo do ensino fundamental possuem nas identidades visuais de suas capas a Casa de Santos Dumont, para o 6º ano, o Museu Imperial, para o 7º ano, a Catedral São Pedro de Alcântara, para o 8º ano e o Palácio de Cristal, para o 9º ano. Segundo Howarth (2005), estratégias não-linguísticas de observação, por exemplo como a análise de imagens, não nos impede de se perceber os discursos postos em ação em determinada coleta de material empírico, pois, conforme este autor, “es importante comenzar recordando que la teoría del discurso considera todos esos datos como componentes internos de un discurso” (2005, p. 39). Desta forma, como componentes internos de um discurso hegemônico presente em uma disciplina que, por conseguinte, contribui para a sua estabilização, as capas do material didático em análise articulam ontologicamente – via elementos linguísticos e não-linguísticos – a composição de um discurso hegemônico.

No primeiro capítulo, já havia apontado como todos – exceto a Casa de Santos Dumont – os símbolos reproduzidos nas capas do material didático, são associados aos grupos que herdaram e se favorecem da hegemonia da “Cidade Imperial”. Em uma articulação entre símbolos de valoração histórica e arquitetônica, bem como importância turística para a “Cidade Imperial”, suas presenças conferem a exaltação de narrativas que sugerem – de forma a estabelecer uma hegemonia – a história da cidade construída diante das transformações e progressos daquele período, como a própria condição de (auto)elevação de uma proto-história à fundação da cidade de Petrópolis; e quiçá a outros significantes, como o caso da Casa de Santos Dumont, que se estabelecem em cadeias de equivalências ao favor da hegemonia (HOWARTH, 2005; RETAMOZO, 2009).

Outrossim, o material pedagógico de todos os anos letivos *possui a mesma apresentação*, contendo folha de rosto, mensagem sobre a organização dos textos para a disciplina e como ocorrera esse processo centrado na Secretaria Municipal de Educação com o auxílio de colaboradores. Em um dos trechos dessa apresentação, resalto a seguinte ideia: a disciplina de HGPT-ET “tem a intenção de despertar o interesse do aluno no que tange à História e à Geografia de Petrópolis e a sua importância no contexto nacional” (PETRÓPOLIS, 2016 a; b; c; d; sp). Desde já, fica claro em meu entendimento que, a partir de uma intenção em contar a história local e sua ligação à história nacional, a produção de significações discursivamente presentes neste material se somam aos conteúdos já analisados na seção anterior que expõem as aproximações entre o local e o global, embora sempre com a ressalva de suas nuances, como Cavalcanti (2018) apontou. Este processo, reconfigurado no currículo

escolar, traduz mais do que nunca as lógicas sociais e políticas (HOWARTH, 2005) que participam do processo de hegemonização.

Ainda no que se segue à introdução, trago os seguintes trechos: “todo o trabalho realizado a partir destes textos deve fazer, dentro do possível, com que o aluno reviva a história” (PETRÓPOLIS, 2016 a; b; c; d; sp) e “os nossos (as) meninos (as) poderão seguir atuantes no conhecimento e na valorização do nosso patrimônio ambiental, histórico e cultural” (PETRÓPOLIS, 2016 a; b; c; d; sp). Entendo que o significante “história” e “patrimônio” se traduzem em uma significação que, quando reconfigurada sob a qualidade de tais conteúdos e narrativas escolares – e apresentado no singular – tendem a produzir generalizações sobre um passado que se distorcem à contingência de uma heterogeneidade. Seria isso, por exemplo, a produção de jogos de tempo e linguagem atuando nesta disciplina (GABRIEL e COSTA, 2011).

Em suma, a apresentação é finalizada com as Leis que deram o surgimento desta disciplina, como também que fizeram por inserir os conteúdos relativos ao trânsito neste currículo.

Abaixo, apresento *fragmentos dos Cadernos Pedagógicos* para a realização da análise textual dos discursos que busco sublinhar conforme os processos de hegemonização e antagonização de significados. Reforço, ainda, o que já fora explicitado anteriormente, sobre a minha intenção de destacar neste momento, por meio da subjetividade de uma textualidade (HOWARTH, 2005), as conjunturas discursivas que revelam um encadeamento de ideias capazes de confirmar ou refutar o que é enunciado, bem como propriamente revelar os sujeitos e as subjetividades coletivas que participam deste processo.

Assim, determinados excertos nos conduzirão à compreensão de como as equivalências e diferenças das narrativas da “Cidade Imperial” reforçam seus conjuntos discursivos – proto-história, fundação e república em meio às noções de atrelamento da história local ao progresso da história nacional, sobretudo Imperial, e o legado relativo a este processo – bem como as narrativas que, à exterioridade da significação hegemônica do passado local, se apresentam para além da “Cidade Imperial” – a Cidade dos Coroados, a Cidade Negra, a Cidade Operária, a Cidade Política, a Cidade na Ditadura Militar e a Cidade da Vilegiatura – têm na anunciação de seus significantes um processo realizado sob os aspectos ideológicos do próprio discurso hegemônico (HOWARTH, 2005). Em outras palavras, segundo Gabriel (2015) e Gabriel e Costa (2001), é este o movimento dos jogos de tempo e de linguagem no currículo de história que operam a favor de uma hegemonia, buscando narrar o antagônico sob os próprios olhares e textualidades de quem subalternizou essas outras memórias.



## 6º Ano

O material didático do 6º ano traz logo em seu início a relação entre a Estrada Real e o movimento dos Bandeirantes:

No início, a Estrada ligava Ouro Preto (na época, Vila Rica), em Minas Gerais, ao Porto de Paraty, no Rio de Janeiro. O caminho era usado para transportar o ouro e demais carregamentos da cidade mineira até o porto e, ao longo do caminho, foram sendo fundadas vilas e diversos pontos de parada para os tropeiros, bandeirantes, mineradores e outros viajantes que faziam o percurso da Estrada Real (PETRÓPOLIS, 2016a, p. 12).

Ao longo do texto do material didático do 6º ano, o significante “bandeirantes” é citado outras vezes. Manuel (2011) mostra como o bandeirante, no livro didático, fora muitas vezes demonstrado como um herói desbravador, porém, assim como aponta Christo (2002) sobre as malfetorias praticadas à natureza e aos indígenas, essas narrativas muitas vezes eram ocultadas nas narrativas fixadas nos materiais didáticos. Segundo Manuel (2011), ainda que este movimento tenha recebido aspectos críticos nos livros didáticos nos últimos tempos, isto não ocorre em nenhuma das vezes em que os bandeirantes enquanto significante ou quando nomeados na figura de algum importante sesmeiro local, por exemplo, são citados ao longo do texto. Por exemplo, são citados os seguintes bandeirantes e o Sargento-Mor Bernardo Soares de Proença:

No século XVIII, a necessidade de um caminho mais seguro e rápido até o porto fez com que a Coroa ordenasse a construção de outra rota, que ficou conhecida como “caminho novo”. À estrada antiga ficou o nome de “caminho velho”. O caminho novo foi feito por Garcia Rodrigues Paes, filho do famoso bandeirante Fernão Dias Paes (que hoje dá nome à rodovia que liga São Paulo à Belo Horizonte e Vitória), que levou 7 anos (1705-1712) para terminá-lo. Em 1725, Bernardo Soares de Proença terminou uma trilha paralela ao, agora conhecido, “Caminho do Ouro”, porque era por ele que o metal era escoado para Portugal (PETRÓPOLIS, 2016a, p. 12).

Bernardo de Proença foi o responsável pela abertura do chamado Caminho do Proença do Caminho Novo da Estrada Real e o proprietário da Fazenda do Itamarati (RABAÇO, 1985)<sup>42</sup>. É nesse aspecto que a história de Petrópolis é atrelada à história nacional pela narrativa hegemônica da “Cidade Imperial” – conforme demonstrei no capítulo 1 – e que se fará valer no material didático de todos os anos para os quais a disciplina de HGPT-ET é ofertada. Este recorte se insere no contexto da chamada proto-história de Petrópolis que, embora não propriamente nomeada no texto, se apresenta conforme a abstração de sua narração, ainda que justificada no Referencial Curricular. Estou certo de que nessa reconfiguração curricular, os

<sup>42</sup> Núcleo espacial que a historiografia hegemônica entende como desenvolvedor da urbanização local, porém, sem considerar a atuação da população negra-africana escravizada naquele lugar como assim fez Silva (2018) em sua tese, e que em nenhum momento esta significação é abordada nos materiais didáticos da disciplina.

jogos de tempo e de linguagem operam no sentido de vincular o bandeirante ao pioneirismo do desenvolvimento do Brasil. O mesmo processo ocorre na página 30 ao ser introduzido o assunto do Ciclo do Ouro, sem apontar os crimes dos bandeirantes.

Para explicar sobre o Atalho do Caminho Novo – ou o Caminho do Proença – o material didático recorre propriamente a Rabaço:

Segundo o escritor Henrique Rabaço, o Sargento-Mor Bernardo Soares de Proença foi fazendeiro em Suruí, na Baixada Fluminense. Desde 1721 estabelecido com uma sesmaria no vale do Itamarati, região compreendida por parte do primeiro distrito de Petrópolis, prontificou-se a executar um atalho do Caminho Novo pelo vale do rio Piabanha, indo atingir o Porto da Estrela no rio Inhomirim, no fundo da Baía de Guanabara, encurtando o roteiro de Garcia Rodrigues Pais em até 4 dias de viagem, dada a vantagem de percorrer um caminho menos acidentado. Não faz menção aos mineiros. O caminho aberto por Bernardo Soares ficou conhecido por Caminho da Serra da Estrela, *Caminho dos Mineiros* ou Caminho do Ouro (PETRÓPOLIS, 2016a, p. 42, grifo nosso).

Compreendo ser importante destacar, de modo que observemos mais uma vez um significativo subalternizado neste processo enunciado por aquele discurso que ele contribui para hegemonizar, o revelar das estratégias e as articulações que os jogos de tempo e linguagem podem produzir em um currículo de história. A retórica produzida em seus efeitos de narrar a si e aos outros, nomeia a nova abertura da Estrada Real como Caminho dos Mineiros – como se percebe vários nomes para defini-lo – porém não destaca profundamente quem foram esses grupos que trabalharam nesta atividade. Os autores com quem dialoguei no capítulo 1, a respeito da história da “Cidade Imperial”, por diversas vezes trouxeram as sugestões de que escravos foram aqueles que executaram essas atividades. Conforme Gabriel (2015) aponta sobre a importância do ato de narrar, não se aprofundar em determinada direção é uma maneira que os jogos de tempo e de linguagem produzem uma estabilização, que, neste caso, compreende a hegemonização de um passado local por meio dos processos de significação da história nacional. Esta mesma rota, como apontou Mesquita (2012), viria a ser uma importante via de integração, entre o final do século XIX e início do século XX, para uma cidade que se desenvolvia industrialmente e recebia uma mão de obra trabalhadora vinda da região de Minas Gerais. Não explicitar isso, nem neste como em nenhum outro momento dos textos destes materiais didáticos, é contribuir para reforçar a ideia de que os imigrantes estrangeiros foram os únicos que construíram a cidade em detrimento da memória dos grupos propriamente nacionais, resultado este atribuído à significação do imigrante alemão. Este movimento contribuiu para que a hegemonia da “Cidade Imperial” se assente cada vez mais como uma espécie de totalização sobre a história do passado petropolitano, reconfigurada no livro didático da disciplina de HGPT-ET.

O mesmo caso ocorre com a questão dos Coroados. Embora merecedores de espaço de destaque no material didático, os aspectos sobre sua narração são vistos, novamente, em uma proposição narrativa de que quem diz sobre este significante não é o portador deste discurso em si, mas sim o outro que não apenas o exteriorizou como, principalmente, o subalternizou.

A descoberta de vestígios de objetos indígenas nos rios de Petrópolis reforçou a tese de que, na realidade, muitas picadas no caminho para Minas Gerais e que posteriormente foram aproveitadas pelos colonizadores, na realidade foram abertas pelos índios em seus movimentos migratórios (PETRÓPOLIS, 2016a, p. 64).

O material considera a presença dos Coroados na região de Petrópolis, no momento relativo à proto-história, sem problematizar, como visto na seção da Cidade dos Coroados, questões relativas às inscrições indígenas no país e na região serrana do estado do Rio de Janeiro, reproduzindo as violentas marcas simbólicas que a história hegemônica nacional confere aos grupos originários brasileiros. Ainda, na página seguinte, eles são assim abordados:

As pesquisas também os apontam como sendo um grupo que *vivia guerreando entre si. Por possuírem uma índole feroz nos combates entre si ou com outras nações indígenas, comportavam-se com crueldade sem limite. Alguns foram sendo cristianizados e passaram a trabalhar* com os colonos na abertura de estradas, nas lavouras, como tropeiros ou canoeiros e sua cultura acabou sendo absorvida. *Com o crescimento da colonização, aconteceu com os coroados que viviam na região que seria no futuro Petrópolis o mesmo que ocorreu no resto do Brasil - as tribos foram dizimadas.* Os índios que sobravam após sangrentas batalhas passaram a perambular entre o rio Preto e o Paraíba, atacando as famílias que residiam no Tinguá, Paty do Alferes e outros povoados ao longo do Caminho Novo (PETRÓPOLIS, 2016a, p. 64, grifo nosso).

Mais do que estratégias de linguagem, o excerto acima revela o caráter racista e etnocêntrico (CARDOSO; TAVARES, 2018) ao se pensar sobre a questão do indígena no Brasil. Digo, portanto, que este regime de historicidade que afirma os paradigmas sobre uma história local, assim o faz permeado dos adjetivos conferidos na frase anterior.

Também permeado de estereótipos, o texto associa o indígena a um sujeito de “índole feroz” e que se comporta com “crueldades sem limites”. Ao citar que “alguns foram cristianizados”, tratam esse processo quase que de forma natural, sem explicar a fundo o que de fato fora o processo da catequese enquanto produção e disseminação de formas de dominar o outro e aniquilá-lo (CARDOSO; TAVARES, 2018). Da mesma maneira, a forma de tratar o processo do qual “passaram a trabalhar” com os colonos e creditar ao “crescimento da colonização” a dizimação dos Coroados, sem ao menos entrar nos detalhes da escravização aos povos originários do Brasil, é, no mínimo, inverter os sentidos deste processo violento sob o ponto de vista da vida e da cultura desses grupos. *Ao agir assim, nega-se o passado.* Compreendo, portanto, que essas narrativas quando articuladas, contribuem para a consolidação de uma lógica hegemônica que se orienta ao desenvolvimento da cidade daqueles que tiveram

“caminho livre” para assim se enunciarem: a família imperial, os alemães e todos os outros discursos que se arrastam em suas cadeias equivalenciais. Esses jogos de tempo e linguagem associados no currículo escolar promovem pouco a pouco a estabilização dos repertórios hegemônicos – o sentido de “Cidade Imperial” envolto ao seu regime de historicidade tradicional-conservador – verificados empiricamente nesta pesquisa.

Outro tema abordado de forma controversa no material didático da disciplina de HGPT-ET para o 6º ano é sobre a questão do negro africano na *história do país e na cidade de Petrópolis*. Destaco o seguinte trecho:

O tráfico de escravos era um negócio bastante lucrativo - e terrível [...]. *Os africanos que conseguiam chegar vivos* ao Brasil tinham vários destinos. *Eles trabalhavam na casa do seu senhor* fazendo serviços domésticos, como lavar, limpar e cozinhar; ou nas plantações e minas de ouro. *Também prestavam todos os tipos de serviços*, como levar mercadorias, pessoas e água de um lado para o outro, vendendo coisas nas ruas e até trabalhando como alfaiate e marceneiro. *As mulheres desempenharam um papel importante na sociedade brasileira da época*: trabalhando como amas de leite. Foram elas que cuidaram das crianças brancas e as educaram. *Foram também muito importantes na preservação de histórias de origem africana*. (PETRÓPOLIS, 2016a, p. 90, grifo nosso).

Embora a seção do material que trate sobre o negro fale em alguns momentos sobre a escravidão, suas abordagens são genéricas como ocorre na primeira frase do fragmento destacado acima. Posteriormente, ressalto que os sentidos por trás de determinadas palavras e frases contribuem com a ausência de explicações mais expressas sobre as gravidades e os crimes decorrentes do processo da escravidão. Tornar o entendimento de que alguns escravos “conseguiam chegar vivos” no Brasil é atribuir um ato de bravura em desdém de uma violência sistêmica e histórica. O mesmo vale para “prestar todo o tipo de serviço”, ao incorrer em uma falsa percepção que os negros escravizados poderiam fazer tudo que lhes fosse demandado. Ainda, considerar que “as mulheres desempenharam um importante papel” na sociedade escravista é negar, mais uma vez, todas as formas de violência que marcam a vida das mulheres no passado e no presente, sobretudo as mulheres negras. Do mesmo modo, considerar que todos esses acontecimentos são suficientes para a “preservação de histórias de origem africana” é rejeitar os efeitos do racismo e agir em favor da ocultação da memória negra no Brasil, o que penso também ir em desencontro da Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645, de 2008. Neste sentido, a narrativa encontrada no material didático por vezes cita os escravos em Petrópolis, mas, novamente, sem atingir as malevolências do que fora aquele processo, ressaltando, mais uma vez, figuras como a dos bandeirantes:

Podemos citar, como exemplo, *o trabalho prestado pelos escravos africanos na abertura, conservação e melhoria do Caminho Novo*, tanto *sob o comando de Garcia Rodrigues Pais*, como *no de Bernardo Soares de Proença*. Estes foram de grande importância, como comprovam os documentos da época. Eram também tropeiros e

canoeiros do Caminho Novo. *Nas fazendas da região, contribuíram e muito para o desenvolvimento da agricultura, do artesanato, da produção de ferraduras para os animais de montaria e carga.* A fazenda do Padre Correia, muito conhecida na região pelos viajantes do Caminho Novo, contava com mais de 400 escravos de ambos os sexos e de todas as idades. Era costume dar liberdade aos escravos mais fieis [SIC] junto com certa quantia em dinheiro (PETRÓPOLIS, 2016a, p. 92, grifo nosso).

Ademais, embora seja citado a contribuição dos escravos para o desenvolvimento da agricultura, artesanato e produção de materiais de ferro, e que a Praça da Liberdade era lugar onde se “reuniam os escravos livres para comprar a liberdade dos companheiros que ainda eram mantidos nas senzalas” (PETRÓPOLIS, 2016a, p. 101), esta ideia não é contextualizada sob um plano de importância para o nível de desenvolvimento urbano e social do local, conforme fizera Silva (2018) em sua tese. Este processo revela uma das lacunas das quais a objetivação e subjetivação curricular de HGPT-ET não consegue superar: mobilizar os discursos articuladores que acima nomeei como eixo de significação articulador de possibilidades de outras narrativas sobre o passado petropolitano que deslocam ante a fixação hegemônica de “Cidade Imperial”. Existem discursos que foram silenciados pela hegemonização da “Cidade Imperial” que revelam outras histórias e memórias sobre a cidade. Este é O caso da Cidade Negra. Outras abordagens se integram em uma ausência de percepção crítica do que fora o processo da escravidão em Petrópolis, contribuindo, assim, para uma leitura moderada – e distorcida – do cenário histórico da escravidão, conferindo até mesmo uma falsa ideia de harmonia e solidificando um regime de historicidade que incorporou os silenciamentos que a história nacional também produziu. Vejamos abaixo:

Com a fundação de Petrópolis, africanos escravos e libertos trabalharam na Abertura da Estrada Normal da Estrela ao lado de imigrantes franceses e alemães. A fluência de escravos africanos para Petrópolis, no chamado período colonial, pode ser avaliada pelo fato de entre as casas comerciais da Rua do Imperador ter sido estabelecido um mercado que se encarregava de comprar e vender escravos (PETRÓPOLIS, 2016a, p. 93).

Adiante, o texto do material didático aborda duas passagens de resistência dos escravos e atrelando-os à história da cidade, revelando as lacunas que as enunciações, em face aos jogos de tempo e de linguagem, decidem não aprofundar e operar discursivamente, de tal modo a não investir nesta história. Primeiramente, André Rebouças é alçado como um “ilustre” africano na cidade, mas, de alguma forma, tendo associada a sua memória àquelas personalidades que compõem o universo dos sentidos da “Cidade Imperial”, como Dom Pedro II e a Princesa Isabel:

O mais ilustre dos representantes dos africanos em Petrópolis foi André Rebouças, aluno do colégio Kopke, premiado por D. Pedro II com uma bolsa de estudos na França, onde se formou em engenharia. Como engenheiro, dirigiu importantes obras públicas, entre as quais, a construção das docas do Rio de Janeiro, Recife e Salvador. Foi professor particular dos filhos da Princesa Isabel (PETRÓPOLIS, 2016a, p. 93).

Embora excertos posteriores reflitam com coerência as ideias defendidas por André Rebouças, como, por exemplo, o fato de que “defendia a emancipação e regeneração do escravo pela aquisição da propriedade da terra. Para ele, a chave para a transformação da agricultura brasileira era a mudança dos sistemas de posse da terra” (PETRÓPOLIS, 2016a, p.94), tal abordagem não é capaz de discutir a escravidão em seu modo sistêmico, tampouco dar conta de apresentar o eixo articulatório de processos de significação que desestabilizam a “Cidade Imperial”. Por exemplo, na página anterior (PETRÓPOLIS, 2016a, p.93), o material didático aborda a existência de locais destinados à compra e à venda de escravos, porém, novamente, sem a devida abordagem estrutural do processo e sobre a heterogeneidade que este tema envolve. Outrossim, faço um adendo para aquilo que Silva (2018) abordou em sua tese sobre a presença de Rebouças em Petrópolis. A cidade possuía uma Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, localizada no Centro Histórico, cuja congregação se dedicava ao amparo dos homens e mulheres negras escravizadas (SILVA, 2018). No ano de 1953, uma reforma na igreja seria iniciada, resultando em um processo de transformações profundas do espaço, a fim de ser colocado em prática um “projeto branco do Império de Petrópolis” (SILVA, 2018, p. 114), em torno de um lugar e uma instituição que no passado atuou a favor da proteção dos escravos e do fim da escravidão, apagando, assim, uma das memórias negras petropolitana. Silva (2018) também sugere a necessidade de que pesquisas sobre a presença de André Rebouças na cidade sejam realizadas, para que se venha a compreender melhor a sua atuação no movimento de abolição local – amplamente associado pela historiografia da “Cidade Imperial” às elites e à Família Imperial na figura da Princesa Isabel – principalmente por ter sido frequentador da comunidade do Rosário. Sob a análise discursiva do material didático, as únicas manifestações de religiosidade a serem percebidas são aquelas que se orientam e se destinam aos grupos e edificações de origens europeias, em total ausência dos credos associados à cultura afro-brasileira, demonstrando, mais uma vez, a ausência de repertórios de significação que antagonizam e desestabilizam a hegemonia da “Cidade Imperial”, conforme indiquei na seção anterior.

Por fim, os quilombos e suas existências em Petrópolis são abordados das seguintes maneiras: “os quilombos eram vilas e acampamentos formados pelos escravos que fugiam, lugares bem escondidos, longe dos brancos e em regiões de difícil acesso” (PETRÓPOLIS, 2016a, p. 96), ou ainda:

Nem todos os escravos africanos aceitavam a escravidão. Formaram-se em Petrópolis, em decorrência de sua fuga, vários quilombos. Um dos mais conhecidos, segundo Henrique [SIC] Rabaço, era o Quilombo da Vargem Grande, acima da Fazenda Inglesa, que tomava as duas margens do Rio da Cidade, dividindo em Quilombo da Direita e Quilombo da Esquerda (PETRÓPOLIS, 2016a, p. 97).

Um exercício da página 98 também utiliza do termo “docilidade” para citar que nem todos os escravos aceitavam viver sob tais condições. Embora mais uma vez as referências textuais não contextualizem de forma sistemática a escravidão, estes trechos anunciam o que a seguir será abordado no material sobre o Quilombo da Tapera enquanto suas tradições, história e formas de viver.

O material didático do 6º ano concentra-se nos primórdios da proto-história de Petrópolis, onde destaquei os jogos de tempo e de linguagem atuando sensivelmente a favor da subalternização das memórias dos Coroados e dos negros, em um processo cuja textualidade se desenvolve para reforçar o discurso e os sentidos que construíram a noção de “Cidade Imperial” e a garantia do regime de historicidade tradicional-conservador sobre o passado local.

### **7º Ano**

A narrativa do material didático de HGPT-ET para o 7º ano continua orientada nos sentidos da proto-história, centralizando sua argumentação nas figuras relativas à idealização de Petrópolis, como Dom Pedro I, Paulo Barbosa e Koeler, revelando mais indícios dessa hegemonização. O curso desse processo traz à cena o entrelaçamento do ideário da história nacional e sua reconfiguração em escala local. Exemplo deste fato é que a abordagem inicia-se com foco nas sesmarias: “a sesmaria do Itamarati, de Bernardo Soares Proença, foi extremamente importante para o desenvolvimento urbano de Petrópolis, “Quadra” da qual foi desmembrada dando origem à Fazenda Córrego Seco, anos mais tarde comprada por Pedro I” (PETRÓPOLIS, 2016b, p.16). Como continuação daquilo que ocorrera no material didático do 6º ano, os significantes que se associam aos sesmeiros proprietários das terras da região também serão trazidos para o debate sem a problematização devida de suas atuações como bandeiras. As abordagens a seguir operam na afirmação do que a historiografia da “Cidade Imperial” possibilitou de entendimento sobre o passado de Petrópolis, construindo, assim, uma hegemonização sobre os respectivos sentidos, bem como silenciamento de outras memórias.

Na sede da Fazenda do Córrego Seco, Dom Pedro I esteve em sua primeira viagem por terra do alto da Serra da Estrela, antes chamada Serra do Mar. Após a compra da fazenda do Córrego Seco, D. Pedro I efetuou a compra de fazendas vizinhas, como a do Alto da Serra e de outros pequenos sítios à volta, pois sua ideia era construir um palácio em estilo clássico, dando-lhe o nome de Palácio da Concórdia. O nome do palácio era um desejo de D. Pedro I, pois a *[SIC]* Independência do Brasil as províncias precisariam entrar em entendimento. O projeto do palácio chegou a ser feito, mas o orçamento da obra seria caríssimo, não tendo sido realizado (PETRÓPOLIS, 2016b, pp. 55-56).

E ainda,

O Primeiro Reinado foi marcado por muitas turbulências e conflitos, talvez por isso D. Pedro I tenha escolhido o nome Concórdia para realizar o sonho de um palácio

aqui nestas terras. A obra não foi realizada, pois no dia 07 de abril de 1831 o Imperador foi obrigado a abdicar para retornar a Portugal, deixando aqui no Brasil seu filho D. Pedro II, com apenas 5 anos de idade (PETRÓPOLIS, 2016b, p. 56).

Na intenção de atrelar a história de Petrópolis como um projeto contínuo das ideias do Brasil Imperial, tais excertos associam a intenção de Dom Pedro I em comprar a Fazenda do Córrego Seco – quando já frustrada a sua intenção de adquirir a Fazenda de Padre Correia – e assim nomear sua nova propriedade em um sinal de pôr fim aos conflitos políticos daquele período, conforme um ato de grandiosidade que se somaria a uma espécie de auspiciosa imagem do Imperador e do Império. Este assunto, quando reconfigurado desta forma no material didático, reforça a subalternização de outras histórias no próprio texto – como já é apontado desde o 6º ano. O mesmo tende a ocorrer no revelar dos antagonismos possíveis de serem aplicados num material de história local, mas, quando descritos de um modo como se fosse aquele que hegemoniza o que se busca relatar, torna-se algo, portanto, contraditório ao próprio processo. Por exemplo, ainda que Cavalcanti (2018) tenha alertado para as nuances inerentes ao local e ao nacional, quando a narração ocorre ao intento de construir ou prevalecer a hegemonia, como no caso de Petrópolis, tais fatos específicos tendem a perder espaço nesse processo em prol daquilo que associa uma hegemonia a outra, ou seja, a seleção equivalencial dos fatos na historização e dos conteúdos no processo de seleção curricular (GABRIEL, 2015; GABRIEL e COSTA, 2011). Entre os jogos de equivalências e diferenças, e de tempo e de linguagem, a hegemonia tende a se efetivar dentre as lógicas sociais e políticas de uma ordem social (HOWARTH, 2005).

Resgato, momentaneamente, algo que já fora abordado no material do 6º ano para mostrar as contradições do processo de se narrar. A ideia de uma cidade harmoniosa é mais uma vez subjetivada na página 42. Vejamos:

Vamos entender a importância social e religiosa da capela para a população da época. Em especial, certamente, uma das mais antigas capelas de que se têm notícias: a de Nossa Senhora do Amor Divino. [...] Não havia nas terras da Serra da Estrela nenhuma capela que atendesse aos anseios religiosos de quem por ali vivia. [...] Frequentavam a capela senhores e modestos escravos das fazendas que formariam, depois, a maior parte do nosso município, bem como os forasteiros e autoridades que por ali passavam (PETRÓPOLIS, 2016b, p. 42).

Primeiro, observa-se o silenciamento sobre formas religiosas de outros grupos além daquelas que foram inseridas na cultura brasileira pelos colonizadores europeus. Segundo, o enunciado destacado se direciona novamente aos elementos da religião católica, a fim de se elevar a estes valores a presença de “modestos escravos que formariam posteriormente o município”. É importante observar nesses jogos de tempo e linguagem que quando o objeto narrado é a religião de matriz europeia, os sujeitos alheios à hegemonia deste processo se fazem



presentes. Porém, quando o objeto eram os escravos e até mesmo os Coroados, suas religiosidades não eram citadas – inclusive quando o assunto eram os quilombos. Ao afirmar que “o principal atrativo da cidade é a convivência harmônica do seu passado histórico [...]” (PETRÓPOLIS, 2016b, p. 69), fica evidente que não há espaço, assim, para a Cidade dos Negros no material didático de uma disciplina que estabiliza o discurso hegemônico da “Cidade Imperial”.

Neste sentido, a construção de Petrópolis entra em cena, naquilo que abrirá caminho para a perspectiva de fundação da cidade. A exaltação de determinadas figuras faz parte dessa articulação:

Como você já deve ter percebido, a história da nossa cidade está intimamente ligada à história do nosso país. Petrópolis começa a ser idealizada e construída [SIC] no Segundo Reinado – com D. Pedro II. [...] Paulo Barbosa da Silva, Mordomo da Casa Imperial, teve a iniciativa de retomar os planos de Pedro I, de construir um palácio de verão no alto da serra da Estrela. Era uma vultuosa empreitada [...] (PETRÓPOLIS, 2016b, p. 79).

E mais,

O Mordomo já tinha mandado o engenheiro alemão Júlio Frederico Koeler construir a Estrada Normal da Serra da Estrela para tornar possível o acesso de carruagens à Fazenda do Córrego Seco, uma vez que o Caminho Novo era apenas para tropas de mulas. Paulo Barbosa e Koeler elaboraram um plano para fundar o que ele denominou “Povoação Palácio de Petrópolis”, que compreendia a *doação de terras da fazenda imperial a colonos livres*, que iriam não só levantar a nova povoação, mas, também, seriam produtores agrícolas. No dia 16 de março de 1843, o Imperador, que estava com dezoito anos e recém casado [SIC] com D. Teresa Cristina, assinou o Decreto Imperial nº 155, que arrendava as terras da fazenda do Córrego Seco ao Major Koeler para a Fundação da “Povoação-Palácio de Petrópolis” (PETRÓPOLIS, 2016b, p. 80, grifo nosso).

Destarte, a história de Petrópolis “surgiu” conforme uma narração feita da “Cidade Imperial” para si mesma. Pautado na exaltação dos significantes abordados, e, especialmente, com o que se anunciará sobre a presença dos colonos alemães, o processo de hegemonização se apresenta como sinônimo do progresso do Império, da benevolência de Dom Pedro I e Dom Pedro II, de Paulo Barbosa e Júlio Frederico Koeler. Além da idealização e construção da “Cidade de Pedro”, todo este processo ocorrera sob o prelúdio do trabalho livre. Esta compreensão, mais uma vez, é responsável por ocultar as outras significações que se deslocam da “Cidade Imperial”. Deste modo, o século XX é apresentado como a continuidade desta herança.

D. Pedro II adorava a sua residência de verão e a cidade que se formou ao redor. Suas prolongadas temporadas em Petrópolis criaram uma atmosfera favorável para a prática de veraneio ou vilegiatura, como se dizia à época, iniciada pelo próprio monarca e pela aristocracia do Império, seguida pelos presidentes e políticos da República e cultivada por muitos até hoje (PETRÓPOLIS, 2016b, pp.91-92).

Assim, a “Cidade Imperial” se revela como um projeto no próprio presente, onde discursos se equivaleram e se estabilizaram para criar a hegemonia, enquanto outros foram deslocados de modo a provocar uma antagonização que segue ao seu intento. Resultado disto são as diversas Petrópolis existentes *para além* das significações que condensa hegemonias. Uma delas, a da vilegiatura que, segundo as referências trazidas neste estudo (GREGÓRIO, 2009; AMBRÓZIO, 2008; 2012), conduziram a cidade a um processo de ocupação desordenada e valorização de um espaço periférico de proteção ambiental. Este processo se dera como resultante de uma segregação de espaço em função da Companhia Petropolitana ter sido a herdeira legal das terras do 1º Distrito de Petrópolis. Somada à imagem da “Cidade Imperial”, os critérios de proteção ambiental, porém, em consonância à especulação imobiliária (GREGÓRIO, 2009), contribuiu para que o corte de solo das áreas ambientais viessem a ser um valor de troca elevado e, por conseguinte, ser frequentado por grupos externos a cidade, conferindo a continuidade de uma vilegiatura em detrimento do debate da densidade populacional e crescimento urbano desordenado. Este, portanto, é um demonstrativo de como os jogos de tempo e linguagem operam na manutenção de significantes que compõem um regime de historicidade e excluem outros que antagonizam a ordem social em meios aos processos de significação do currículo escolar.

### **8º Ano**

A “Cidade Imperial” se fundamenta no material didático do 8º ano conforme a retórica sobre a fundação de Petrópolis, envolto aos mesmos sentidos já apresentados na análise do material do 7º ano. Abaixo, ilustro o teor deste discurso:

*A fundação de Petrópolis foi uma obra de equipe, fruto do trabalho de insígnies idealistas. Não surgiu de um conglomerado de gente que cresceu, ou de um entroncamento rodoviário - como é comum - que prosperou. É uma cidade diferente, eis que nasceu para ser cidade, delineada e planejada para ser o local escolhido de veraneio da Família Imperial (PETRÓPOLIS, 2016c, p. 13, grifo nosso).*

As partes grifadas revelam os jogos do tempo e de linguagem em ação na produção da hegemonia de uma cidade da qual sua história busca ser associada ao máximo ao ideário de progresso e construção de país pelos próprios colonizadores brancos e europeus, assim revelando o caráter desse regime de historicidade. Esta, a “Cidade Imperial”, entretanto nasceu em função do silêncio do massacre da população indígena nativa – não abordado no material didático – da perversidade de um sistema escravocrata – também não abordado no material didático – e de outros silenciamentos que não serão abordados no material didático, enquanto

possibilidades de se produzir significações outras, para além da “Cidade Imperial”. E, mais uma vez, a falsa noção de harmonia vai ser trazida no texto em análise:

1) Foi uma cidade mandada construir, portanto planejada; 2) Sua colonização construiu-se um marco no processo de erradicação da mão de obra escrava; 3) Foi, possivelmente, a mais bem sucedida imigração, eis que várias levas de famílias vieram do exterior e aqui se radicaram definitivamente; 4) Foi, também, um marco na interiorização do país, eis que pelo Caminho da Serra e pela Estrada dos Mineiros transitaram muitas tropas, levando e trazendo riquezas; 5) Por essas vias, passaram figuras da realeza, inclusive D. Pedro I e, mais tarde, seu filho D. Pedro II, como figuras da “Inconfidência Mineira”, inclusive Tiradentes, notáveis pesquisadores, cientistas e artistas; 6) Aqui, religiões, raças, línguas e costumes diferentes souberam conviver; 7) De um povoado agropastoril, evoluiu para uma cidade onde se conciliaram o camponês, o lavrador, o artesão e o operário da indústria e em meio a esse processo, surgiu o Palácio Imperial, com a vinda para aqui das figuras mais notáveis da diplomacia e da aristocracia do Rio de Janeiro; 8) A cidade de Petrópolis ficou famosa por seus quitutes, pelos frutos de sua indústria e atrativos de seu clima e topografia (PETRÓPOLIS, 2016c, p. 13).

Os aspectos ressaltados fazem parte de um quadro denominado “A evolução de nossa cidade tem alguns aspectos originais”. Creio que, pela contextualização dos números acima, as subjetividades que marcam os sujeitos exteriorizados a este processo não pertencem à cidade enunciada. Mais uma vez, a exaltação de uma das figuras responsáveis pela fundação da cidade, no caso, Koeler, bem como o projeto nomeado pela historiografia local como povoação-palácio, são expostos aos alunos:

O Major Júlio Frederico Koeler fez a planta geral da povoação-palácio, o projeto do Palácio Imperial e, em janeiro de 1845, colocou na Bolsa de Valores as ações da Companhia de Petrópolis, criada por ele, para a execução de seus planos e projetos. As ações da Companhia foram vendidas em quatro meses e dois meses após, em 29 de junho, começaram a chegar os imigrantes alemães para se instalarem e começar o trabalho. Com recursos financeiros e mão de obra livre, a construção da povoação palácio estava assegurada. Além disso, os governos provinciais de Caldas Vianna, em 1843, e Aureliano Coutinho, em 1845, deram integral apoio ao plano traçado pelo Mordomo Imperial e por Koeler. O palácio de verão era uma tradição das monarquias europeias (PETRÓPOLIS, 2016c, p. 38).

Acredito que os jogos de tempo e de linguagem aqui produzem as exaltações necessárias para que se firme a hegemonia sobre o passado local. Exaltando determinadas figuras, trazendo a ideia “modernizante” de venda das ações da povoação-palácio na bolsa, a mão de obra livre e a construção do palácio que se espelhava nas monarquias europeias, compõem o interior do regime de historicidade da “Cidade Imperial”, sobretudo galgado na ideia de progresso.

Adiante, encontramos argumentos legítimos sobre a questão ocupacional da cidade na atualidade, sem que seja contextualizado, entretanto, a algum fator histórico concreto que condicionou o processo:

Estima-se que o município de Petrópolis possui, hoje, pelo menos, 150 (cento e cinquenta) aglomerados residenciais urbanos com populações de baixa renda, sendo que a quase totalidade destas comunidades encontre-se *[SIC]* estabelecida em áreas de encostas ou beira de rios, com ocupações desordenadas, que descaracterizaram radicalmente o ambiente natural. Tal fato, aliado ao precário sistema urbanístico

existente nestes locais, acelera o processo erosivo do solo, resultando em centenas de pontos com risco de escorregamento de terra e/ou desprendimento de rochas (PETRÓPOLIS, 2016c, p. 59).

No que se segue, é explicitado de forma detalhada a chegada dos colonos alemães na cidade de Petrópolis, fator este que, definitivamente para a historiografia da “Cidade Imperial”, significa o momento de fundação da cidade. Relembro, aqui, que família imperial e colonos alemães tornam-se significantes oriundos de um passado em um momento no qual a cidade, à natureza de sua hegemonia, constitui-se como tal e se reconfiguram no currículo escolar como estratégias de jogos de tempo e de linguagem, a fim de promover, também a partir deste universo, a estabilização do discurso hegemônico. Assim, os valores destes grupos são legitimados face a eventos tidos como atrativos turísticos e patrimônios locais – mas que mais soam como patrimônios da hegemonia – como é o caso da Bauernfest. Entre datas e significantes que se assemelham em prol das equivalências discursivas, temos o seguinte trecho:

[...] em 1983, no Clube 29 de Junho – que reúne os descendentes da colônia - surgiu a ideia de transformar a iniciativa em uma festa que pudesse levar a todos o conhecimento da história e tradições dos alemães de Petrópolis. Assim, naquele ano, o primeiro evento foi realizado por três dias, com o nome de "Festival Germânico". O ponto escolhido para a realização do festival era simbólico: os arredores do Palácio de Cristal, onde está afixado o cruzeiro que demarca a chegada dos pioneiros. O local era um ponto habitual de reunião das famílias alemãs, que ali realizavam jogos, brincadeiras e piqueniques no fim de semana, inclusive por reportá-los a outra referência afetiva: o nome do local, Praça da Confluência – assim chamada por ser o ponto geográfico de reunião entre os rios Quitandinha e Palatinado – faz alusão a outra famosa praça alemã onde também se encontram dois importantes rios, o Rhein e o Mosel: a Praça Koblenz (em português, “Confluência”). A partir de 1990, o Clube 29 de junho e demais organizadores estabeleceram uma parceria com a Prefeitura de Petrópolis, por meio da Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis. O incremento e a profissionalização do evento levaram a seu crescimento exponencial. Dessa forma, o antigo Festival Germânico alcançou o formato da atual Bauernfest: um evento de grande importância para o calendário turístico e cultural do estado e do país (PETRÓPOLIS, 2016c, p. 65).

Ressalto a importância de trazer tais fragmentos em função de que nenhuma outra celebração local, ou propriamente valores de um povo imigrante da cidade, são abordados, pelo menos, como essa mesma ênfase, ao longo dos textos dos materiais didáticos. Mais, na narrativa que mobiliza elementos pertencentes aos colonos alemães, Obelisco e Casa do Colono alemão são realçados como patrimônios históricos, culturais, arquitetônicos e turísticos que representam a memória da fundação alemã. “O Obelisco tem 20 metros de altura e em sua base estão afixadas quatro placas de bronze com o sobrenome dos colonos alemães e uma com o emblema do imperador D. Pedro II. O monumento é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, o Inepac” (PETRÓPOLIS, 2016c, p. 66). Não à toa, a relação com o emblema do Imperador Dom Pedro II é trazida nesta enunciação. Ambos os discursos – família imperial e colonos alemães – se encontram na mesma significação, ou seja, a “Cidade Imperial”.

Agora, seguindo os rumos da historiografia oficial da “Cidade Imperial”, conforme abordado no capítulo 1, a historização da elevação de Petrópolis à condição de Paróquia é mais um momento de se contextualizar os afazeres das igrejas no passado e suas doutrinas religiosas. No caso, o plural é usado pois não apenas o catolicismo é posto em destaque, mas também o luteranismo, outra religião de matriz cristã. “O padroeiro escolhido para a nova Igreja foi São Pedro de Alcântara, venerado como protetor da monarquia e que fora instituído por D. Pedro I Patrono Oficial do Império Brasileiro” (PETRÓPOLIS, 2016c, p. 83).

A religião oficial brasileira era o Catolicismo, contudo, “o Estado respeitava a liberdade de consciência consagrada pelo Direito Natural.” Os cultos não católicos só podiam ser realizados em recintos fechados. Havia colonos alemães católicos e protestantes. No caso específico de Petrópolis, o Governo Provincial, abrindo exceções, encontrou modos de contratar pastor protestante e dar assistência religiosa aos colonos protestante. Podemos ver, na imagem ao lado, a Igreja Luterana de Petrópolis (PETRÓPOLIS, 2016c, p. 84).

Os seguintes aspectos reforçam, mais uma vez, a religiosidade presente em uma hegemonia que silencia elementos pertencentes a outras discursividade.

Por fim, a temática da industrialização ocupa um lugar de destaque nas narrativas históricas que abarcam os séculos XIX e XX nos materiais didáticos. Para o 8º ano, o início desse processo é narrado ao serem citadas as fábricas e seus donos e suas localidades, porém, na página 96, é abordado o pioneirismo dos colonos:

Anterior à existência das fábricas, o processo industrial teve início [SIC] com atividades caseiras alimentares como, por exemplo, no bairro Mosela, indústria de conservas e produção de queijos e manteiga. Os colonos alemães se dedicavam também às atividades de serraria e cervejaria. Cervejaria Bohemia (PETRÓPOLIS, 2016c, p. 96).

Para tanto, a narrativa se desenvolve em direção ao surgimento das fábricas, como a Fábrica de papel do Barão de Capanema, a Fábrica de Tecidos Cometa, Imperial Fábrica de São Pedro de Alcântara, a Fábrica Renânia, a Companhia Petropolitana e a Companhia Fábrica de Tecidos Dona Isabel, sendo contextualizadas na última unidade (PETRÓPOLIS, 2016c). Assim, apenas uma breve abordagem é realizada sobre a sujeição do que teriam sido os conflitos políticos revelados pelas referências trazidas da Cidade Operária:

Segundo o escritor e professor Norton Ribeiro, ao fim dos anos vinte, Petrópolis já contava com um significativo parque industrial voltado para a produção de tecidos, e alguma tradição com relação à organização de associações. Por meio dos diversos movimentos, fossem estes grevistas ou não, os operários lutavam em favor da melhoria dos salários e de condições de trabalho (PETRÓPOLIS, 2016c, p. 94).

Reconhecendo a cidade de Petrópolis como uma das mais industrializadas do país (PETRÓPOLIS, 2016c) – assim como fizera Machado (2015) – a abordagem no material didático se faz a favor da própria hegemonia, ao narrar o processo da industrialização sem considerar as contradições do movimento operário e demais conflitos políticos que emergiam

no país e também na cidade de Petrópolis no início do século XX, conforme a literatura apresentada no capítulo 1.

### 9º Ano

O material didático para o 9º ano inicia sua abordagem nas zonas de equivalências da “Cidade Imperial”, ao tratar sobre os outros imigrantes presentes na cidade. Para a contextualização deste tema e sua ligação aos aspectos da história nacional, a página 11 traz os seguintes trechos: “a imigração no Brasil tem três momentos: na prática, começou em 1530, com a chegada dos portugueses com o objetivo de colonizar — ou seja, ocupar — o território. Os africanos trazidos como escravos se incorporaram a essa ocupação” (PETRÓPOLIS, 2016d, p. 11). Ou seja, de acordo com esta afirmação, a colonização e os escravos “trazidos” para ocupar as terras brasileiras se reduzem à posição de imigrantes. Já fora percebido nos materiais didáticos dos anos anteriores que a abordagem ali emplacada não se preocupa em considerar, tampouco explorar outras leituras possíveis e disponíveis. Ou melhor, pelo fato de o texto do material didático ser desenvolvido de modo que convém ao discurso hegemônico, propositalmente, os discursos antagônicos a este processo, por óbvio, não são devidamente anunciados. Mais um exemplo disto é sobre o excerto abaixo:

Vale lembrar também que, após a abolição da escravatura no Brasil (1888), muitos fazendeiros não quiseram empregar e pagar salários aos ex-escravos, preferindo assim o imigrante europeu como mão de obra. Nesse contexto, o governo brasileiro incentivou e chegou a criar campanhas para trazer imigrantes europeus para o Brasil (PETRÓPOLIS, 2016d, p. 11).

Tais escritos remontam às ideias de embranquecimento da população brasileira.

Vale destacar que, conforme a historiografia da “Cidade Imperial”, os italianos, portugueses, franceses e ingleses se sucedem como outros grupos de imigrantes que se equivalem no discurso hegemônico local como construtores da cidade. Esta lógica é difundida tal qual no material didático para o 9º ano: “não podemos esquecer que devemos, em grande parte, aos operários italianos, a evolução, no Brasil, das organizações sindicais, que mais tarde se mostrariam fundamentais na consolidação e na evolução dos direitos trabalhistas” (PETRÓPOLIS, 2016d, p. 18).

Condicionar o leitor a este entendimento é deliberar em favor da negação dos conflitos que, ainda que os italianos de fato tenham sido conhecidos por organizarem parte do movimento operário em Petrópolis no início do século XX (MACHADO, 2015; MESQUITA, 2012), estes se desenrolam no contexto da luta de classes daquele período. Abordar o fato da forma implicada no material didático, sem devidamente problematizá-lo, é sinônimo de mostrar como

natural um processo que é marcado por interesses distintos e seus desdobramentos – a consolidação dos direitos trabalhistas – como algo possível devido à aptidão deste grupo, e não como sinônimo de embates provocados pelos movimentos sociais no século passado.

Destaco, como aspecto novo que ainda não fora tematizado nos anos anteriores, a justificativa em torno da nomenclatura “Cidade Imperial”:

Com apenas cinco artigos no seu decreto, o Presidente João Batista de Figueiredo salvou o que restou da Petrópolis Imperial. Ele atribuiu à cidade o título de CIDADE IMPERIAL. Nos anos seguintes, em conjunto com os moradores, a Câmara Municipal promulgou um bem elaborado código de posturas municipais, que garantiu as tradições e os valores da cidade (PETRÓPOLIS, 2016d, p. 62).

Sem nenhuma ressalva ao momento do qual Figueiredo havia emitido o Decreto – durante a ditadura militar (1964-1985) – o material didático para o 9º ano da disciplina de HGPT-ET perde a oportunidade de abordar as passagens daquele período e suas ocorrências em Petrópolis, assim como apontado sob as referências da Cidade da Casa da Morte, tal como discutido no capítulo 1 desta dissertação. Ocultar, portanto, é típico dos jogos de tempo e de linguagem quando ao favorecimento de determinado discurso hegemônico e neutralização dos deslocamentos possíveis que antagonizam uma ordem social. Ainda que na página 63 seja abordado que Petrópolis não é a única cidade imperial da América Latina (PETRÓPOLIS, 2016d), isto por si só não reduz a força de todas as enunciações presentes sobre sua hegemonia.

Por fim, destaco a seção na página 76 destinada às personalidades locais (PETRÓPOLIS, 2016d). Citando Santos Dumont, sua casa na cidade é ressaltada como um importante ponto turístico local. Esta abordagem, junto com o fato de Petrópolis ter abrigado a capital do Estado por aproximadamente dez anos, encerram as enunciações do material didático desta disciplina para o 9º ano, conferindo, ao longo de todo o exposto sobre a interpretação textual do conteúdo objetivado no currículo escolar, fixações suficientes para que se verifique as produções de significações que giram em torno da hegemonização da “Cidade Imperial”, o encontro da hegemonia narrativa nacional em face à história local e, por fim, revelando o regime de historicidade que conserva as tradições como estratégia estabilizadoras de um universal.

### **3.3.1. Entre outras hegemonias e deslocamentos no currículo de HGPT-ET: para além do conhecimento histórico**

Como já citado, a disciplina de HGPT-ET é também responsável por difundir conteúdos e discursos sobre a geografia e o turismo local, assim como a educação para o trânsito. Realizada a análise a interpretação do texto presente no material didático à luz da Teoria do Discurso pós-fundacional, penso ser necessário realizar ainda algumas considerações sobre as

outras abordagens presentes na objetivação e subjetivação deste currículo, especialmente a respeito da estabilização realizada nos conteúdos de geografia, turismo e educação para o trânsito.

No material didático do 7º ano, é possível observar a seguinte estabilização da perspectiva hegemônica sobre um conteúdo destinado ao clima da cidade e pertencente à uma seção de geografia local:

A história da cidade de Petrópolis, localizada a 809,5 metros acima do nível do mar, com 70% de sua área encravada em uma das últimas reservas de Mata Atlântica do planeta, começa quando seu clima excelente e natureza exuberante ganharam mais um ilustre admirador: D. Pedro I. Percorrendo o chamado "Caminho do Ouro" em direção à Minas Gerais, no ano da proclamação da Independência - 1822 - aquele que seria o primeiro Imperador do Brasil ficou encantado com a região após hospedar-se na fazenda do Padre Corrêa, atual Distrito de Cascatinha (PETRÓPOLIS, 2016b, p. 45).

Tais significantes e sentidos fixados para a “Cidade Imperial” se fazem presentes em determinados momentos alheios ao ensino de história local. No caso do turismo e do trânsito, a presença dos sentidos da “Cidade Imperial” se faz mais constantes. Em muitas vezes, o resgate ao passado petropolitano é chamado para que seja alçado certos lugares ou patrimônios como aquilo que é referente ao consumo turístico<sup>43</sup>. As enunciações do 8º ano trazem alguns elementos sobre história nacional, local e o turismo:

O turismo brasileiro está na sua segunda fase de grande expansão. A primeira fase ocorreu no início da década de 1970, durante a ditadura militar, quando burocratas organizaram o turismo como um dos remédios para resolver [SIC] os problemas do país. Implantou-se uma estrutura de financiamento hoteleiro, cursos superiores e técnicos de turismo, marketing agressivo e agitação cívica baseada na conquista do tricampeonato de futebol (1970), nas vitórias de Emerson Fittipaldi na Fórmula 1 e na beleza das brasileiras, sempre finalistas nos então famosos concursos de Miss Universo (PETRÓPOLIS, 2016c, p. 21).

E mais:

Petrópolis nasceu do sonho do Imperador D. Pedro I, que descobriu os valores climáticos e belezas naturais da região serrana. Aqui D. Pedro II construiu seu Palácio, vivendo os melhores momentos de sua vida. Petrópolis foi fundada e entrou no mapa turístico. Palácios foram erguidos aos montes e hoje a cidade preserva várias construções desse gênero, algumas abertas a visita [SIC]. Essa atmosfera imperial, aliada a deslumbrantes paisagens montanhosas, fez crescer o turismo na cidade, trazendo pessoas em busca de requinte e sossego, transformando o destino em um polo de pousadas charmosas e gastronomia de primeira (PETRÓPOLIS, 2016c, p. 23).

Além deste ser o único momento de todo o percurso do segundo ciclo do ensino fundamental onde o significante “ditadura militar” é citado na disciplina de HGPT-ET, o

---

<sup>43</sup> Neste processo, em alguns momentos o material didático trabalha com indicativos ora imprecisos, ora desatualizados, como ocorre também no material didático do 7º ano com dados sobre o PIB local e a fração dedicada aos setores abarcados pelo turismo nas páginas 63 e 64 (PETRÓPOLIS, 2016b).



currículo perde a oportunidade, mais uma vez, de contextualizar o que fora aquele período de retrocessos e violações dos direitos humanos no país, como aponteí acima.

Nas apostilas do 6º, 7º, 8º e 9º anos o turismo é extremamente estabilizado pela narrativa da “Cidade Imperial”. Com focos nos museus, como o caso do Museu Imperial, Palácio de Cristal, Hotel Quitandinha e Casa do Colono Alemão, por exemplo, o uso de imagens é constantemente efetuado na afirmação deste discurso hegemônico, conforme relembro o potencial deste uso não-linguístico, segundo Howarth (2005). O mesmo ocorre com o ecoturismo, assim como a estadia de ex-chefes do Estado brasileiro na cidade.

Personalidades ilustres escolheram o solo petropolitano, do Visconde de Mauá ao Barão do Rio Branco; de Ruy Barbosa a Santos Dumont; de Gabriela Mistral a Vinícius de Moraes. Na República, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek caminhavam pela Avenida Koeler, onde fica o Palácio Rio Negro. No local, estiveram presentes também os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (PETRÓPOLIS, 2016c, p. 24).

É interessante destacar um ponto específico do material do 8º ano, ao, na seção sobre turismo, contar sobre a Casa do Colono Alemão – um museu na cidade – e como que eram feitas as construções naquele período:

Conforme providências do Major Koeler para atender a diversas obras no centro da Vila Imperial, foi construído um engenho de serrar, que transformava as belas e frondosas árvores em farto material de construção. Porém, em relação aos colonos, estes com suas ferramentas rudimentares tiravam as árvores, trabalhavam as madeiras nos seus próprios terrenos e as empregavam nas suas modestas casas (PETRÓPOLIS, 2016c, p. 68).

O material, ao reconfigurar a narrativa em conteúdo didático, sustentando o sentido hegemônico de “Cidade Imperial”, simplesmente não opera com a construção de argumentos de que este processo se configurava como exploração da Mata Atlântica local, algo bastante associado à história de exploração do Brasil em seu contexto colonial – e também no presente.

Ao citar a evolução dos meios de transporte para o 6º ano, os sentidos e os significantes que operam nos jogos de tempo e de linguagem a favor da “Cidade Imperial” se fazem presentes, articulando também a história da “Cidade Imperial” à história nacional: “havia ainda a carruagem, um veículo fechado e puxado por vários cavalos, para os passageiros em viagens. Podemos encontrar as carruagens imperiais usadas por D. Pedro II e sua família no Museu Imperial” (PETRÓPOLIS, 2016a, p. 34). Já no material do 8º ano, a Estrada de Ferro de Mauá é destacada como um tópico do trânsito<sup>44</sup> (PETRÓPOLIS, 2016c, p. 76). A mesma enunciação

<sup>44</sup> À parte de que este sentido abordado permanece nas sujeições sobre o desenvolvimento do Império e o progresso petropolitano, a Estrada de Ferro de Mauá não chegava propriamente a Petrópolis. O trecho que ligava a Estrada de Ferro a Petrópolis era inicialmente feito pela Estrada Normal da Serra da Estrela. Apenas no ano de 1882 (PETRÓPOLIS, 2016c) fora criado o ramal que ligava a Raiz da Serra, no município de Magé, à Cidade de Petrópolis. Este novo trecho seria chamado como a Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará. Este fato apenas é citado no material didático do 8º ano, na página 81. Também é importante considerar que a abordagem da

ocorre com sobre a Estrada União e Indústria que, “[...] ligando a cidade de Petrópolis (RJ) a Juiz de Fora (MG), foi a primeira rodovia macadamizada (forma como é feita a pavimentação) da América Latina, inaugurada em 23 de junho de 1861, por Dom Pedro II” (PETRÓPOLIS, 2016c, p. 99).

Sendo a disciplina de HGPT-ET destinada para o ensino da história e da geografia local, além do turismo e da educação para o trânsito, observamos, em primeiro lugar, que os conteúdos sobre a história local são reconfigurados diante da articulação de temas relativos à da “Cidade Imperial”, reproduzindo no currículo escolar mais um espaço de estabilização desta hegemonia. Não somente os conteúdos mas suas enunciações, são produtos de um processo de construção de subjetividades na qual o enunciador refere-se a si à imagem do discurso hegemônico estabelecidos no Referencial Curricular e no material didático. Este mesmo enunciador, por agir arbitrariamente a favor da consolidação do discurso hegemônico, também age em detrimento dos antagonismos revelados pela historização dos fatos históricos, pois, neste sentido, há o encontro daquilo que une história nacional e história local no currículo escolar: os fragmentos de um regime de historicidade que, quando acessados conforme a análise discursiva, revelam as abstrações produzidas pelos jogos de tempo e de linguagem que exaltam, como neste caso estudado, os indicativos de desenvolvimento e progresso herdados pelo discurso da “Cidade Imperial”, aqui também vistos no currículo escolar. Estes fragmentos, somados às características factuais selecionadas em prol da construção e manutenção dessa hegemonia – no campo da história e no currículo escolar – compõem um regime de historicidade tradicional-conservador sobre a cidade de Petrópolis, sumamente reconfigurado na disciplina de HGPT-ET.

Assim, resgato a importância de pensar junto a Santos (2002) sobre a necessidade de fazer emergir em um currículo de história local, como o de HGPT-ET, os fatos antagonizados em uma ordem social e avistados por práticas articulatórias hegemônicas. A compreensão de suas enunciações comprova as ações do discurso hegemônico da “Cidade Imperial”, como também o espaço para novas representações a serem pensadas na disciplina de HGPT-ET. Este é o papel da Sociologia das Emergências (SANTOS, 2002). Ainda que as enunciações de certos significantes sejam operadas conforme a hegemonia estabilizadora, a Sociologia Das Ausências e das Emergências traduzem a potência por trás desse processo: a possibilidade de desestabilizar

---

disciplina perde, mais uma vez, a chance de expor os antagonismos que envolvem estes fatos. A CMVP em seu relatório final (PETRÓPOLIS, 2018), produziu as significações históricas dos ferroviários na construção de movimentos políticos, sobretudo em meados dos anos de 1960.

a mesma ordem social hegemônica pelo fato de constatarmos a existência desses discursos – ainda que subalternizados – e existirem diante da legitimidade de demandas reprimidas nas contingências das lógicas políticas locais (RETAMOZO, 2009, 2011).

## Conclusão

Este estudo nasceu antes de seu pré-projeto existir, conforme busquei contar na introdução deste trabalho, e como um resultado de demandas políticas da comunidade Petropolitana, bem como os seus afetamentos em minha trajetória pessoal e profissional. Nesse horizonte, essa pesquisa também se redesenhou ante algumas necessidades ao longo desses dois anos em que a pandemia do Novo Coronavírus atravessou quase que por completo os afazeres da vida. Não foi fácil. Dentre todos os desafios possíveis, esta dissertação busca estar à altura dos estudos desenvolvidos pelo GECCEH nos últimos anos. Grupo este que, também como apontado, é responsável por despertar os debates teóricos e enfrentamentos metodológicos que aqui busquei empenhar.

Currículo e conhecimento histórico compõem um entre-lugar de pesquisas e de sujeições discursivas que, por meio da Teoria do Discurso, não é possível estabelecer onde um começa e o outro termina pois, dessas várias marcas em movimento, as fronteiras ontológicas desta epistemologia permite que olhemos para um processo diante das infinitudes e das contingências produtoras da heterogeneidade da ordem social. Foi assim, em seus aspectos diversos, que a hegemonia da “Cidade Imperial” foi posta em evidência.

Por meio da evidência de jogos de tempo e linguagem na produção da historicidade sobre o passado petropolitano, investi na abordagem teórico-metodológica pós-fundacional da Teoria do Discurso, em diálogos com a Sociologia das Ausências e Emergências e a Tradução de Boaventura, para compreender os discursos e a significação hegemônica sobre a história da cidade e, assim, iniciar a busca por respostas à pergunta-problema desta pesquisa, ou seja, “quais sentidos sobre o passado podem ser observados nas narrações em disputas sobre a “Cidade Imperial no currículo de HGPT-ET?”. Por meio do levantamento de literatura, apliquei as nuances do referencial teórico privilegiado para identificar discursos hegemônicos e antagônicos que constam sobre o passado local. Neste sentido, a historiografia oficial de Petrópolis age ao intento de conferir a significação hegemônica da “Cidade Imperial”.

No primeiro capítulo, demonstrei em diálogo com os respectivos autores, a existência de um conjunto narrativo liderado pelos significantes proto-história e fundação de Petrópolis, que atuam na estabilização da narrativa hegemônica sobre o passado local. Este processo é responsável por evidenciar os jogos de equivalências e diferenças, em uma perspectiva ontológica, que instituem uma ordem social específica, no caso deste estudo, uma ordem escolar específica, expressa e condensada na disciplina HGPT-ET. Isto posto, foi possível compreender

que os discursos exteriores à hegemonia são constituídos à própria conveniência da “Cidade Imperial”. Por isso que no conjunto discursivo onde se encaixa a proto-história, por exemplo, os Coroados e os escravos são citados, mas excluídos do legado advindo daquele período. É um claro exemplo da função discursiva ambivalente dos exteriores constitutivos. Este legado é narrado sob a ótica e os interesses daqueles que propriamente enunciam este processo: os europeus, a família imperial, os colonos alemães e todos os outros significantes equivalentes que corroboram às lógicas sociais e políticas desta hegemonização, sintetizado em uma espécie de historiografia “oficial” sobre a história de Petrópolis.

A argumentação aponta a presença de um discurso hegemônico sobre o passado petropolitano, naturalizado no senso comum e presente no currículo de HGPT-ET – sustentado por expressões como “Brasil Imperial”, “cidade dos colonos” e da “mão de obra livre”, “cidade das elites e de veraneio” – que reverbera até a atualidade, mantendo o silêncio sobre as memórias da Cidade dos Coroados, da Cidade Negra, da Cidade dos Operários, da Cidade Política, da Cidade da Ditadura Militar, da Cidade da Vilegiatura e de tantas outras (im)possíveis de serem narradas. Acredito que as problematizações em torno da questão de estudo sobre “como se formam e se orientam os regimes de historicidade em torno desta significação hegemônica” podem ter sido supridas.

Com o auxílio da Sociologia das Ausências de Boaventura, foi possível produzir uma interlocução a respeito da produção das não-existências desencadeadas pela hegemonia, no que também acredito ter sido possível responder às problematizações que giraram em torno de “quais narrativas históricas hegemonomizam, estabilizam/ ou desestabilizam o significante “Cidade Imperial”, pautada sob a égide de uma razão indolente. Nesse movimento, o primeiro capítulo prosseguiu na revisão de literatura, agora, em torno da produção historiográfica que busca as enunciações para além da “Cidade Imperial”, compondo um conjunto narrativo de discursos que se deslocam à estabilização do universal, produzindo antagonismos. Nesse esforço, e sob as referências de todos os autores que buscaram operar na pauta do deslocamento em relação à hegemonia do passado petropolitano, compreendi a possibilidade de identificar outras cidades de Petrópolis além da imperial, que passaram a compor, portanto, um novo conjunto discursivo. Seriam eles a Cidade dos Coroados e o resgate da presença de populações genuinamente demarcadoras do território que atualmente se compreende como Petrópolis e que foram silenciados ao longo das narrações das história local e nacional; a Cidade Negra e a importância da população descendente dos escravos no desenvolvimento da cidade; a Cidade Operária e os conflitos de classes do século XX; a Cidade Política e os desencadeamentos

ideológicos da primeira metade do século passado que também se ligam à heterogeneidade da formação social petropolitana; a Cidade da Vilegiatura e os processos de exclusão socioespacial procedentes desde a presença da família imperial; e a Cidade da Casa da Morte, onde os antecedentes e desdobramentos da ditadura militar no país repercutiram em Petrópolis de tal modo que a cidade abrigou um dos centros clandestinos de tortura e assassinato mais cruéis daquele regime. Tais discursos demonstram a pluralidade e capilaridade das demandas históricas dessa comunidade, bem como propriamente correspondem a um interesse legítimo de acesso às subjetividades outras que compõem o heterogêneo social local. Foi neste sentido que chegamos ao currículo de HGPT-ET, uma disciplina local da rede municipal responsável por instruir os estudantes entre os 6º e 9º anos do ensino fundamental à história local de Petrópolis.

Ao investigar o processo de seleção e significação do currículo, ou melhor, a objetivação e subjetivação que os jogos de tempo e de linguagem conferem a essa disciplina, identificamos a articulação das equivalências e das diferenças também permeadas no espaço escolar. Este foi o início de um caminho que buscou trazer respostas em torno das “estratégias que são mobilizadas no processo de configuração do conhecimento histórico e na reconfiguração (objetivação e subjetivação) do currículo escolar”, dando as linhas para entendermos como os jogos de tempo e de linguagem habitam a o currículo de HGPT-ET, instaurando, assim, o debate do segundo capítulo. Busquei, com isso, valorizar tanto o reconhecimento dos conteúdos como, principalmente, demonstrar que o currículo, quando visto como um espaço de significação e produção de sentidos, torna-se um lócus possível para que as subjetividades coletivas advindas de um social heterogêneo também se manifestem. Nessas argumentações, a interlocução entre a Teoria do Discurso e a Sociologia de Boaventura mais uma vez apontou caminhos articulatórios entre regimes de historicidade, hegemonias, deslocamentos e produções de sentidos por meio do currículo de história local que abra espaço, de forma a emergir, as não-existências.

Nessa perspectiva, ajustei minha lente de análise para a direção do currículo de HGPT-ET. Para isso, busquei primeiramente analisar a origem desta disciplina. Suas bases remontam à Maratona Petrópolis, um concurso organizado pela prefeitura de Petrópolis desde o final da década de 1950 para que se conferisse os conhecimentos dos estudantes locais sobre a história e geografia petropolitana. Esta prova, que ocorre até os dias atuais, fora a justificativa para criar, via legislação municipal, a disciplina de HGPT-ET em 1984. Tendo em vista este movimento, e um currículo que conserva a hegemonia da “Cidade Imperial”, compreendo também que a

municipalidade age partidariamente na estabilização desta significação sobre o passado local, validando um entre-lugar da história e a reconfiguração desta significação como conhecimento escolar. Mesmo sabendo que não há mais espaço para novas sujeições, deixo também o indicativo de que se procure averiguar este processo como algo que deriva da produção de aparelhos ideológicos locais fortalecedores de discursos hegemônicos. Entendo nisso uma lacuna provocada por esse trabalho e que pode vir a ser explorada adiante.

Outrossim, no terceiro capítulo, através da análise discursiva do Referencial Curricular e do material didático de HGPT-ET, foi possível perceber a qualidade das enunciações compreendidas ao longo do texto, me permitindo, assim, ensaiar respostas possíveis para questionamentos sobre “que passados são trazidos para o presente pela disciplina de HGPT-ET, quais passados são esquecidos, como história nacional se articula em um currículo de história local e quais os efeitos desta produção”. Tais demonstrações se apresentam como o resultado teórico-metodológico das abstrações interpostas à epistemologia pós-fundacional e a Teoria do Discurso, bem como a tradução e as formas de não existências manifestadas pelos aportes conceituais e empíricos da sociologia de Boaventura, cujos raciocínios se imbricam também junto à produção do conhecimento histórico local escolar. Este processo nos levou à análise das narrativas presentes no campo empírico deste estudo. As articulações dos jogos de tempo e linguagem produtoras de hegemonias e subalternizações se apresentaram, portanto, em três recortes, sendo eles os processos de significação do currículo de HGPT-ET, onde o discurso da “Cidade Imperial” se faz predominante diante do crivo entre os eixos (i) articulador de estabilização do discurso hegemônico e (ii) eixo articulador de deslocamentos possíveis; as articulações existentes entre a história local e nacional, ocorrendo o sequestro da heterogeneidade do passado petropolitano em aglutinação a uma memória nacional que também tende a subalternizar os pares excluídos do processo de narrar a história de um lugar específico, como, no caso desse estudo, a cidade de Petrópolis; e o regime de historicidade do passado hegemônico, já anunciado como tradicional-conservador. Tais lógicas são construídas, sobretudo, através dos vínculos de desenvolvimento e progresso que se encontram igualmente na história nacional. Essa articulação se sustenta igualmente através de uma interpretação específica sobre um passado específico – no caso, o relativo à “Cidade Imperial” – pelo qual a contingência e o encontro dos sentidos existentes entre o local e nacional estão direcionados a uma preservação da história pautada em exclusões, o que resulta na ocultação de memórias que, pela força desta ação, foram subalternizadas na valorização dos discursos hegemônicos da ordem social. Este regime de historicidade conserva, portanto, determinadas significações e

valores locais-nacionais a fim de modelá-los como a tradição de uma cidade e até mesmo de um país, fechando portas para as não-existências demonstradas pelos conjuntos discursivos para além da “Cidade Imperial”. Este é um desigual encadeamento encontrado entre a historização do passado de Petrópolis, como visto no capítulo 1, e os processos de objetivação e subjetivação do currículo de HGPT-ET.

*Assim, a objetivação, bem como a subjetivação dessa disciplina, nos conduz ao entendimento que as narrativas históricas produzidas favorecem a hegemonia da “Cidade Imperial”. Este processo traduz a ação dos jogos de tempo e de linguagem na reconfiguração do conhecimento histórico escolar sobre o passado petropolitano, conferindo a esta disciplina um caráter estabilizador sobre as narrativas que produzem a significação e se hegemonizam em torno de significantes como “império” e “imperial”. Do mesmo modo, observamos as mesmas lógicas agenciadoras entre história local e nacional no desencadear das análises, fazendo com que possa ser afirmado que o currículo de HGPT-ET produz efeitos nas temáticas de geografia local, turismo e educação para o trânsito.*

Assim, os jogos de tempo e linguagem que estabilizam a noção de “Cidade Imperial” via currículo escolar, que por sua vez contribui para a fixação desta noção hegemônica, podem auxiliar nos processos de significação pautados em um eixo articulador de discursos hegemônicos que sobressaem nas enunciações analisadas e interpretadas. Isto produz um efeito duplo: as ausências de discursos que podem deslocar a “Cidade Imperial” – conforme a existência de um conjunto discursivo que se apresenta para além desta significação hegemônica – como também ressignificar as práticas escolares de acordo com a proposta curricular pós-fundacional apresentada nesta pesquisa, ou seja, valorizar experiências outras vividas e praticadas pelos atores sociais que habitam a escola, para que, com isso, novas formas de produção de conhecimento venham a romper com uma ordem social que reproduz dominações e se apropria das memórias e subjetividades coletivas. Neste ponto, gostaria de indicar mais uma lacuna que percebi em meu trabalho.

Com o intuito de averiguar outras formas de se compreender a subjetivação do conhecimento histórico local, reconheço a importância de uma investigação sobre as práticas docentes e discentes, em particular o papel desempenhado nesses processos, uma vez que assumimos a sua autoria na produção de saberes desta disciplina. Isto poderia produzir novas formas de questionamentos e compreensões acerca de como a disciplina de HGPT-ET e seus principais atores escolares lidam tanto com os discursos e enunciações hegemônicos



compreendidos ao longo deste estudo como, futuramente, testar a amplitude e os escapes das respostas que aqui busquei apontar como traços de possibilidades de abertura aos processos de significação sobre o conhecimento histórico local.

Ainda, julgo importante destacar a desarticulação da disciplina de HGPT-ET com as Leis Federais nº 10.639, de 2003 e nº 11.645, de 2008. A forma de se enunciar o negro-africano e o indígena corresponde à antítese tanto buscada por essas legislações como também o que a apresentação do Referencial Curricular da rede municipal de Petrópolis dispõe sobre o ensino e o respeito à multiculturalidade da formação histórica do Brasil e de sua população – inclusive, a petropolitana.

Nessa linha argumentativa, o diálogo com a Sociologia das Emergências de Boaventura foi importante para elucidar não apenas os conteúdos que devem estar presentes em um currículo escolar, mas também a urgência de abrir espaços, cada vez mais, para todas as formas de experiências que compõem a diversidade cultural. Neste sentido, creio que a posição de currículo como produtor de significações defendida nesta dissertação encontre terreno fértil na defesa do reconhecimento da heterogeneidade de experiências, que tanto Boaventura como o arcabouço da Teoria do Discurso em sua epistemologia pós-fundacional, permitem concluir sobre os lugares dos antagonismos na produção discursiva.

Pensar dessa forma é, no caso de Petrópolis e da disciplina de HGPT-ET, imaginar um outro currículo possível, cujos espaços de enunciações se abram para as subjetividades subalternizadas pela força e pelos jogos de tempo e de linguagem articulados pela hegemonia da “Cidade Imperial”. Por isso, aponto para a necessidade da revisão do currículo de HGPT-ET em defesa da heterogeneidade histórica suprimida pelo discurso da “Cidade Imperial”, pensando também na *resistência* ao negacionismo que, mais do que nunca, bate em nossas portas como um projeto de retirada da consciência crítica, agindo por meio de armadilhas que visam a produção de um desconhecimento sobre o passado, o revisionismo histórico, o apagamento e a subalternização de discursos capazes de subverter uma ordem social atualmente desigual. Assim, penso que essas podem ser algumas das formas de demonstrações e caminhos para combater as injustiças sociais e cognitivas e, ao mesmo tempo, pensar Petrópolis em torno de seu passado, presente e futuro para além da “Cidade Imperial”.

## Referências

- ADALBERTO, S. O mito dos coroados. Instituto Histórico de Petrópolis. Disponível em: <<http://ihp.org.br/?p=2911>>.
- ABAD, V. Petrópolis, Cidade Imperial. Petrópolis: Prazerdeler, 2009.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- AMBROZIO, J. Geografia petropolitana. São João Del Rey: Ponte da Cadeia, 2005.
- AMBROZIO, J. O presente e o passado no espaço urbano da cidade de Petrópolis (uma história territorial). Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- AMBROZIO, J. O território da enfeiteuse e a cidade de Petrópolis – RJ, Brasil. XII Colóquio de Geocrítica, Bogotá, 2012.
- ANTUNES, F; FERNANDES, M. Análise geográfica e cartografia histórica: subsídios para entender a organização espacial da área gênese de Petrópolis (RJ). Espaço e Tempo (Online), v. 24, n. 1, p. 117-135, abr. 2020.
- ANGELO, E. O Segmento do Turismo Cultural na Cidade de Petrópolis: Patrimônio, Cultura e Cidadania. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH, São Paulo, julho 2011.
- ANGELO, E. Identidades, Festas e Espaços dos Imigrantes em Petrópolis, RJ, e suas Relações com a História do Turismo e da Cidade. Revista Rosa dos Ventos v. 6, n. 2, p. 263-279, abr-jun, 2014.
- ANGELO, E. Espaços dos Imigrantes em Petrópolis, RJ, e suas Relações com a História do Turismo e da Cidade. Revista Rosa dos Ventos, 6(2), p.263-279, abr-jun, 2014.
- APPLE, M. Ideologia e Currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- APPLE, M. A educação pode mudar a sociedade? Petrópolis: Vozes, 2007.
- AQUINO, R; JUNIOR, H. Cidades Negras – Petrópolis Imperial. Revista Ambivalências, V2, N.4, p. 81 – 96, Jul-Dez/2014.
- ARAUJO, C. “Por Outras Histórias Possíveis. Em busca de diálogos interculturais em livros didáticos de Histórias”. Tese de doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- ARROYO, M. Currículo, territórios em disputa. Petrópolis: Vozes, 2013.
- AU, W; APPLE, M. Repensando a reprodução: o neomarxismo na teoria da educação crítica.
- BADE, A; MENDES, G. Conhecendo Petrópolis. Petrópolis: Editora Gráfica Serrana, 1999.
- BARBOSA, V. Ensino de história local: redescobrimos sentidos. SACULUM Revista de História. João Pessoa, jul./dez. 2006.
- BARROS, C. H. Ensino de História, memória e história local. Revista de História da UEG, v. 2, n. 1, p. 301-321, 27 ago. 2013.

- BARROS, J. Koselleck, a história dos conceitos e as temporalidades. Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, año 18, nº 35. Primer semestre de 2016. Pp. 41-53.
- BARROS, J. Projeto de Pesquisa em História. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- BHABHA, H. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BHABHA, H. In HOLLANDA, H. Pós-modernismo e política. Rocco.
- BITTENCOURT, C. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- BORGES, L. Currículo sem Fronteiras, v. 17, n. 3, p. 617-632, set./dez. 2017.
- BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. A Reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). 1983. Bourdieu – Sociologia. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. p. 122-155.
- BLOCH, M. Apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade: volume I. 2014
- BRASIL. Decreto nº 85.849, de 27 de março de 1981. Atribui à cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Cidade Imperial, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 27 mar. 1981.
- BURLET, P. Uma Análise Sobre a Proposta Curricular do Município de Petrópolis. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, 2017.
- CANDAU, V. Cotidiano escolar e práticas interculturais. Cadernos de Pesquisa, v. 46, n. 161, p. 802-820, 2016.
- CASTROGIOVANNI, A. O lugar da geografia no entre-lugar do espaço turístico: uma viagem complexa que ainda continua. Rosa dos Ventos, v. 1, n. 0, 2009.
- CAVALCANTI, E. História e história local: desafios, limites e possibilidades. Revista História Hoje, v. 7, nº 13, p. 272-292, 2018.
- CHARLOT, B. Da relação com o saber às práticas educativas. São Paulo: Cortez Editora, 2015.
- CHRISTO, M. Bandeirantes ao chão. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 30, p. 33-55, 2002.
- CORDEIRO, J; JANEIRO, J; ALVES, S; FERNANDES, M. O uso de geotecnologias associado a metodologias participativas no ensino: aplicação em escolas municipais do primeiro distrito de Petrópolis. Revista Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 14, n. 2, pág. 38-48, jul-dez 2018.
- COSTA, J. Implementar ou Representar: O Desafio De Uma Política: A Lei nº 10639/2003 no contexto da rede pública municipal de ensino de Petrópolis. (Dissertação). Dissertação de

mestrado em educação. Centro de Teologia e Humanidades, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2011.

COSTA, V. Tribuna de Petrópolis: Identidade Imperial e Comemorações como Estratégia de Sobrevivência do Jornal Local. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Fortaleza, 2012.

COSTA, V. Perde-se a capital, ganha-se um jornal: a criação da Tribuna de Petrópolis e o resgate do poder simbólico e político regional. Revista Brasileira de História da Mídia, v. 6, n. 1, 2017.

CUNHA, K; DA SILVA, J. Sobre base e bases curriculares, nacionais, comuns: de que currículo estamos falando? Revista e-Curriculum, São Paulo, v.14, n.04, p. 1236-1257 out./dez.2016.

DAIBERT, A. História do Turismo em Petrópolis entre 1900 e 1930. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, Rio de Janeiro, 2010.

DAIBERT, A. Os Primórdios do Turismo Organizado em Petrópolis. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2010.

DIAS, P. Do apagamento à fala pública: a memória negra em Petrópolis a partir da trajetória do Quilombo da Tapera. (Dissertação). Mestrado em Memória Social. Centro Ciências Humanas e Sociais, Faculdade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DEWEY, J. Pode a Educação Participar na Reconstrução Social? Traduzido por João M. Paraskeva (Universidade do Minho, Portugal) e Luís Armando Gandin (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).

FERNANDES, M; SANTOS, D; BRITO, T; SOUSA, G; MENEZES, P. Digitalização da Planta Koeler através de levantamento fotográfico: em busca da manutenção de acervo cartográfico histórico do município de Petrópolis (RJ). Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Braga, 2015.

GABRIEL, C. T. Discurso, demandas e fronteira: articulações teórico-metodológicas na análise de textos curriculares. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 55-67, jul./dez. 2013.

GABRIEL, C. T. Jogos do tempo e processos de identificação hegemônicos nos textos curriculares de História. Revista História Hoje, v. 4, nº 8, p. 32-56, 2015.

GABRIEL, C. T. Quando “nacional” e “comum” adjetivam o currículo da escola pública. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 283-297, 2015b.

GABRIEL, C. T. Conhecimento escolar e emancipação: uma leitura pós-fundacional. Cadernos de Pesquisa v.46 n.159 p.104-130 jan./mar. 2016. Cadernos De Pesquisa, v. 46, p. 104-130, 2016.

GABRIEL, C. T. Conteúdo-rastro: um lance no jogo no jogo da linguagem no campo curricular. Currículo e conhecimento sob diferentes perspectivas teóricas. Currículo Sem Fronteiras, v. 17, n. 3, set./dez. 2017.

GABRIEL, C. T. O processo de produção dos saberes escolares no âmbito da disciplina de história: tensões e perspectivas. EBR – Educação Básica Revista, vol.3, n.2, 2017b.

GABRIEL, C. T; ROCHA, A. A. Seleção do conhecimento como operação antagônica. Educação Temática Digital Campinas, SP v.19 n.3 p. 844-863 jul./set. 2017.

GABRIEL, C. T; COSTA, W. Currículo de História, Políticas da Diferença e Hegemonia: diálogos possíveis. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 127-146, jan./abr., 2011. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>. Acesso em: 27 abril 2021.

GABRIEL, C. T. Narrativas autobiográficas e a questão do sujeito: articulações no campo do currículo. Revista Práxis Educacional, v.17, n.44, p. 1-21, jan./mar. 2021.

GERMANO, J. Globalização Contra-Hegemônica, Solidariedade e Emancipação Social. Cronos, v. 8, n. 1, p. 41-55, 2007.

GIDALTE, L. Diálogos entre a História Local e o Ensino Fundamental – 2º segmento: propostas de inserção curricular em Casimiro de Abreu/RJ. 2018. 91f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

GODOY, K; LEITE, I; BRAZO, D. Turismo e Museus: Análise Comparativa da Demanda Turística (2011-2016) do Museu Imperial/RJ. Applied Tourism, v. 3, n. 2, p. 77 – 112, 2018.

GOODSON, I. Currículo: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOODSON, I. Currículo, narrativa e o futuro social. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 35, maio/ago. 2007.

GREGÓRIO, R. “Petrópolis – Cidade Imperial?” Da Representação do Espaço aos Espaços de Representação. 2009.

GREGÓRIO, R. Tradição, Conservação & Urbanização – A Área de Proteção Ambiental e a (Re) Produção do Espaço Urbano do Município de Petrópolis/RJ. (Dissertação). Mestrado em Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GRIGOLETTO, E. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito.

GROSSI, D; SCHIFFLER, R. A Casa da Morte de Petrópolis: a importância da (re)construção de uma memória além da “Cidade Imperial” para a consolidação democrática. Acesso Livre, nº 2, jul./dez. 2014.

GUERRA, J. Petrópolis através dos tempos e a midiaticização de sua imagem. InterFACES, Rio de Janeiro, nº 29, vol. 1, 2019.

HANCIAU, N. O entre-lugar. In: FIGUEIREDO, E. Conceitos de literatura e cultura. Juiz de Fora: Editora UFJF/Niterói:EdUFF, p. 215-141, 2005.

HARTOG, F. Experiências do tempo: da história universal à história global? história, histórias. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013.

HARTOG, F. Tempo e Patrimônio. Varia História, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p.261-273, Jul/Dez 2006.

HOWARTH, D. Discourse. 2000.

HOWARTH, D. Aplicando la Teoría del Discurso: el Método de la Articulación. *Studia Politicæ*, n. 5, p. 37-88, 2005.

KLIEBARD, H. Os Princípios de Tyler. *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.2, p.23-35, Jul/Dez 2011.

LACLAU, E; MOUFFE, C. Hegemonia y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Letra E, 1987.

LIMA, L. Uma pedagogia contra o outro? Competitividade e emulação. *Educ. Soc.*, Campinas, v.40, e0218952, 2019.

LINS, B. Cadeia produtiva do turismo: a experiência de Petrópolis. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo). Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Turismo e Hotelaria, 2017.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p.535-549.

LEÃO, K; ANDRADE, O. História Local e Currículo Diversificado: Conexões Entre a Memória e Identidade nos Espaços Escolares. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Janeiro -Junho de 2020, Vol.17, Ano XVII, nº 1.

LEMOS, D; PORTUGAL, L; BALASSIANO, R. Transporte, uso e ocupação na cidade de Petrópolis, RJ, Brasil. *Tiempo&economía*, v. 5, n. 2, p. 107-133, 2018.

LIMA, P; GROSSI, D. Os ‘lugares da memória’ da Ditadura Empresarial-Militar revisitados em Petrópolis-RJ. *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, n. 12, abr. 2018.

LOURENÇO, A. Plantando, colhendo, vendendo, mas não comendo: práticas alimentares e de trabalho associadas à obesidade em agricultores familiares do Bonfim, Petrópolis, RJ. *Revista brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 37, n. 125, p. 127-142, 2012.

LUIZ, N. Cinemas de Petrópolis no século xx pelas memórias de Joaquim Eloy dos Santos. *Revista Escaleta*, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, nº 1, p. 274-290, fev/jul 2020.

LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho.

MACEDO, E. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006.

MACHADO, P. H. Pão, Terra e Liberdade na Cidade Imperial. Petrópolis: 2015.

MACHADO, P; SIQUEIRA, E. Turismo, consumo e cultura: significados e usos sociais do souvenir em Petrópolis-RJ. *Contemporânea*, n. 10, 2008.

MARTINS, M. Dimensões axiológicas fixadas em exercícios de livros didáticos de História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 33, maio/ago. 2021.

MARTINS, M; BARBOSA, A; GABRIEL, C. T. Refigurações narrativas discentes nas aulas de História: reflexões sobre aprendizagens dessa disciplina escolar. *Revista História Hoje*, v. 9, nº 18, p. 145-169, 2020.

- MATTOZZI, I. Currículo de História e Educação Para o Patrimônio. Educação em Revista: Belo Horizonte, n. 47, p. 135-155, jun. 2008.
- MELLO, J. O cotidiano, os “regimes de historicidade” e a memória. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 236 - 253. set./dez. 2016.
- MENDES, B. Ensino de história, historiografia e currículo de história. Revista Transversos. Rio de Janeiro, n. 18, abr. 2020.
- MENDONÇA, D. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. Revista Sociedade e Estado, v. 25, n. 3, Set/Dez, 2010.
- MESQUITA, P. Ação do operariado em Petrópolis na primeira república – a greve de 1918. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.
- MESQUITA, P. A formação industrial de Petrópolis: trabalho, sociedade e cultura. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.
- MISTURA, L. As matrizes teóricas da aprendizagem histórica no Brasil: um estudo compreensivo. Revista História Hoje, v. 9, nº 18, p. 77-100, 2020.
- MOIGNARD, B. As novas problemáticas educativas: construção do objeto. In: Revue Française de Pédagogie, n. 202, p. 65-75, 2018. Traduzido por Carmen Teresa Gabriel.
- MONTEIRO, A M. Ensino de História: lugar de fronteira. In: José Miguel Arias Neto. (Org.). História: guerra e paz. ANPUH XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, v. 1, p. 71-97, 2007.
- MORAES, L. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.
- MOREIRA, A; JUNIOR, P. Conhecimento escolar nos currículos das escolas públicas: reflexões e apostas. Currículo e conhecimento sob diferentes perspectivas teóricas. Currículo Sem Fronteiras, v. 17, n. 3, set./dez. 2017.
- MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 25, p. 11-23, nov. 2005
- NÓVOA, A. Um Novo Modelo Institucional para a Formação de Professores na Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ, 2017. Disponível em: <http://projetos.macaee.ufrj.br/portalcfp/wp-content/uploads/2020/05/Um-novo-modelo-Institucional-para-a-Formac%CC%A7a%CC%83o-de-Professores-na-UFRJ.pdf>. Acesso em: 27 abril 2021.
- NEMIROVSKY, A; NEVES, L; FERNANDES, M. Análise da distribuição espacial de deslizamentos no município de Petrópolis (RJ) entre 1940 a 2015. Revista Continentes (UFRRJ), ano 7, n.13, 2018.
- NETO, M. Heróis nos livros didáticos: Bandeirantes Paulistas. Várzea Grande: Gráfica e Editora De Liz, 2011.
- NETO, M. Análise das Relações entre o Universal e o Particular no Currículo e no Ensino de História: Um Diálogo com a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. XVI

Encontro Estadual de História – Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964. Campina Grande. 25 a 29 de agosto de 2014. p. 710-722.

OLIVEIRA, A; ALCÂNTARA, P. A ofensiva e o integralismo nas páginas da Tribuna de Petrópolis: recortes de uma estratégia de doutrinação. In: Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.

OLIVEIRA, E. Cidade “Verde” ou Cidade “Vermelha”: AIN e ANL em Petrópolis (Tese). Doutorado em História, Política e Bens Culturais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA, I. Boaventura e Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

OLIVEIRA, I. Contribuições de Boaventura de Sousa Santos para a reflexão curricular: princípios emancipatórios e currículos pensados/praticados. Revista e-curriculum, São Paulo, v.8, n.2, 2012.

OLIVEIRA, P. Entre o nazismo e o integralismo: a militância política dos imigrantes alemães e seus descendentes em Petrópolis-RJ (1935-1937). VI Congresso Internacional de História, 2013.

OLIVEIRA, P. Imigração germânica e nazismo em Petrópolis nos anos 1930. Anais do XIX Encontro Regional de História ANPUH-MG, 2014.

OLIVEIRA, M. Jogos como Estratégias de Ensino em História: uma prática em turmas do segundo segmento do ensino fundamental e do ensino médio. Rio de Janeiro (2017). Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica de Petrópolis.

OLIVEIRA, G; OLIVEIRA, A; MESQUISTA, R. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, out./dez. 2013. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>.

PAGANI, C. Ensino elementar no Brasil e na Itália: o caso dos imigrantes italianos na escola de Cascatinha (Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro). Maringá, v. 36, n. 2, p. 243-253, July-Dec., 2014.

PEREIRA, C. Monografia de Geografia. A Influência dos Megaeventos no Turismo de Petrópolis-RJ. Universidade Federal de Viçosa, 2015.

PETRÓPOLIS. Deliberação nº 2.543, de 27/01/1967.

PETRÓPOLIS. Deliberação nº 2.598, de 04/09/1967.

PETRÓPOLIS. Lei Municipal nº 3.998, de 28/09/1979.

PETRÓPOLIS. Relatório Final da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis. Petrópolis, 2018. Disponível em: <[https://issuu.com/cmvpetropolis/docs/relatorio\\_cmvp](https://issuu.com/cmvpetropolis/docs/relatorio_cmvp)>. Acesso em: 20 out. 2020.

PIEPER, D; MACHADO, C. A Universidade na crise da modernidade: Contribuições de Boaventura de Sousa Santos à transição paradigmática. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande, v. 37, n. 4. p. 379-395. set./dez. 2020.



PINHA, D; RANGEL, M; PEREZ, R. Teoria, história da historiografia e ensino de história em tempos de crise democrática. *Revista Transversos*. Rio de Janeiro, n. 18, abr. 2020.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PONCE, B. O currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 3, p. 785-800, set./dez. 2018.

QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gravida, 2005.

RABAÇO, J. *HISTÓRIA DE PETRÓPOLIS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E A POVOAÇÃO*. Petrópolis: IHP, 1985.

RAMOS, E. Turismo como prática pedagógica no ensino de história local nos anos iniciais do Ensino Fundamental: um estudo de caso em uma escola no Rio Grande/RS. (Dissertação). Mestrado profissional em História. Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019.

REIS, J; OLIVEIRA, F. História em verso e prosa: representações femininas no roteiro do atrativo turístico um Sarau Imperial em Petrópolis/RJ. *Rev. Anais Bras. de Est. Tur./ ABET, Juiz de Fora*, v.8, n.1, p.72–83, Jan./Abr., 2018.

RETAMOZO, M. Lo político y la política: los sujetos políticos, conformación y disputa por el orden social *Revista Mexicana de Ciencias Políticas*, p. 69-86, 2009.

RETAMOZO, M. Sujetos políticos: teoría y epistemología. *Ciencia ergo sum*, Vol. 18-1, Pp. 81-89, 2011.

RETAMOZO, M. La teoría del populismo de Ernesto Laclau: una introducción. *Estudios Políticos*, novena época, núm. 41, p. 157-184, 2017.

RIBEIRO, J. Uma batalha por memória, verdade e justiça. A casa da morte em Petrópolis e seus grupos de memória. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v.7.n.7. jul. 2021.

RIBEIRO, J; MAUÉS, J. Notas sobre o currículo como prática de tradução cultural. *Revista Interdisciplinar da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação*, v. 08, n. 12, 2015.

RIBEIRO, M. Teorias Críticas e Pós-Críticas: pelo encontro em detrimento do radicalismo. *Movimento*, *Revista de Educação*. Universidade Federal Fluminense, 2016.

RIBEIRO, M; VELOSO, S; ZANARDI, T. Fim da Teoria Crítica? Crítica aos extremos pós-modernos e pósestruturais da teoria curricular. *Currículo sem Fronteiras*, v. 16, n. 2, p. 255-282, maio/ago. 2016.

RIBEIRO, M. Currículo e conhecimento sob diferentes perspectivas teóricas. *Currículo Sem Fronteiras*, v. 17, n. 3, set./dez. 2017.

RIBEIRO, N. *Petrópolis, cidade operária: a trajetória do movimento operário na Indústria Têxtil (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014.

RIBEIRO, W. Currículo, subjetivação e política da diferença: um diálogo com Homi Bhabha. *Conjectura: Filos. Educ.*, Caxias do Sul, v. 22, n. 3, p. 576-597, 2017.

ROCHA, G. Dissertação em História Social. Memória, historiografia e identidade local: Petrópolis (1900-1945), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

ROZÁRIO, N. O papel do psicólogo no empoderamento de mulheres em situação de violência: um estudo no CRAM Petrópolis. Anais da XIII Semana Acadêmica do Centro de Teologia e Humanidades, Universidade Católica de Petrópolis, 2019.

SANTOS, B. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 54, 1999.

SANTOS, B. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, J. Do Local ao Global: uma reflexão sobre conceitos e práticas. Revista Portuguesa de História, p. 121-152, 2007.

SANTOS, P. C. Petrópolis: História de uma Cidade Imperial. Petrópolis: Sermograf, 2001.

SAVIANI, D. Educação Escolar, Currículo E Sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. Ano 3, n. 4, p. 57-84, 2016.

SILVA, L. Entre Festas e Solenidades: O Processo de Abolição e Liberdade na Petrópolis da Década de 1880. XIX Encontro de História da ANPUH, 2020.

SILVA, L. A Importância do Estudo de História Regional e Local no Ensino Fundamental. ANAIS do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 04: História e Educação: sujeitos, saberes e práticas, 2006.

SILVA, R; JUNIOR, H. Cidades Negras – Petrópolis Imperial. Revista Ambivalências, v. 2, n. 4, p. 81-96, Jul-Dez/2014.

SILVA, R. Afroinscrições em petrópolis : história, memória e territorialidades. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2019.

SOUZA, B. Os Nomes Geográficos de Petrópolis/RJ e a Imigração Alemã: memória e identidade. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

SOUZA, E. Investigación (auto)biográfica como acontecimiento: contexto político y diálogos epistémico-metodológicos. Márgenes, Revista de Educación de la Universidad de Málaga, 1 (3), 16-33, 2020.

SOUZA, M. Mestrado Acadêmico em Administração. Política Cultural e Turismo: Reflexões Acerca do Uso do Patrimônio Histórico Religioso em Petrópolis. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

SPIELMANN, E. “Alteridade” desde Sartre até Bhabha: um surf para a história do conceito. PB Revista Brasileira de Literatura Comparada, n. 5, 2000.

TADEU, T. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Editora Eletrônica, 1999.

TEITELBAUM, K; APPLE, M. John Dewey. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, p. 194-201, Jul/Dez 2001.

VENERA, R. Turismo e Ensino de História: potencialidades e interpretações locais. Turismo em Análise, Vol. 21, n. 2, agosto 2010.

WINTER, V. Da Natureza Compartilhada a Natureza Apropriada: uma história ambiental na serra de Petrópolis, RJ. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES, Janeiro-Junho, 2017, p. 120-135.

WINTER, V. Petrópolis: a natureza planejada um estudo sobre nobres, imigrantes e mata atlântica. Geomae, Campo Mourão, v.10, n.1, p.13-38, 2019.

WINTER, V. Petrópolis, as marcas da sociedade na natureza: história ambiental e leitura das paisagens. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019b.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.

YOUNG, M. Superando a crise na teoria do currículo: uma abordagem baseada no conhecimento. Cadernoscenpec, São Paulo, v.3, n.2, p.225-250, jun. 2013.

YOUNG, M. Teoria do Currículo: O Que é e Por Que é Importante. Cadernos de Pesquisa, v.44, n.151, p.190-202, jan./mar. 2014.

YOUNG, M. Por que o conhecimento é importante para as escolas do século XXI? Cadernos de Pesquisa v.46 n.159 p.18-37 jan./mar. 2016.

## Fontes

PETRÓPOLIS. Apostila de História, Geografia e Turismo/Educação para o Trânsito de Petrópolis para o 6º ano do ensino fundamental. 2016a. Disponível em: <<https://www.petropolis.rj.gov.br/see/index.php/educacao-municipal/proposta-curricular/category/6-cadernos-pedagogicos-de-hgpt-6-ao-9-ano-ensino-fundamental.html>>.

PETRÓPOLIS. Apostila de História, Geografia e Turismo/Educação para o Trânsito de Petrópolis para o 7º ano do ensino fundamental. 2016b. Disponível em: <<https://www.petropolis.rj.gov.br/see/index.php/educacao-municipal/proposta-curricular/category/6-cadernos-pedagogicos-de-hgpt-6-ao-9-ano-ensino-fundamental.html>>.

PETRÓPOLIS. Apostila de História, Geografia e Turismo/Educação para o Trânsito de Petrópolis para o 8º ano do ensino fundamental. 2016c. Disponível em: <<https://www.petropolis.rj.gov.br/see/index.php/educacao-municipal/proposta-curricular/category/6-cadernos-pedagogicos-de-hgpt-6-ao-9-ano-ensino-fundamental.html>>.

PETRÓPOLIS. Apostila de História, Geografia e Turismo/Educação para o Trânsito de Petrópolis para o 9º ano do ensino fundamental. 2016d. Disponível em: <<https://www.petropolis.rj.gov.br/see/index.php/educacao-municipal/proposta-curricular/category/6-cadernos-pedagogicos-de-hgpt-6-ao-9-ano-ensino-fundamental.html>>.

PETRÓPOLIS. Referencial Curricular da Rede Municipal de Petrópolis – Segundo Segmento Do Ensino Fundamental. 2014. Disponível em: <<https://www.petropolis.rj.gov.br/see/phocadownload/proposta%20curricular%20segundo%20segmento.pdf>>.